

MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

De uma situação de risco para uma vida de cidadania: um estudo exploratório sobre a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa

Daiane de Oliveira Valasques

M

2018





**De uma situação de risco para uma vida de cidadania: um estudo
exploratório sobre a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de
Sousa**

Daiane de Oliveira Valasques

*Dissertação apresentada à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do
grau de Mestre em Ciências da Educação
sob a orientação da Professora Doutora
Maria de Fátima Carneiro Ribeiro
Pereira.*

Novembro, 2018

««A MINHA “MÃE”»»

Tinha mãe e era pacato.
Mas ela, sem ter que me dar
Deu-me à Casa do Gaiato
E a tantos fui-me juntar!

Deixei de ter a alegria
Que toda criança tem,
Faltava-me essa “magia”
Que se chama “Amor de Mãe”!

Quem nesta desgraça cái
Marca-nos para a vida inteira:
Não ter a quem chamar “pai”
Nem ter a “mãe” verdadeira!

Um Padre que Deus lá tem
Deu sentido à caridade:
Quis ser ELE “pai e mãe”
Dos órfãos da sociedade!

Esta “mãe”
que é minha e tua,
Dez anos
Deu-me guarida;
Chama-se “Obra da Rua”
Estou grato
Para toda a vida!

Autoria do antigo gaiato, Elísio Humberto
Membro da Associação dos Antigos Gaiatos e Familiares do Norte

Resumo

Sendo o objetivo desta pesquisa a identificação e compreensão da proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa abordamos, na primeira parte deste trabalho, concepções teóricas sobre as crianças e jovens para uma maior compreensão sobre as suas particularidades e individualidades. Por ser o nosso campo empírico uma Casa de Acolhimento Institucional, analisamos a problemática da institucionalização, evidenciando fatores que originam esse processo, bem como a legislação portuguesa, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911, a fim de compreendermos a sua organização e atuação na proteção e bem-estar das crianças e jovens. Em sequência e por compreender a relevância social da família, da afetividade, da escola, e do trabalho na educação de crianças e jovens em situação de acolhimento, expomos essas construções como um referencial para análise do nosso objeto de estudo. Na segunda parte deste trabalho e face ao modo como um determinado paradigma permite interpretar cientificamente novos fenómenos educativos, esta pesquisa enquadra-se nos parâmetros do paradigma fenomenológico-interpretativo e baseia-se em uma metodologia qualitativa e narrativa. As entrevistas do tipo biográfico e as entrevistas semidiretivas foram utilizadas como técnicas de recolha de informação, assim como a análise de documentos e a observação, que nos proporcionaram uma interação heurística com o fenómeno estudado. A análise de conteúdo foi realizada com uma apresentação da narrativa de cada um dos antigos gaiatos entrevistados e uma análise transversal detalhada sobre as suas perceções de vida antes, após entrada e durante à estadia na casa assim como de suas perceções futuras. A discussão de resultados sugere que a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa se revelou significativa na vida dos gaiatos entrevistados, no seu processo de (re)inserção social, designadamente em relação a uma promoção social e escolar, de preparação para a autonomia e transição para o mundo do trabalho, de aquisição de competências, de uma construção de identidade e formação de um sujeito crítico. Contudo, devido à atual legislação portuguesa de promoção e proteção das crianças e jovens e por não cumprirem os requisitos legais impostos pela Segurança Social, e também por manterem a sua independência pedagógica em relação ao Estado, as Casas do Gaiato correm o risco de deixar de existir.

Palavras-chaves: Casa do Gaiato de Paço de Sousa, Crianças e Jovens, Institucionalização, Proposta Educativa, (Re)inserção Social.

Abstract

As the objective of this research is the identification and understanding of the educational propose of the Casa do Gaiato de Paço de Sousa we approached, in the first part of this work, theoretical conceptions about children and young people in order to obtain a greater understanding about their particularities and individualities. Because our empirical field is an Institutional Reception House, we analysed the problematic about institutionalizations, evidencing factors that cause this process, as well as the Portuguese legislation from the Child Protection Law from 1911, in order to understand its organization and performance in the protection and well-being of children and young people. By understanding the social importance of family, affectivity, school and work in the education of children and young people in foster situation we continue this work by exposing those constructions as a reference for analysis of our object of study. In the second part of this work, and considering the way in which a given paradigm allows scientific interpretations of new educational phenomena, this research fits the parameters of the phenomenological-interpretative paradigm and is based on a qualitative and narrative methodology. Biographical interviews and semi-structured interviews were used as information gathering techniques, as well as document analysis and observation, which provided us with a heuristic interaction with the studied phenomenon. The content analysis was carried out with a presentation of the narrative of each of the former gaiatos interviewed and a detailed transversal analysis about their life perceptions before, after entry and during the stay in the house as well as their future perceptions. The discussion of results suggests that the educational proposal of Casa do Gaiato de Paço de Sousa was significant in the life of the interviewed gaiatos, in their process of social (re)insertion, namely in relation to a social and school promotion, preparation for autonomy and transition to the world of work, acquisition of skills, construction of identity and formation of a critical subject. However, due to the current portuguese legislation for the promotion and protection of children and young people and for not complying with the legal requirements imposed by Social Security, and also for maintaining their pedagogical independence from the State, Casas do Gaiato are in risk of ceasing to exist.

Keywords: Casa do Gaiato de Paço de Sousa, Children and Young People, Institutionalization, Educational Propose, Social (Re)Insertion.

Résumé

Étant l'objectif de cette recherche l'identification et la compréhension de la proposition éducative de «La Casa do Gaiato de Paço de Sousa» nous aborderons dans la première partie de ce travail, les conceptions théoriques sur les enfants et les jeunes pour une meilleure compréhension de leurs particularités et individualités. Un Foyer d'Accueil Institutionnel étant notre champs empirique nous analyserons la problématique de l'institutionnalisation en mettant en évidence des facteurs qui sont à l'origine de ce processus, en accord avec la législation portugaise suivant la Loi de Protection de l'Enfance de 1911 et afin que nous comprenions son organisation et son application dans la protection et le bien-être des enfant et des jeunes. Ensuite et pour comprendre la pertinence sociale de la famille, de l'affection, de l'école et du travail dans l'éducation des enfants et des jeunes en situation d'accueil, nous exposerons ces constructions comme un référentiel pour l'analyse de notre sujet d'étude. Dans la deuxième partie de ce travail et face au paradigme déterminé qui permet d'interpréter scientifiquement de nouveaux phénomènes éducatifs, cette recherche s'insère dans le cadre des paramètres du paradigme de phénomènes interprétatifs et se base sur une méthodologie qualitative et narrative. Les entretiens de type biographiques et ceux semi-directifs ont été utilisés comme techniques de recueil des informations telles que les analyses de documents et observations qui nous ont proportionnés une interaction heuristiques avec le phénomène étudié. L'analyse du contenu a été réalisé avec une représentation de la narration de chacun des anciens «gaiatos» interrogés et une analyse transversale détaillées sur leurs perceptions de vie avant/après l'accueil et durant le maintien en foyer comme leurs perceptions futures. L'analyse des résultats suggère que la proposition éducative de la «Casa do Gaiato de Paço de Sousa» s'est révélée significative dans la vie des «gaiatos» interrogés dans leur processus de (ré)insertion sociales, en particulier en relation avec une ascension sociale et scolaire, de préparation pour l'autonomie, d'insertion dans le monde du travail, pour l'acquisition de compétences puis d'une construction d'identité et formation d'un sujet critique. Toutefois, au vue de l'actuelle législation portugaise de promotion et de protection des enfants et des jeunes, et pour ne pas remplir les prérequis légaux imposés par la Sécurité Social, mais aussi du fait de maintenir son indépendance pédagogique en relation avec l'État, les «Casas do Gaiato» courent le risque de cesser d'exister.

Mots-clés: Casa do Gaiato de Paço de Sousa, Enfants et Jeunes, Institutionnalisation, Proposition Éducative, (Ré) Insertion Sociale.

Agradecimentos

É chegada a hora de agradecer a todos que de certo modo foram responsáveis pela escrita deste trabalho e consequente obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Um sonho há muito tempo desejado, que ficou por um tempo adormecido e que hoje se torna uma realidade.

À Professora Doutora Fátima Pereira, o meu muito obrigada, por abraçar as minhas ideias e conter o meu entusiasmo, por compartilhar comigo um aprendizado leve e significativo que me fizeram avançar quando foi preciso.

A todos os antigos gaiatos e funcionários da Casa do Gaiato de Paço de Sousa com quem conversei e entrevistei, o meu muito obrigada pela confiança em mim depositada.

Há mais de dois anos longe da minha família, dou um significado muito particular a este trabalho. Resultado de muitas horas de dedicação e estudo, este trabalho não representa somente a conclusão de um curso de pós-graduação. Representa uma coragem pelo desconhecido, uma dor pela saudade, uma força por todos os percalços que apareceram no meu caminho e uma fé que nunca me deixou fraquejar.

Foi um período de grandes aprendizagens e crescimento, de pessoas que por mim passaram me mostrando o tipo de pessoa que eu não quero ser e de pessoas a quem hoje chamo de amigos.

É, acima de tudo, à minha mãe Valdelice que eu dedico este trabalho. Não teria conseguido sem o teu exemplo de amor e as tuas bênçãos a cada ligação;

À minha irmã Gilmara, a quem o tempo e maturidade tornaram minha amiga, às tuas palavras de enfrentamento e coragem, é também por tua causa que cheguei até aqui;

Ao meu pai Gilmar e ao meu irmão Irlan, que mesmo de maneira mais distantes, nunca deixaram de confiar na minha capacidade;

À minha tia Rosilda, pelo dobrar dos joelhos em minha intenção;

E ao Francisco, por teu incentivo e contributo, obrigada meu bem.

Finalizo com uma única frase e um único sentido:

“Tudo posso naquele que me fortalece!” Filipenses 4:13

Lista de siglas e abreviaturas

CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Criança e Jovens

CAT – Casa de Acolhimento Temporário

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo Português

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LIJE – Lar de Infância e Juventude Especializado

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LPI – Lei de Proteção à Infância

LTE – Lei Tutelar Educativa

OTM – Organização Tutelar de Menores

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice

Introdução.....	12
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
CAPÍTULO I – CONCEÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS CRIANÇAS E OS JOVENS.....	15
1. As crianças e o conceito de infância	15
1.1. Culturas infantis	18
1.2. Crianças em risco versus Crianças em perigo	19
2. Os jovens e o conceito de juventude	22
2.1. Culturas juvenis.....	23
3. As crianças e os jovens como atores sociais	25
CAPÍTULO II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO UMA RESPOSTA SOCIAL	28
1. Sobre o conceito de institucionalização	28
2. A institucionalização de crianças e jovens, em Portugal, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911	31
3. A criança e o jovem delinquente	35
3.1. Desigualdade social.....	36
3.2. Pobreza.....	37
3.3. Maus-tratos.....	39
4. O paradoxo das instituições de acolhimento	40
CAPÍTULO III – PROCESSOS EDUCATIVOS COM CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS.....	45
1. Família.....	46
2. Educação e afetividade.....	48
3. Escola formal versus não formal e/ou informal	50
4. Trabalho e educação.....	55
PARTE II – TRABALHO EMPÍRICO.....	57
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	58
1. Identificação e justificativa sobre a pesquisa	58
2. Objetivo geral e objetivos específicos.....	59
3. Referencial metodológico	60
3.1. Paradigma fenomenológico-interpretativo	60
3.2. A pesquisa qualitativa e a pesquisa narrativa	61
4. Recolha de dados.....	62

4.1. Entrevistas semidiretivas	64
4.2. Entrevistas semidiretivas de tipo biográfico	65
5. Análise de conteúdo	67
CAPÍTULO V – CONTEXTUALIZAÇÃO	70
1. Sobre o Padre Américo e o legado da Obra da Rua	70
2. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa em seu quotidiano presente	74
3. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa e a mediação social, educativa e familiar que desenvolve.....	79
CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	86
1. Apresentação	86
1.1. Narrativas de vida.....	86
1.2. Perceções sobre a vivência ANTES da Casa do Gaiato de Paço de Sousa	97
1.3. Perceções sobre a vivência APÓS a entrada na Casa do Gaiato de Paço de Sousa e DURANTE a estadia na Casa	98
1.4. Perceções sobre perspetivas futuras	105
2. Discussão dos resultados.....	109
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
APÊNDICES.....	124

Índice de apêndices

- I. Apêndice – Consentimento informado ao diretor
- II. Apêndice – Consentimento informado aos antigos gaiatos
- III. Apêndice – Consentimento informado às funcionárias
- IV. Apêndice – Guião de entrevista ao diretor
- V. Apêndice – Guião de entrevista aos antigos gaiatos
- VI. Apêndice – Guião de entrevista às funcionárias
- VII. Apêndice – Tabela da análise de conteúdo
- VIII. Apêndice – Fotos

Introdução

Este trabalho foi realizado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e partiu de um desejo de conhecer melhor as instituições que se dedicam ao trabalho educativo com crianças e jovens institucionalizados, em Portugal e, consequentemente, a intencionalidade de conhecer a Obra da Rua, mais conhecida como a Casa do Gaiato.

Em grande parte, provenientes da rua, as crianças e jovens chegam à Casa com vícios de uma vida sem regras e limites, com maus hábitos e comportamentos, que os fazem ser estigmatizados e marginalizados pela sociedade. Por isto, realça-se a relevância social de se desenvolver um estudo em que se compreenda como o trabalho educativo implementado pela Casa do Gaiato de Paço de Sousa contribui, até os dias atuais, na (re)integração desses sujeitos na sociedade, fazendo jus ao domínio em que este trabalho se insere: Avaliação, Supervisão e Lideranças.

Organizado em duas partes, com três capítulos cada, a primeira parte tem uma natureza eminentemente teórica; onde abordamos no primeiro capítulo, concepções teóricas sobre o que é ser criança e o que é ser jovem, não os definindo a partir de uma delimitação temporal, mas compreendendo-os a partir de fatores históricos, sociais e culturais, dentre de outros determinantes, como esses sujeitos se formam e se constituem, a partir das infinitas possibilidades de trocas e relações que estabelecem entre si e com os outros.

No segundo capítulo abordamos a problemática da institucionalização, evidenciando aspetos que originam esse processo como a desigualdade social, a pobreza e os maus-tratos, visto que no nosso estudo foram estas as causas que originaram a institucionalização dos sujeitos da nossa pesquisa. Além disso, referimos a legislação portuguesa, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911, a fim de percebermos a sua organização e atuação na proteção e bem-estar dessas crianças e jovens.

Por compreender a relevância social da família, da afetividade, da escola e do trabalho na educação de crianças e jovens em situação de acolhimento, expomos, no terceiro capítulo sobre essas construções, como um referencial para análise do nosso objeto de estudo.

A segunda parte apresenta o estudo empírico realizado, nas suas diversas fases: da preparação da investigação à análise e discussão de resultados. Assim, o quarto

capítulo descreve o projeto de investigação, os objetivos e opções metodológicas para a recolha e tratamento dos dados recolhidos através da análise de documentos, da observação e de entrevistas do tipo biográfico a 5 pessoas que estiveram institucionalizadas na Casa do Gaiato «antigos gaiatos» e de entrevistas semidiretivas a 2 funcionárias (não gaiatos) e ao responsável pela Instituição (Diretor).

No quinto capítulo contextualizamos o nosso campo empírico, a particularidade de alguns dos seus principais personagens e da sua proposta educativa, num panorama social, educativo e familiar que desenvolve.

O sexto e último capítulo é elaborado com a descrição da narrativa de vida dos cinco antigos gaiatos entrevistados e de perceções sobre as suas vivências antes, após e durante a estadia na Casa, assim como sobre as suas perspetivas futuras, tendo como objetivo principal nessa análise identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)inserção social.

Por fim, são analisados os principais contributos e limitações deste estudo e sugerimos algumas direções para futura investigação.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – CONCEÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS CRIANÇAS E OS JOVENS

Introdução

Ao iniciar a escrita desta dissertação de Mestrado, que tem como problemática o tema das crianças e dos jovens em situação de vulnerabilidade social, surge a necessidade de pesquisarmos concepções teóricas sobre o que é ser criança e o que é ser jovem. Como focalizaremos histórias de vida, achamos determinante compreender especificidades sobre esses períodos, designadamente quais as relações de poder que se estabelecem nos espaços e tempos em que as crianças e os jovens experienciam a vida.

A definição sobre o que é ser criança e o que é ser jovem não dispõe de uma universalidade e varia entre diferentes áreas de saber, sociedades e culturas. De acordo com o artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança, “(...) criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 1990). Cada país exerce sua Constituição e com ela suas regras e leis constitucionais, posto isso, é a partir dos 18 anos que a criança, em Portugal, ganha maioridade e permissão para o exercício de direitos civis, como o direito a votar, viajar para o exterior sozinho e adquirir a carta de condução.

Contudo, neste capítulo, nosso objetivo não é definir a criança e o jovem, a partir de uma delimitação temporal, mas compreendê-los a partir de fatores históricos, sociais e culturais, dentro de outros determinantes, como esses sujeitos se formam e se constituem, a partir das infinitas possibilidades de trocas e relações que estabelecem entre si e com os outros. Como nos diz Sonia Kramer (2009) “(...) conhecer a infância e as crianças favorece que o ser humano continue sendo sujeito crítico da história que ele produz (e que o produz)” (p. 71). Ademais, versaremos sobre as definições de criança em risco e perigo.

1. As crianças e o conceito de infância

Christopher Jenks (2002) diz-nos que “(...) a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção do adulto, mas também é impossível criar uma noção precisa da adultez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança” (p. 3). Com breves menções às crianças do passado, nos interessa perceber como as crianças são atualmente reconhecidas e como o tema da infância ganhou particular atenção dos

intelectuais e das grandes organizações, relativamente à garantia do seu cuidado e proteção.

Foi como consequência das inúmeras transformações industriais e económicas que a nossa sociedade alterou sua forma de julgamento sobre a criança. Antes do século XV, as crianças não eram vistas como indivíduos diferentes dos adultos; eram vistas como mão-de-obra e tão logo se tornassem fisicamente aptas, eram integradas no mercado, no mundo dos adultos. Maria Dulce Freitas (2007) acrescenta que “(...) a criança era completamente despojada de qualquer poder, de qualquer competência, impossibilitada de atribuir qualquer sentido ao seu mundo de criança, muito menos ser autora e produtora da sua vida” (p. 18).

Com a chegada do século XX, as crianças passam a ser reconhecidas a partir de si próprias, das suas vozes, vontades, em suas interações quotidianas, contrariando estudos tradicionais que analisavam as crianças a partir das aspirações dos adultos. Jenks (2002) refere que “(...) quando falamos de crianças estamos a falar também de memórias do passado, de imagens de formas actuais de relacionamento e de aspirações quanto ao futuro” (p. 11). Isso nos reporta a dizer que, mesmo quando havia uma maior valorização dos adultos, as crianças sempre se fizeram presentes na sociedade e continuam a ser um importante contributo para a construção de uma sociedade mais global.

Na cultura europeia contemporânea, a criança surge como uma categoria formal e como estatuto social corporizado em programas de assistência, programas de vigilância e esquemas de educação e avaliação. Tais considerações fazem com que a criança seja vista como uma construção social de um contexto histórico particular, e este facto fornece uma plataforma crucial para muita teorização contemporânea acerca da infância, no entanto, aquilo que determina a diferença e o reconhecimento da criança no mundo quotidiano é a sua identidade enquanto estatuto social. (*ibid.*, p. 5)

Entendemos que a criança exerce, desde o seu nascimento, uma posição na sociedade, seja na família, na escola, na comunidade ou em outros espaços com que se relaciona. É no contexto onde vive, no seu quotidiano e relações que a criança observa e aprende a todo instante com os adultos. Por isso, interessa considerar a criança em suas particularidades, perceber suas origens e do que necessita para seu desenvolvimento psicológico, emocional e social; além de proporcionar à criança participação na vida em comunidade é necessário considerar também a sua identidade.

O conceito de infância nasce justamente quando a criança é percebida e valorizada na sua condição específica; quando a família e a sociedade tecem cuidados

especiais ao seu crescimento, desenvolvimento e bem-estar. É com a modernidade que a família, instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social, passa a ter maior controle sobre as crianças. É também com a entrada das mulheres no mercado de trabalho que surgem as primeiras creches/instituições e com elas um novo olhar sobre a proteção e assistência à infância. De facto:

A ideia de infância é uma ideia moderna. Remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante parte da Idade Média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social, nem autonomia existencial [...]. Daí que paradoxalmente apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio. (Sarmento, 2004, p. 3)

Estatuto que por muito tempo foi negligenciado, assim como outras minorias sociais, colocada à margem da sociedade, não vista a partir de suas individualidades, necessidades e desejos. A falta de uma perceção sobre a infância fez com que, por muitos anos, as crianças não tivessem direitos e deveres próprios. De acordo com Jenks (2002):

A ideia de infância é um constructo social e não algo de natural; como tal, o seu estatuto constitui-se em formas de discurso particulares, socialmente localizadas. Quer a criança seja entendida no mundo do senso comum ou no mundo disciplinado dos especialismos, o significado da criança enquanto ser social deriva do seu lugar e do seu propósito teóricos. (p. 30)

Assim sendo, a imagem da criança foi-se constituindo, através de um jogo de interesses dos adultos (abrangendo sociólogos, educadores, psicólogos, médicos e higienistas) preocupados com a ordem, o progresso e a futura participação das crianças na sociedade adulta. Isto significa que “(...) a criança é intencionalmente constituída de forma a apoiar e perpetuar as bases fundamentais e as noções de humanidade, acção, ordem, linguagem e racionalidade de teorias particulares” (*ibid.*, p. 30). Os estudos sobre a infância vieram situar as crianças na estrutura social, ou seja, para compreender a sua formação e preparação para o futuro.

De acordo com os pressupostos de Nunes de Almeida (2000):

A infância não é o negativo da adultez: a infância não é o terreno da inocência e da ingenuidade, por oposição ao terreno minado do interesse e do cálculo, dos adultos que a rodeiam; a infância não é também uma cópia, em pequena escala, do universo adulto, uma espécie de sua reprodução em miniatura, donde bastaria saber de uns (os mais velhos) para deduzir, em conformidade, o que são ou serão os outros (os mais novos); a infância não é vazio, a tábua rasa, a cera que se molda a gosto, onde os adultos podem desenhar livremente um destino totalmente previsível para a criança; a infância não é apenas a

ainda não, o projecto de alguém que ainda não é, por oposição à natureza acabada, à configuração estável, definitiva e fixa do adulto; a infância não é a primeira etapa de um percurso linear, de uma progressão irreversível da irracionalidade à racionalidade, do simples ao complexo, da imaturidade à maturidade. (p. 16-17)

As crianças são produtores de sentido, participantes das práticas sociais, são sujeitos que partilham conhecimentos, saberes, gostos, toques e olhares com o outro. Corsaro (2011, p. 26) afirma que “(...) interações e atividades práticas da criança com outras pessoas levam à aquisição de novas competências e conhecimentos, que são vistos como transformação das habilidades e dos conhecimentos anteriores”. Logo, as crianças produzem novas práticas, costumes e culturas entre si e com adultos as quais não podemos compreender apenas como uma adaptação e internalização.

1.1. Culturas infantis

Algumas teorias sociológicas da infância, tradicionais, afirmam ser a criança a-cultural, ou seja, tão só reprodutora da cultura adulta. Entretanto, “(...) as crianças não se limitam a internalizar a sociedade em que nasceram (...), as crianças agem e podem trazer mudanças à sociedade” (Corsaro, 2011, p. 22).

É através da linguagem, dos conflitos, das brincadeiras, dos brinquedos, da recreação e imaginação, assim como da mídia, que as crianças constroem sua cultura. O “ser criança” se possibilita na sua interação com o outro; na forma como vivem e dão sentido ao que fazem, onde tudo o que as envolve contribui para formação da sua identidade pessoal e social.

Dessa forma, Corsaro (2011) enfatiza a importância da cultura de pares definindo-a como “(...) um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefactos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com as demais” (p. 128). É em seus afazeres diários que as crianças coletivamente vão construindo sua cultura, adquirindo autonomia e responsabilidades diante dos desafios que no dia a dia lhes são colocados.

Sarmento (2004) fala-nos que:

As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-se de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo que veiculam formas especificadamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo. (p. 12)

Indissociável do processo histórico em que as envolvem, não é contrariamente ao adulto, mas com ele, numa relação de troca-retorno entre o “mundo infantil” e

“mundo adulto” que a criança progride e adquire representatividade. Com toda sua particularidade infantil não podemos ignorar a relevância das crianças e de sua infância, como fomentadoras de novas culturas tão importantes quanto necessárias para o percurso de um contexto social.

As construções culturais das crianças estão relacionadas com seus contextos e espaços sociais onde interagem, por isso, convém mencionarmos o termo cultura infantil, no plural, uma vez que:

(...) as formas e conteúdos das culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas sociais atravessadas por relações de classe, de gênero e de proveniência étnica que impedem definitivamente a fixação num sistema coerente e único dos modos de significação e ação infantil. (Sarmiento, 2002, p. 4)

Carregada de significados muito particulares e atravessada por vários fatores referidos pelo autor, afastamo-nos assim de uma concepção essencialista de cultura infantil, isto é, da ideia de que existe uma única só forma de ser e vivenciar a infância, aproximando-nos de uma concepção mais integradora onde diferentes características identitárias confluem para essas mesmas vivências.

É importante mencionarmos, ainda, a relação de poder estabelecida pelos adultos para com as crianças. Onde as práticas, atitudes e regras autoritárias precisam ser redefinidas, numa perspectiva compartilhada na qual o adulto outorgue às crianças o direito de voz e participação.

1.2. Crianças em risco versus Crianças em perigo

Existe em nossa sociedade a criança pobre, a criança rica, a criança abandonada, a criança delinquente, diversas infâncias, pois há diferentes e antagônicas formas de se ser criança que atravessam a sociedade contemporânea. Algumas crianças são vítimas de graves problemas sociais, desigualdades, guerras, pobreza, racismo, outras são vítimas da maldade de alguns seres humanos adultos, sofrendo maus-tratos, negligência e omissão, uma multiplicidade de situações que coloca a criança em vulnerabilidade social e em uma situação de risco ou perigo.

De acordo com Penha (2000 in Alves, 2007, p. 49), o conceito de risco aplica-se quando a criança, pelas suas características biológicas e/ou familiares, se encontra potencialmente sujeita a omissões na satisfação das suas necessidades de ordem física (alimentação, abrigo, segurança, saúde e higiene) e sócioemocional (interação, afeto,

estimulação, atenção, contacto), vendo comprometido o seu processo de desenvolvimento.

Caso os fatores de risco não sejam resolvidos ou se verifica a junção de várias situações de risco numa mesma criança ou jovem, esta criança que antes se encontrava em situação de risco, pode eventualmente passar para uma situação de perigo. Dessa forma, o conceito de perigo aplica-se quando a criança se encontra exposta a situações que afetam gravemente a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

A título de exemplo, quando uma criança é agredida diariamente por seu pai e ocorre uma omissão por parte de sua mãe, esta criança encontra-se em uma situação de risco. Se, por conseguinte, para fugir aos castigos corporais do pai essa criança passar a fugir de casa, a não frequentar a escola e a viver na rua, esta criança encontra-se agora em uma situação de perigo.

Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo instalar-se perante uma situação de crise aguda, por exemplo, morte, divórcio ou separação. É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção.

No que diz respeito a criança ou jovem enquanto sujeito de direitos e deveres, Delgado (2006) evidencia:

A criança ou jovem em risco é um sujeito em formação submetido a dificuldades de diferente índole, que lhe limitam a possibilidade de alcançar o desenvolvimento físico, afectivo e psíquico que caracteriza, idealmente, a dignidade humana. A dignidade funda-se nos direitos humanos que se impõem como deveres a todos os que dela participam. Sob a sua égide, constrói-se o estatuto de cidadania, assente na autonomia da pessoa, integrada na sociedade civil e respeitada pela Estado democrático. (p. 14)

Em convergência, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ¹), criada pelo Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, declara que:

Nas situações de risco, a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista a prevenção primária e secundária das situações de perigo, através de políticas, estratégias e ações integradas, e numa perspetiva de prevenção primária e secundária, dirigidas à população em geral ou a grupos específicos de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. (CNPDPJ)

¹ Entidade de referência em Portugal, que tem por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

Nas situações de perigo, a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra, nomeadamente, pela aplicação de uma medida de promoção e proteção, bem como promover a prevenção de recidivas e a reparação e superação das consequências dessas situações. (CNPDPJ)

Sandra Alves (2007) reconhece que a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja detetada e deve ser exercida primeiramente pelas entidades e instituições da sociedade civil com competências em matéria da infância e juventude (escolas, associações desportivas, culturais e recreativas, segurança social, hospitais, etc.); entidades tendencialmente mais próximas das crianças e das famílias, das suas rotinas e percursos diários.

Isto posto, destacamos o papel do professor como agente de proteção sobre as crianças e jovens. Detetado um problema é sua responsabilidade comunicar à família e se esta não se posicionar, a situação deve ser imediatamente encaminhada para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ. Só em última instância os tribunais devem ser envolvidos, visando-se “(...) uma atuação não judiciária, consentida e contratualizada com os pais ou adultos responsáveis pela criança” (p.73).

Sobre a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), adotada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e ratificada por Portugal em 1990, a CDC diz que:

Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, excepto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. (artigo 9º)

Afim de que a criança não seja separada do seu contexto de origem, deve o Estado oferecer à família oportunidades de gerir as adversidades com que se confronta. Para que os pais ou responsáveis possam assumir os seus deveres para com a criança e o jovem, faz-se necessário uma intervenção dinâmica que “(...) requer modos de ação construtivos – uma atitude que, diante de riscos complexos, desencadeie respostas igualmente complexas e multidimensionais, que previnam maus futuros, construindo melhores presentes” (Sarmiento & Gouveia, 2009, p. 267).

Enfim, consideramos um dever cívico denunciar qualquer situação de risco ou perigo que possa comprometer a integridade física, psíquica ou emocional de uma criança ou jovem. Tudo que venha a ameaçar o bem-estar e saúde destes indivíduos deve ser problematizado e informado às autoridades competentes.

Em Portugal, a Linha da Criança² é uma linha telefónica gratuita especialmente vocacionada para os problemas de crianças e jovens que se encontrem em situações de risco ou perigo.

A seguir, ponderamos sobre a construção da identidade dos jovens, a saber, sobre a nossa compreensão de suas identificações, potencialidades, limitações e condição de ser jovem.

2. Os jovens e o conceito de juventude

É pela forma como se relacionam e socializam através das modas, redes sociais, linguagem, músicas, danças, etc., que os jovens constroem seu modo de “ser jovem”. A análise feita por Groppo (2000 in Guimarães & Macedo, 2009, p. 4) se faz relevante considerando que “(...) a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

Dessa forma, através de diferentes estilos de vida (rap, funk, hippie, rastafári, roqueiro, romântico, clássico, tradicional, etc.), os jovens demonstram sua personalidade e afirmam sua condição juvenil. Juarez Dayrell (2003) diz-nos que a juventude:

(...) constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (p. 42)

Sendo considerado um período de grandes questionamentos e descobertas que transcorre entre a infância e a idade adulta, a juventude, ou as juventudes, é uma fase que de algum modo se repercute ao longo da vida. Como nos diz Dayrell (2003) “(...) eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem” (p. 43). Ou seja, as diferentes oportunidades dos jovens perante a educação e o mercado de trabalho são, igualmente, pré-requisitos para o desenvolvimento de sua identidade, integridade e autonomia em sociedade.

Pensar sobre o que é ser jovem é relacionar a ideia de vitalidade, força, participação, luta e mudança. Enquanto uma categoria social, os jovens precisam reconhecer seu papel e importância na sociedade, viver plenamente a sua condição humana, serem capazes de refletir e ter suas próprias opiniões e de realizar ações de

² Atendimento personalizado que disponibiliza os esclarecimentos pretendidos, podendo, se o caso o justificar, encaminhar a situação para as entidades competentes.

impacto social, posto que, unidos são capazes de desencadear grandes mudanças na sociedade.

Não basta somente realizar investimentos nas condições sociais e econômicas, mas sim identificar áreas estratégicas para a construção de projetos juvenis de vida, que incorporem sentimento de pertencimento por parte dos jovens em relação à sociedade e desenvolvam ações que possam oferecer-lhes às ferramentas necessárias para a emancipação e construção da autonomia. Isso por que acredita-se em ações que considerem os jovens como sujeitos políticos, capazes de contribuir com um outro projeto de sociedade. (Souza e Paiva, 2012, p. 359)

Podemos, assim, pensar no surgimento de um novo agente social, de personalidade mais liberal, que partilha e defende suas ideias, crenças e valores a favor de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1. Culturas juvenis

Sofia da Silva (2010) destaca que “(...) as culturas juvenis são fabricadas e vividas em processos de distanciamento do mundo adulto e do mundo da infância” (p. 297). Formam-se pela relação entre pares, como algo comum a todos os jovens que, através de suas vestes, gostos, lugares que frequentam, objetos que compartilham e maneira como se comportam, entre outros exemplos, acabam por definir sua identidade e pertencimento. Enquanto grupo de pares, pode-se definir como o grupo “(...) primário e íntimo, não hierarquizado e composto por membros que têm aproximadamente o mesmo estatuto e participam das mesmas atividades” (Garrido & López, 1995 in Delgado, 2006, p. 77).

De acordo com Silva (2010) o movimento de pertença protagonizado pelos jovens resulta, em grande medida, das fragilidades e medos que atravessam os seus quotidianos (*ibid.*, p. 347).

Os/as jovens parecem pegar em modelos de pertença dispersos e, através de várias combinações, fazem correspondência entre figuras e lugares locais que são estruturantes na sua composição identitária. Neste sentido, mobilizam nas suas relações os laços comuns agarrados ao local, às amizades de sempre e às histórias partilhadas na construção das suas especificidades enquanto pertença a um grupo juvenil que acentua a sua visibilidade ao nível da comunidade local. (*ibid.*, p. 297)

Neste sentido, os jovens buscam se reafirmar através de seus corpos (tatuam-se, maquilham-se, depilam-se, musculam-se, assumem cabelos coloridos, cortes ostensivos...), fazem uso de uma linguagem muito particular (utilizam gírias e

expressões próprias), tudo em função da necessidade que têm de afirmarem sua identidade enquanto grupo; de se sentirem seguros e protegidos.

Dayrell (2003) diz-nos que “(...) é o nível do grupo social, no qual os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, que produz uma cultura própria” (p. 43). Ou seja, a cultura vigente é ressignificada pelo jovem a partir das ideias, crenças e valores que defendem e partilham. Através da escola, da família e enquanto sujeitos, somos inculcados de uma cultura que nos é passada, que nos diz quem somos; entretanto, é a cultura que produzimos que nos diz o que queremos ser.

O jovem, a depender do grupo de pertença em que esteja, pode ser reconhecido positivamente ou estigmatizado negativamente; uma vez que a sociedade apresenta atitudes preconceituosas e nem sempre de acordo com as atitudes dos jovens. Como nos diz Silva (2010):

É em contextos locais que estes/as jovens se reconhecem e se investem enquanto participantes, lidando a nível local com o paradoxo da visibilidade/invisibilidade. Por um lado, lutam pelo reconhecimento e pela visibilidade local, por outro lado essas formas de luta acabam por se traduzir em expulsões de circuitos permanecendo aí invisíveis. Mais ainda, da mesma forma que desejam a visibilidade a nível local, desejam, por vezes serem invisíveis em contextos onde os símbolos que os localizam se tornam artefactos de expulsão. (p. 349)

Ainda assim, a “cultura juvenil”, muitas vezes vista como contracultura, pode simbolizar uma ameaça aos adultos pelo facto de que o jovem, na sociedade atual, é extremamente valorizado por representar um alto potencial trabalhista de inovação e criatividade. Como diz Coleman (1961 in Guimarães & Macedo, 2009):

(...) os jovens, junto com outros jovens, apropriam-se de valores diferentes daqueles que lhes foram apresentados pela sociedade adulta, constituindo assim uma outra pequena sociedade com a sua cultura própria, mantendo apenas alguns elos de comunicação com a sociedade externa. (p. 11)

A rua é um espaço público “pelos jovens, reivindicada como um palco de cultura participativa” (Pais, 2005, p. 57-58). É cenário de lutas, convivências, sociabilidade, criatividade e autonomia; é onde os jovens exibem seus comportamentos e atitudes através da arte, dos desportos, da dança, do modo de vida que escolheram para si próprios.

A partir desse momento, passamos a relacionar tais definições a determinações do que sejam as crianças e os jovens como atores sociais.

3. As crianças e os jovens como atores sociais

Consideramos que as crianças e os jovens são personagens chave para a construção da sociedade, quando reconhecemos e proclamamos os seus direitos e deveres como cidadãos. Nesta dimensão, e de acordo com Ana Clemente (2013), “(...) está presente a noção de criança como ser social que contribui para a comunidade, à qual se reconhece os seus saberes, valores e experiências” (p. 43).

Ser ator social é ser agente do seu próprio processo histórico. É ser um sujeito autónomo e participativo, capaz de refletir, ressignificar, se posicionar e agir diante de uma realidade aceitando-a, ou não, como lhe é apresentada. Como nos diz Dayrell (2003), ser um sujeito ator social “(...) é uma aprendizagem que exige esforço de autoreflexão, distanciamento e autocrítica” (p. 44).

O sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere. (Charlot, 2000 in Dayrell, 2003, p. 42-43)

Dayrell concorda com a definição de Charlot (2000) e descreve o ser humano como um sujeito social em constante construção, que em sua singularidade se constitui como sujeito, à medida que desenvolve suas potencialidades na relação com o outro e no contexto social a que pertence.

Dessa forma, podemos pensar nas crianças e jovens como atores sociais quando, como sujeitos de direitos e deveres, desempenham e assumem papéis dentro da sociedade da qual fazem parte. A criança, entendida enquanto ator social, assume um papel ativo em diversas áreas da sua vida, possuindo a capacidade de agir e de “(...) interagir em sociedade e de atribuir sentido às suas acções” (Pinto & Sarmento, 1997, p. 20).

Não é apenas erróneo, como pode ser perverso, o centramento dos direitos da criança na proteção e (mesmo) na provisão de meios essenciais de crescimento, sem que se reconheça às crianças o estatuto de actores sociais e se lhes atribua de facto o direito à participação social e à partilha da decisão nos seus mundos de vida. (Sarmiento, 2004, p. 3)

Como um sujeito em constante desenvolvimento, necessita de proteção e cuidados por parte da escola, da comunidade em que vive, da sua família e principalmente do poder público, pois, a criança é um ator social e deve ser respeitada e tratada como tal. Assim, também os jovens são atores sociais, quando não procedem passivamente face aos adultos e às imposições de um sistema social vigente; quando analisam e redefinem suas escolhas a partir de seus próprios interesses.

Para Alain Touraine (1998), o ator social é alguém que, “(...) engajado em relações concretas, profissionais, económicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou género, procura aumentar a sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência” (p.37). O autor refere o estatuto de ator social enquanto um agente de mudança que se percebe como protagonista de seu contexto de vida. Para tal fim, recordamos o papel da família e da escola, mas também de outros espaços, que possibilitem à criança e ao jovem se manifestar, expressar e produzir novos saberes.

Conclusão

Refletir a partir das conceções teóricas sobre as crianças e os jovens, permitiu-nos percebê-las de forma mais ampla; ressignificamos seu conceito, ao ponto de, não mais nos limitarmos a uma simples definição baseada na faixa etária.

Como sujeitos de uma cultura própria que complementa e potencializa novas culturas, são igualmente as crianças, fruto do contexto onde vivem, de suas relações quotidianas, crenças, valores, religião, etc.; onde a cultura exerce influência sobre diversos aspetos do seu comportamento e desenvolvimento.

As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-se de modo distinto das culturas adultas. (Sarmiento, 2004, p. 12). Indissociável do processo histórico em que as envolvem, não é contrariamente ao adulto, mas com ele, numa relação de troca-retorno entre o “mundo infantil” e “mundo adulto” que a criança progride e adquire representatividade.

Legitimar a criança e o jovem a partir de sua cultura abre oportunidades para a escola, mas também para outras instituições sociais, de se aproximarem do seu processo educativo. A cultura pode ser trabalhada através da música, da dança, da arte, e em outras áreas que as crianças e os jovens se reconheçam, e que possam contribuir para a sua segurança e bem-estar.

Diante disso, o debruçar sobre a realidade social de crianças e jovens em perigo ou risco nos motivou a buscar respostas perante a sociedade que tem o dever de cuidá-las e protegê-las.

Sendo a nossa pesquisa desenvolvida num contexto de instituição de acolhimento, pensar sobre as crianças e jovens como atores sociais nos proporcionou um confronto da teoria sobre a prática, ao observar se nestes espaços, e em quais momentos, a criança e o jovem tem a possibilidade de se manifestar e expressar; de alcançar a sua autonomia e preparação para a vida futura.

CAPÍTULO II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO UMA RESPOSTA SOCIAL

Introdução

Uma vez que o contexto empírico do nosso estudo é uma instituição de acolhimento, buscaremos compreender o significado do conceito.

Acreditamos ser a institucionalização uma resposta social dirigida às crianças e jovens que se encontram desintegrados do seu meio familiar ou que nele sofrem carências graves e/ou maus-tratos. Dessa forma, abordaremos a legislação portuguesa, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911, a fim de percebermos a sua organização e atuação na proteção e bem-estar dessas crianças e jovens.

Procuraremos abordar a problemática da institucionalização, evidenciando aspetos que originam esse processo como a desigualdade social, a pobreza e os maus-tratos, visto que no nosso estudo foram estas as causas que originaram a institucionalização dos sujeitos de nossa pesquisa.

Problematicando os objetivos e práticas das instituições de acolhimento, refletiremos a respeito das desvantagens de se retirar a criança ou jovem do seu contexto de origem, institucionalizando-os. Consideramos que medidas alternativas devem ser tomadas antes da retirada da criança de seu vínculo afetivo, uma vez que, o afastamento da criança do seu contexto natural de vida pode vir a representar um impacto, positivo ou negativo, sobre as novas relações, rotinas e dinâmicas, a partir daí estabelecidas.

1. Sobre o conceito de institucionalização

Relativamente a uma dimensão histórica e cultural, abarcamos a definição de Erving Goffman (1961) sobre as instituições totais. De acordo com o autor as instituições são estabelecimentos sociais, “são locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifício ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo” (p. 15). E completa que:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda a instituição tem tendências de ‘fechamento’. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais ‘fechadas’ do que outras. Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. (*ibid*, p.16).

O autor chama a atenção para a forma como as instituições totais impõem suas regras e obrigações “num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos da instituição” (p.18); e critica o método de controlo e vigilância sobre o coletivo, onde vigora um grupo controlado (geralmente os internados) e o grupo dos supervisores (geralmente os dirigentes e funcionários). Para além disso, ressalta a distinção entre esses grupos, onde os funcionários vivenciam uma vida externa fora do seu ambiente de trabalho em oposição aos internos, que vivem num contacto restrito, por vezes, privado de autonomia e liberdade.

De acordo com Quintães (2009, p. 30-31) compete às instituições a prestação de cuidados; a reabilitação, que inclui a contenção e controlo dos comportamentos perturbadores; a educação; a preservação da integridade e o desenvolvimento da identidade cultural, ética, linguística e do património simbólico da criança; a preparação para a independência dos jovens; e finalmente a sua reinserção social.

Sandra Alves (2007, p. 63) refere que as instituições foram criadas com o objetivo de manter o equilíbrio e a ordem sociais dirigidas a grupos específicos da população não integrados no todo social, de forma a providenciar-lhes o tratamento, a educação e a reinserção necessárias. Á vista disso, entendemos que a institucionalização de crianças e jovens concebe uma provável solução para problemas de maus-tratos e negligência, ou seja, como medida de proteção dos menores sinalizados como estando em perigo.

Remetendo à legislação portuguesa, a base do processo de institucionalização é planificada por entidades com competência em matéria de infância e juventude, das comissões de proteção de crianças e jovens e dos tribunais; tendo em vista o que for de melhor para o futuro da criança e de desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e afetivo. Alves (2007) diz-nos que:

A medida de colocação institucional deverá constituir a última opção de intervenção social e judicial de crianças e jovens em perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições efectivas na família biológica, nuclear ou alargada, para que a criança aí permaneça em segurança. (p. 65)

Neste sentido, ficam as instituições a par “(...) das responsabilidades educativas ao nível jurídico, moral, social e escolar, atribuídas geralmente aos progenitores biológicos” (*ibid.*, p. 66). A autora ainda sinaliza que esses cuidados deverão ser prestados, levando em consideração “(...) a idade da criança e do jovem, o seu gênero,

origens sociais, percursos de vida e características individuais de personalidade” (*ibid.*, p. 66).

Segundo o último Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Criança e Jovens³, existem em Portugal: 122 Casas de Acolhimento Temporário – CAT; 181 Lares de Infância e Juventude – LIJ; 7 Lares de Infância e Juventude Especializados – LIJE. Totalizando 310 casas de acolhimento direcionadas a promoção e proteção infantojuvenil.

Para além das casas de acolhimento, as instituições que desenvolvem respostas residenciais, nomeadamente nas áreas da educação especial e da saúde podem, em situações devidamente fundamentadas e pelo tempo estritamente necessário, executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de carácter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos, garantindo os cuidados socioeducativos e terapêuticos a prestar no âmbito da execução da medida. (Relatório CASA 2016)

Independentemente de se dirigirem a diferentes problemáticas, são as casas de acolhimento temporário e os lares de infância e juventude, instituições organizacionais que acolhem crianças e jovens vítimas de abandono, negligência, abuso sexual, abuso de autoridade por parte dos pais ou quando a criança ou jovem se envolve em práticas que afetem gravemente o seu desenvolvimento, como furto ou uso de drogas e entorpecentes.

Ao analisar o sistema de acolhimento português, o Relatório CASA, publicado em maio de 2017, apresenta uma panorâmica do fluxo de entrada e de saída das crianças e jovens, entre os anos de 2006 e 2016. No ano de 2016, a caracterização da situação das crianças e jovens no sistema de acolhimento familiar e residencial abrangeu um total de 10.688 crianças e jovens. Apresentando um decréscimo relativamente ao ano de 2006, onde o número de crianças e jovens acolhidas era de 15.016. Ou seja, houve uma redução de 33% nos últimos dez anos. Entretanto, apesar do decréscimo no número de crianças e jovens acolhidas, verificou-se em 2016 um aumento no número de novas entradas e uma redução do número de saídas em relação ao ano anterior.

Das 10.688 crianças e jovens caracterizados, 8175 encontravam-se em situação de acolhimento, no final do ano de 2016. Sendo, nomeadamente, os LIJ e CAT as casas de acolhimento que maior prevalência possui no número de crianças acolhidas, encontravam-se nessas casas 7149 crianças e jovens (87,4%) do universo em situação

³ O presente Relatório CASA confere visibilidade às crianças e jovens que, encontrando-se separados temporariamente das respetivas famílias, residem nas diversas respostas de acolhimento.

de acolhimento (8175). Para 576 crianças e jovens (7%), a proteção e os cuidados residenciais foram assegurados em casas de acolhimento das áreas da Saúde, Educação Especial ou Segurança Social com vocações e modelos de intervenção específicos face às respetivas necessidades e características individuais.

Devido às intervenções em meio natural de vida, O Relatório CASA (2006) aponta que os jovens têm chegado mais velhos às casas de acolhimento; e chama a atenção sobre a duração do acolhimento. Sobre os motivos que levaram ao acolhimento, os principais fatores apontados foram a negligência associada à “falta de supervisão familiar”; seguido da “exposição a modelos desviantes”, e por último, de “comportamentos desviantes”.

Ademais, e para se compreender melhor a base do trabalho das comissões de proteção de crianças e jovens e dos encargos dos tribunais, faremos uma breve análise sobre o sistema de acolhimento nacional, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911, que colocou Portugal na vanguarda da proteção às crianças.

2. A institucionalização de crianças e jovens, em Portugal, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911

Na primeira metade do século XX, Portugal enfrentava um sério problema de estratificação social, onde muitas famílias e suas crianças beiravam a pobreza e a marginalidade. A Lei de Proteção à Infância - LPI, de 1911 representou a primeira lei promulgada em Portugal relativamente à proteção das crianças e jovens e instaurou, no país, um novo olhar sobre a perceção infanto-juvenil e sobre a justiça.

Desresponsabilizou-se o menor perante a prática de ilícitos criminais, encarando tal prática como decorrente da exclusão social, carência afetiva e da necessidade de proteção do menor. Com a aprovação da LPI, foram criados os primeiros Tribunais especializados - as Tutorias da Infância que, em 1925, se alargaram a todo o país e assim terminou a aplicação direta dos Códigos Penal e do Processo Penal a menores. (Abreu, et al., in Candeias & Henriques, 2012, p. 3)

Considera-se que, antes da LPI, as crianças e jovens, perante a prática de ilícitos criminais, eram castigadas a cumprir uma pena nos mesmos termos que os adultos. De certa forma, não tinham reconhecimento da sociedade perante seus direitos e deveres. Careciam, portanto, de uma proteção do Estado que lhes possibilitasse uma reconstrução do seu próprio processo de exclusão. Sendo isto possibilitado com a primeira tutoria da infância, definida como “(...) um tribunal coletivo especial, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou

delinquentes, **sob a divisa: educação e trabalho**” (Ministério da Justiça, in Candeias & Henriques, 2012, p. 4, grifo nosso).

As tutorias da infância surgem, não como uma medida punitiva, mas como uma medida de se compreender as causas que levavam o sujeito à prática do crime; a ter comportamentos ilegais e criminosos e o que os impedia de ter um desenvolvimento considerado normal pela sociedade. Utilizadas como um instrumento do Estado, “(...) tratava-se de um processo de terapêutica moral de higiene preventiva contra o crime, antes do crime e de higiene curativa contra o crime consumado” (Candeias & Henriques, 2012, p. 4). Cabendo ao Estado e demais organizações particulares, com ou sem fins lucrativos, a criação de políticas públicas inclusivas, preventivas e de proteção à criança e jovem.

O sistema instaurado pela LPI, apesar do seu alargamento à escala nacional em 1925, e as muitas medidas legislativas que se seguiram sobre o sistema de justiça de menores em Portugal, mostraram-se insuficientes para as necessidades da criança portuguesa “(...) pois não considerava direitos fundamentais do menor, pondo em causa a constitucionalidade, a legalidade, a legitimidade e a proporcionalidade da intervenção” (*ibid.*, p. 14).

A LPI apenas foi objeto de reforma aquando da publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1962. Um outro importante marco nesse seguimento que:

(...) atribuiu ao Ministério Público a função de representante das crianças e jovens, competindo-lhe velar pelos seus interesses. Foram introduzidas duas formas processuais, uma relativa a matérias de natureza penal-tutelar e outra para providências de natureza tutelar cível. (Abreu et al., in Candeias & Henriques, 2012, p. 11)

A nível internacional, a Convenção dos Direitos da Criança - CDC, criada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por Portugal em 1990, em seu artigo 19º refere:

A tomada de medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas pelos Estados-parte para proteger suas crianças contra todas as formas de violência, abuso, maus tratos ou exploração, quando estiverem sob a guarda de qualquer pessoa responsável por ela, cabendo aos Estados o estabelecimento de programas sociais que proporcionem uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado.

A década de 90 representa mais um marco determinante na promoção e proteção de crianças e jovens em risco que através da criação das comissões de proteção de menores, “(...) visou-se evitar o contato dos menores com os tribunais, procurando-se

sensibilizar a comunidade para o exercício do dever de, ao lado da família (sempre que possível), encontrar soluções viáveis de intervenção junto das crianças e dos jovens. (Candeias & Henriques, 2012, p. 4).

Por conseguinte, no fim do século XX, houve reformas e consolidaram-se duas significativas leis: a Lei nº 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP)⁴, de 01 de setembro e a Lei nº 166/99 (Lei Tutelar Educativa – LTE)⁵, de 14 de Setembro, que representaram um novo modelo de intervenção cujo propósito se assentava na proteção, reeducação e preparação desses indivíduos para a vida, por via do trabalho e da responsabilidade.

Como princípios orientadores de intervenção destas leis, aplicar-se-ia o interesse superior da criança que, de acordo com Alves (2007):

(...) é o interesse a sobrepor-se a qualquer outro interesse legítimo, seja dos pais, seja de outros adultos, sejam ainda interesses de natureza diferente, de ordem económica ou cultural, designadamente. Interesse a definir através de uma rigorosa avaliação concreta, determinada por uma perspectiva global e sistemática, de natureza interdisciplinar e interinstitucional. Interesse intimamente ligado, sem dúvida, à satisfação da premente necessidade da criança de crescimento harmonioso, em ambiente familiar, num clima de amor, aceitação e bem-estar. Interesse decorrente também da salvaguarda da continuidade das ligações afectivas estáveis da criança, operada em tempo útil, de acordo com o sentido do tempo da criança e não do adulto. (Farinha, 1994 in Alves, 2007. p. 87)

Nomeadamente, a continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas; privacidade; intervenção precoce e mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; continuidade das relações psicológicas profundas; prevalência da família, obrigatoriedade da informação; audição obrigatória e participação e por fim, a subsidiariedade (Lei nº 147/99, artigo 4º).

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, artigo 50º o processo de acolhimento institucional pode ocorrer por uma curta duração ou ser prolongado:

O acolhimento de **curta duração** tem lugar *em casa de acolhimento temporário* – CAT por prazo não superior a seis meses. O prazo referido no número anterior pode ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respectiva situação e à definição do encaminhamento subsequente.

⁴ Versão atualizada – Lei nº 23/2017, de 23 de maio.

⁵ Versão atualizada – Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro.

O acolhimento **prolongado** tem lugar em *lar de infância e juventude* – LIJ, destina-se à criança ou ao jovem, quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses.

Compreendemos que, em Portugal, as instituições de acolhimento se direcionam a diferentes problemas: as Casas de Acolhimento Temporário – CAT são direcionados aos jovens infratores, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que tem como instrumento de orientação a Lei Tutelar Educativa – LTE; e os Lares de Infância e Juventude – LIJ são direcionados as crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, que se encontram em uma situação de maus-tratos, abuso ou negligência, sendo a Lei de Proteção às Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP a sua principal ferramenta de apoio.

A cargo da LPCJP está o sistema da solidariedade e segurança social direcionado ao atendimento de crianças e jovens entre 0 e 18 anos de idade, que se encontram em situação de perigo. Sob a LTE encarrega-se o Estado da execução de medidas direcionadas a jovens (dos 12 aos 16 anos de idade) que apresentam um comportamento desviante, qualificado pela lei como crime (Alves, 2007, p. 69). Ambas as leis visam a promoção dos direitos do menor, prevalecendo as medidas não institucionais.

Não fazendo qualquer tipo de distinção entre as crianças e jovens em perigo e os menores delinquentes, a aprovação da LTE não previa a punição ou reprovação social sobre a criança ou jovem, mas conferia-lhes garantias fundamentais conformes ao texto constitucional e aos textos internacionais, aos quais o Estado Português se encontrava vinculado (*ibid.*, p. 15).

Dessa forma, as instituições de acolhimento assumem hoje uma orientação mais humana quando direcionam o seu trabalho para uma proposta (re)educativa, que possibilite às crianças e jovens, durante a institucionalização, “condições de (re)aprendizagem das normas sociais vigentes e a preparação de um caminho para a futura reintegração na sociedade, seja qual for a razão que motivou o ‘acolhimento’” (*ibid.*, p. 65).

Nesta parte do trabalho, procuramos refletir sobre o conceito de crianças e jovens delinquentes; de menores cujos atos consubstanciaram ilícitos penais, também sujeitas ao processo de institucionalização.

3. A criança e o jovem delinquente

Em Portugal, as atenções sobre a delinquência juvenil, tornaram-se visíveis após os avanços da Lei de Proteção à Infância - LPI, mais notadamente, sobre a Lei Tutelar Educativa – LTE. Foi com essa nova legislação que a criança e o jovem delinquentes, de certa forma aquele que foge aos padrões éticos e morais perpetuados e aceites pela sociedade, passaram a dispor de medidas de proteção, assistência e educação, em vez de medidas judiciais punitivas.

Quando falamos em delinquência juvenil, falamos numa “(...) construção social e institucional, marcada pelas configurações e ideias acerca do comportamento que se opõe aquele que a sociedade identifica como o ideal no período da infância e adolescência” (Ferreira, 2007, in Azevedo, 2013, p. 6).

Fruto da desigualdade social, da pobreza, de um desamparo familiar, etc., o problema da criança e jovem delinquentes passa a ser analisado de uma forma focada nas causas que propiciavam a realização de delitos por parte dos sujeitos, uma vez que, fazer-se valer das leis penais não era suficiente para a sua regeneração. Como apontam os autores Henriques e Vilhena (2015), o problema da criança e jovem delinquentes significava um incómodo e uma ameaça aos bons costumes e funcionamento da sociedade.

A infância, quer em perigo social, quer a perigosa - a criança delinquente, representava um problema social que deveria ser resolvido por meio de um conjunto de ações capazes de modelar o indivíduo de acordo com determinados padrões sociais, de o civilizar. (p. 66)

Sobre o conceito de delinquente, Tomé (2003) o refere como “(...) um indivíduo patológico, perigoso para a paz e para a ordem social que era necessário defender” (p. 92). Dessa forma, a Lei Tutelar Educativa com ação regida pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, traz como medida de intervenção “(...) a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (artigo 2º).

A criança e o jovem delinquentes, no decorrer desse processo de intervenção, adquirem a oportunidade de “corrigir” suas atitudes através de uma interiorização do que é certo e aceitável se fazer em um contexto de comunidade. A este respeito, a LTE cita algumas medidas tutelares que podem ser aplicadas, afim de que se alcance tal objetivo. Citamos como exemplos: a advertência; a reparação ao ofendido; a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; a imposição de regras

de conduta; a imposição de obrigações; a frequência de programas formativos; o acompanhamento educativo; e o internamento em centro educativo, que se constitui a medida mais grave (artigo 4º).

Ainda de acordo com a LTE o internamento em centro educativo, prevê um afastamento temporário do jovem do seu contexto, com recurso a programas e métodos pedagógicos destinados à sua educação para o direito e uma prevenção da reincidência (artigo 4º). Quando uma medida de internamento está prestes a cessar, a educação é assumida como um fator de proteção, uma vez que, quanto mais próximos do meio escolar, maior será a promoção da sua integração social.

Contudo, Tomé (2003) afirma que as perturbações de socialização também na escola tem sido um dos fatores da delinquência. Tendo isso em consideração,

(...) a delinquência tornou-se merecedora de uma intervenção educativa, cuja finalidade seria reconduzir o indivíduo e/ou o meio no sentido de comportamentos respeitadores de valores estandardizados, preconizados pelas forças dominantes da população. (p. 89-90)

Enquanto instituição de formação, a escola precisa rever a sua função social e, de facto, contribuir na recondução do indivíduo, transformando, pela educação, crianças e jovens, que antes se encontravam à margem da sociedade.

Por compreender a importância desta questão, voltemos nossa atenção para três problemas sociais, especificamente, a questão da desigualdade social, pobreza e maus-tratos. Estes problemas sociais estão ligados à história de vida dos sujeitos que participaram desta pesquisa e, ainda hoje, podem ser considerados como prováveis causas para a exclusão e que condiciona inúmeras crianças e jovens à institucionalização e delinquência.

3.1. Desigualdade social

A problemática da desigualdade social é sujeita a diversas análises, áreas, épocas e teóricos. De diferentes pareceres, o conceito de desigualdade social tem-se tornado de vital importância para compreender os processos de mudança histórico-social contemporâneos, assim como, para entender a ação dos estados junto aos diversos fenómenos de privação e vulnerabilidade social (Salgado, 2010. p. 3).

Partindo de uma condição ou posição social em relação ao outro, o conceito de desigualdade social pode definir-se por uma situação de desigual condição económica entre os sujeitos, que os condiciona a diferentes formas de acesso a direitos universais como a alimentação, a habitação, a saúde, a educação e o lazer.

Maria José Ritta⁶, em sua luta pela cidadania, diz- nos que as desigualdades e as exclusões têm a sua génese na injustiça ancestral que recusa a inúmeras pessoas a sua dignidade humana fundamental. E complementa:

Uma das marcas mais positivas do século XX foi o acentuado progresso verificado no reconhecimento efectivo dessa dignidade. Mas, paradoxalmente, um dos legados mais preocupantes deste século é o reaparecimento e agravamento de factores de desigualdade e exclusão que parecem incontroláveis. A instabilidade no emprego, a insuficiente protecção social e a mancha negra de situações de carência extrema estão a reflectir-se assustadoramente nas exclusões sociais e na desigualdade. Ao mesmo tempo, as concentrações dos rendimentos, de riqueza e de poder, aumentaram exponencialmente o fosso, já abissal, entre ricos e pobre. (in Neves, Cruz & Silva, 2010, p. 15)

Entre os anos 1960 e 1990, Portugal viveu uma realidade económica e social desfavorável, onde muitas pessoas emigraram das zonas rurais para as grandes cidades, em busca de dignidade e melhores condições de vida. Contudo, as ocupações clandestinas, a falta de infraestrutura básica, a escassez de bens e serviços, a baixa escolaridade, a marginalidade, a dependência, a violência e tantos outros problemas, retratam hoje, as consequências de uma sociedade organizada de forma desigual e injusta que continua a condenar tantas crianças e jovens a viverem na pobreza.

3.2. Pobreza

Não há um consenso sobre a linha de pobreza, cada país com sua economia, política e desenvolvimento classifica sua população segundo suas condições de vida, média de rendimentos ou dificuldades das famílias em se manterem num padrão de vida considerado o mínimo socialmente aceite, ou seja, está condicionada pelo contexto social específico em que se considera.

O conceito de pobreza pode ser definido segundo três abordagens: uma absoluta, outra relativa e uma subjetiva.

Por *pobreza absoluta* entende-se a incapacidade de satisfazer as necessidades elementares, não sendo tomado em conta o contexto em que o fenómeno se produz, pois as necessidades consideradas como básicas seriam de tipo universal. (...) Por *pobreza relativa* considera-se a situação em que determinados indivíduos e grupos se encontram comparativamente aos padrões de vida considerados como aceitáveis nessa sociedade. Por *pobreza subjetiva* entende-se o resultado de um processo de auto-avaliação relativamente à situação em que o indivíduo ou grupo se encontram, sendo por isso um conceito próximo do de privação relativa. (Sebastião, 1998, p. 9)

⁶ Foi Primeira-Dama de Portugal entre os anos de 1996 a 2006, como esposa do ex-Presidente da República Jorge Sampaio.

Sobre as causas e razões da permanência da pobreza, Bruto da Costa (2007) apresenta-a em duas categorias: privação e falta de recursos, “(...) termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito” (p. 27). Onde ser pobre não depende apenas de um rendimento, mas também do acesso a bens e serviços.

A privação traduz-se, antes do mais, em más condições de vida. Este é, porventura, o lado mais visível da privação e da própria pobreza. Normalmente trata-se de privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc. (*ibid.*, p. 27)

Verificamos que a pobreza se caracteriza sobretudo na escassez de recursos e no seu impacto sobre a vida dos cidadãos. Em Portugal, os principais fatores de risco para a pobreza estão relacionados com o desemprego, com o emprego na agricultura, com o baixo nível de habilitação, famílias monoparentais, ter três ou mais crianças dependentes, viver na zona rural, ter como principal fonte de rendimento os benefícios sociais e ter entre os seus membros alguém com saúde deficiente (Núcleo de Apoio e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2000).

Conforme Sebastião (1998):

A pobreza infantil é outra face da pobreza urbana, talvez com características mais anómicas, mas resultante da mesma acumulação de factores de desvantagem em determinadas zonas da aglomeração metropolitana (em particular as próximas do centro), locais em que a aprendizagem da chamada cultura da pobreza representa muitas vezes o único recurso disponível para encarar as dificuldades da sobrevivência. (p. 12)

As crianças e jovens pobres e em situação de vulnerabilidade social são reflexo de uma sociedade excludente onde os mecanismos sociais se mostram insuficientes. As altas taxas de insucesso escolar, os baixos níveis de atendimento à infância, os frequentes maus-tratos familiares constituem outros elementos caracterizadores da situação das crianças pobres (*ibid.*, p. 10).

Através de políticas redistributivas e de apoios sociais, a falta de recursos de uma família pode ser temporariamente solucionada; entretanto, sabemos que um subsídio mensal não é suficiente para retirar uma família da condição precária em que vive. Diz-nos Neves (2010) que

É irónico – e triste – que, num estudo desenvolvido no Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, as constatações mais vincadas sejam a de emergência de uma “nova” pobreza, que afecta pessoas que há pouco tempo tinham padrões de vida típicos da classe média, e a da radicalização da pobreza “antiga”. (p. 207)

Diante disso, é urgente se pensar em crescimento e desenvolvimento económico, em como se oportunizar vagas de trabalho, melhores salários, melhor distribuição de renda, educação, investimento na qualificação de adultos, entre outras abordagens. No entendimento de Abranches (1994) “(...) ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a fome; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material” (p. 16). O que nos faz ponderar sobre a pobreza como um grave problema social, cada vez mais real, que causa em nossas crianças e jovens graves consequências.

3.3. Maus-tratos

Alves (2007) adota o conceito de mau-trato sobre “(...) todas as formas activas de violência contra a integridade física e psíquica da criança, bem como as formas de privação, omissão ou negligência que comprometem o seu desenvolvimento” (p. 49). A nível físico, psicológico ou social, a situação de maus-tratos pode suceder-ser de diferentes maneiras sobre a criança e por diferentes partes. De acordo com Penha (2000):

(...) designam-se de maus-tratos todos e quaisquer actos ou omissões realizados por indivíduos, instituições ou pela sociedade no seu conjunto e todas as situações derivadas destas actos que privem a criança da sua liberdade ou dos seus direitos e/ou que dificultem o seu óptimo desenvolvimento. (Penha, 2000 in *ibid.*, p. 49)

Assim, consideramos por maus-tratos toda a situação de abandono, negligência, trabalho infantil, agressão física ou psicológica, abuso sexual, falta de zelo, de segurança, mendicância, dentre outros. Pode-se dizer que, na maior parte, esses casos de violência estão ligados a alguém da própria família da criança (pai, mãe, padrasto, madrasta ou companheiros) e suas principais causas estão ligadas a razões de baixa expectativa de vida e disfunção familiar. De acordo com Delgado (2006), “Os maus-tratos infantis provocam espanto ao seu redor, uma vez que se situam nos antípodas das condutas de protecção e de afecto que se desenrolam normalmente no interior da família” (p. 59).

No entanto, existem outras pessoas ou instituições alheias ao contexto familiar que operam, de algum modo, ao nível da prestação de cuidados e da socialização de crianças e jovens e que podem perpetrar diferentes formas de maus-tratos. Citamos a título de exemplo: as escolas, infantários, creches, ATL's, associações recreativas e instituições de acolhimento.

Relativamente ao tipo de estrutura familiar, as crianças e jovens vítimas de maus-tratos são com maior frequência provenientes de agregados familiares de um nível socioeconómico baixo. Trata-se, igualmente, de famílias onde a violência é generalizada, não só dirigida às crianças, mas também entre cônjuges, dando continuidade a um ciclo já iniciado em gerações anteriores (Canha, 2000 in Alves, 2007, p. 59).

Há uma complexa rede de adversidades que torna a realidade dos maus-tratos um grave problema social, visto que, quanto maior a situação de privação em que uma família se encontra, mais em situação de risco as crianças e jovens desta mesma família podem ficar e ainda mais vulneráveis a situações de maus-tratos.

Compete à sociedade em geral e em particular às pessoas e profissionais que integram o quotidiano destas crianças e jovens, um olhar atento e denunciador, uma vez que, sozinhos, não conseguem sair dessa situação. Tristeza, agressividade, aspeto descuidado, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem e abandono escolar, são algumas das muitas pistas que indicam estar a criança ou jovem sendo vítima de maus-tratos.

Sobre a legitimidade da intervenção, em casos de suspeita de maus-tratos, a Lei n.º 147/99 sobre a Protecção de Crianças e Jovens em Perigo diz:

A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo. (Lei n.º 147/99, artigo 3º)

Um lar nem sempre representa um ambiente acolhedor e seguro para a criança. À vista disso, Alves (2007) diz-nos que: “A intervenção a desenvolver deve, assim, assentar na recuperação conjunta criança/família (...) activando toda uma rede social de suporte, de modo a cortar os isolamentos e a gerir equilibradamente as tensões” (p. 55).

Entretanto, sabemos que nem sempre é possível a continuidade da criança na sua família de origem e admitimos que, nestas ocasiões, as instituições de acolhimento se apresentam como solução mais próxima.

4. O paradoxo das instituições de acolhimento

Como medida de promoção e protecção às crianças e jovens vítimas de maus-tratos, o acolhimento em instituição consiste:

(...) na colocação da criança e/ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhe proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (Lei n.º 147/99, artigo 49º)

Este é, contudo, um assunto controverso, uma vez que, nem sempre esse serviço de ajuda se mostra eficaz na concretização desses objetivos e na solução dos problemas que deveriam combater. Não é raro ouvirem-se histórias de abuso sexual, agressão, entre outras situações, sofridos pelas crianças e jovens institucionalizados.⁷

O processo de institucionalização da criança ou jovem perpassa por quatro períodos, descritos por Quintães (2009) como: pré-acolhimento, acolhimento institucional, período de saída e pós colocação; onde se pressupõe alguns riscos que, se não forem devidamente tidos em consideração, poderão causar o que se designa por maus-tratos institucionais. Este tipo de mau-trato surge quando “(...) uma instituição de serviços fracassa no exercício das suas funções específicas ou provoca mal-estar na pessoa que dela usufrui e que, supostamente, deveria tirar benefício” (Linares, 2002 in *ibid.*, p. 9).

Gil (1982 in *ibid.*, p. 9-10) distingue possíveis formas de maltrato institucional, nomeadamente:

Abuso directo, que consiste no abuso físico, emocional ou sexual da criança por um membro do pessoal que trabalha na instituição; *abuso programado*, que consiste no regime ou programa de tratamento da instituição que, apesar de aceite pelo pessoal que trabalha na instituição, para um observador externo é percebido como abusivo e *abuso do sistema*, que é perpetrado, não por uma pessoa, mas pelo imenso e complexo sistema de protecção infantil, ultrapassado pelos seus limites de garantir a segurança da criança em risco.

Apesar da intervenção com a criança e jovem obedecer aos princípios fixados pela Lei n.º 147/99 (artigo 4º), cada instituição possui um regulamento interno em que define suas regras, normas e práticas. Infelizmente, o cuidado para com essas crianças e jovens recai, por vezes, sobre funcionários e diretores sem formação e aptidão; que à volta dos muros da instituição acentuam a vulnerabilidade e sofrimento desse grupo.

Cada criança e jovem que habitam uma instituição de acolhimento devem de ser consideradas a partir de suas histórias de vida. É preciso que o trabalho em equipa pluridisciplinar transcorra da criança à sua família de origem, uma vez que tal separação

⁷ Como relataram os pedopsiquiatras Álvaro de Carvalho, Daniel Sampaio e Fernando Santos em entrevista ao Diário de Notícias. Reportagem intitulada - Abusos em lares: a culpa é do sistema?

pode motivar “atribuições depreciativas e de autodesvalorização” (Alberto, 2002 in Quintães, 2009, p. 42).

Para além do afastamento da criança em relação à sua família, a institucionalização, muitas vezes, pressupõe também um afastamento do meio físico e social em que a criança ou jovem se inseriam, antes. O que revela uma grande fragilidade do sistema de promoção e proteção, uma vez que “(...) esta situação é altamente prejudicial no plano formativo individual, atendendo ao facto de que o menor regressará, mais tarde ou mais cedo, a esse mesmo meio” (Cóias, 1995, in *ibid.*, p. 44).

Goffman (1961), considera que:

Uma pessoa chega à instituição com uma concepção de si mesmo que se tornou possível pelas disposições sociais da realidade em que vivia e que, a partir da sua entrada na instituição, é imediatamente despedido do apoio dado por tal conceptualização, iniciando-se um processo de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. (p. 24)

Na medida em que as instituições interferem na autonomia, na forma como a criança e jovem se percebe no seu dia-a-dia com o outro, quando lhes impõe regras de conduta e os coloca em uma posição de subordinação, estas ainda que sem intencionalidade, causam como refere o autor a “mortificação do eu”, ou seja, uma perda de identidade.

Segundo Quintães (2009), as frequentes tentativas de fuga das crianças e jovens das instituições de acolhimento se deve ao facto das estigmatizações de que muitas vezes são vítimas e do rigoroso sistema de vigilância e controlo desses espaços. Muitas crianças e jovens institucionalizados são apelidados, sofrem ofensas e insultos verbais; vivem com medo dos castigos e humilhações, uma vida imposta e padronizada.

Alberto (2003) diz-nos que, se uma instituição fracassa no exercício das suas funções específicas, a intervenção, cuja intenção primária é proteger a criança, pode “(...) traduzir acréscimo dos danos nas crianças já de si sensibilizadas, fragilizadas e carenciadas” (p. 229). Se o processo de institucionalização causa um impacto negativo na vida da criança e jovem, ela falha em seu objetivo de socialização e preparação para a vida adulta. Como enfatiza Quintães (2009):

A institucionalização de crianças e jovens é uma temática envolta numa grande complexidade e heterogeneidade de situações, em que intervêm múltiplos actores em diversos contextos: individual, familiar, escolar, comunitário e a sociedade no seu todo, que por sua vez são interdependentes das políticas para a infância e juventude locais, nacionais e internacionais, enquadradas numa determinada época histórica. (p. 5)

Para que uma instituição proporcione às crianças e jovens condições de desenvolvimento e êxito na vida, Raymond (1996) pontua que, “(...) só o poderá fazer se estiver consciente de si mesma, dos seus objetivos, dos métodos de tratamento e da coerência interna da sua equipa” (p. 26). De curta ou longa duração, as crianças e jovens em seu processo de institucionalização, necessitam de serem reconhecidos pelas pessoas que lá trabalham e pela sociedade em geral como pessoas com direitos, com necessidades e carências que precisam ser supridas, atendendo a autonomização para sua vida futura.

Conclusão

De facto, a institucionalização pode representar um marco positivo ou negativo na vida das crianças e jovens em situação de acolhimento. A partir do momento em que é sinalizado pelos órgãos competentes como estando em perigo, a criança ou jovem entra no denominado sistema de proteção ou sistema tutelar educativo.

A partir de nossas reflexões, julgamos que quanto maior a vulnerabilidade e exposição da criança e jovem aos crescentes problemas sociais e familiares, - e aqui ressaltamos a desigualdade social, a pobreza e os maus-tratos - maiores são as possibilidades de delinquência e institucionalização.

Protagonista desses espaços, a criança ou jovem delinquente, é fruto de uma sociedade excludente e desigual que os estigmatiza e julga por suas atitudes e não pelas causas que os levaram a cometer infrações.

Aplicando-se, exclusivamente, quando não existem condições efetivas na família, parece-nos importante não negligenciar o papel que as instituições têm no acolhimento de crianças e jovens, que a partir dos seus interesses buscam salvaguardar os seus direitos e seu pleno desenvolvimento.

No entanto, e independentemente da visão pessimista que afeta as instituições de acolhimento, concordamos com a reflexão de Delgado (2006) quando diz:

Por muito que se trabalhe para se aperfeiçoar a qualidade das instituições, convém recordar que nelas nenhuma criança é inteiramente feliz, independentemente da estabilidade que lhe poderão proporcionar. Por detrás dos sorrisos, das exclamações de alegria, das atividades, guardam-se os traumas, os medos, a ferida do abandono, as saudades dos pais reais ou imaginários, o desejo de viver na família que se perdeu ou nunca se teve. Nestas circunstâncias, as crianças devem ser ajudadas a vencer a batalha interior que lhe permita planificar a sua vida futura e a orientá-la de acordo com um princípio de responsabilidade. (p. 84)

Uma institucionalização só será instrumento de (re)inserção e socialização, quando perceber a criança e o jovem dentro do seu contexto familiar, comunitário e social e a partir de suas individualidades, de género, de raça, de cultura, etc. Fechar a criança ou jovem em quatro paredes, vigiá-la e querer controlar suas atitudes é diminuir o que a criança e o jovem têm de mais importante que é a sua capacidade de aprender com o outro.

CAPÍTULO III – PROCESSOS EDUCATIVOS COM CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Introdução

Como referencial de análise do trabalho educativo das instituições de acolhimento e tendo em conta o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens que acolhem, problematizamos a relevância da família, da afetividade, da escola e do trabalho na vida em sociedade

Tendo a família um papel central na socialização das crianças e jovens, e visto que, pode desempenhar uma influência positiva, mas também negativa sobre a vida desses indivíduos, abordaremos quais as responsabilidades e, também, quais prováveis direcionamentos podem ser realizados quando detetada, por parte da família, uma omissão que comprometa a segurança, bem-estar, saúde, formação, educação e desenvolvimento dos filhos.

Como refere Delgado (2006), “O desenvolvimento integral de um ser humano implica a criação de laços afetivos, de modo a construir a estrutura afetivo-emocional indispensável para o bom relacionamento interpessoal” (p. 59). Nesta perspetiva, buscaremos compreender como as instituições de acolhimento podem satisfazer essas necessidades das crianças e jovens que acolhem, quando as suas famílias se mostram incapazes de o fazer.

Sobre a escola, analisaremos como os processos educativos, desenvolvidos no âmbito formal, mas também no não formal e/ou informal, contribuem para a perceção do indivíduo sobre o lugar que ocupa na sociedade, como também, sobre o sentido e relevância que o aprender exerce sobre a sua vida. Visto que, sobre a perspetiva de Canário (2005, p. 59) “(...) a aprendizagem implica uma tripla relação: com os outros, com o mundo e consigo mesmo”.

Por fim, abordaremos a importância do trabalho enquanto recurso de autonomização e (re)inserção social de crianças e jovens em situação de acolhimento. Fortemente marcados pela incerteza e indefinição sobre seus futuros, discutiremos a importância de as instituições de acolhimento diligenciarem, com as mesmas, o processo de desinstitucionalização e de desvinculação ao sistema de acolhimento das crianças e jovens em situação de acolhimento.

1. Família

A família é uma instituição social e, como tal, constitui-se como a primeira referência da criança em seu processo de socialização. Apesar de todas as mudanças que tem vindo a sofrer, na contemporaneidade, a família continua a ser o primeiro e mais importante agente no desenvolvimento da criança e na sua integração em sociedade. De acordo com Alves (2007):

A família assume uma acção prioritariamente socializadora e facilitadora de aprendizagens, acção essa estabelecida a partir dos modelos de conduta e normas familiares que definem o tipo de relacionamento estabelecido em cada unidade familiar. (p. 44)

Por mais que se reconheça a importância do pai e da mãe no desenvolvimento das crianças e jovens, nem sempre a família lhes pode oferecer tudo que precisam para seu pleno desenvolvimento. Imersas em uma situação de desigualdade social, pobreza, violência, falta de expectativas e privações múltiplas, entre outros problemas, acabam por entregar seus filhos ou perder o direito sobre os mesmos, ainda que por uma situação temporária, para as instituições de acolhimento.

Consoante a legislação portuguesa em vigor, a retirada da criança ou jovem de sua família só poderá ser feita como a última opção; quando “(...) as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança” (Artigo 9º da Convenção para os Direitos da Criança – CDC).

Dessa forma, o acolhimento institucional é justificado perante situações de *abandono*, ou seja:

Na ausência de proteção da criança ou jovem por desistência ou recusa da assunção das competências parentais; *negligência*, que definimos como a incúria parental face às necessidades afetivas e de desenvolvimento da criança e/ou jovem; *abuso sexual*, ou seja, a prática por parte de adultos de atos de natureza sexual envolvendo crianças e/ou jovens; *exercício abusivo da autoridade parental*, através da violência (física e/ou psicológica) sobre as crianças e/ou jovens; *abandono escolar*, que corresponde à desistência por parte das crianças e/ou jovens da frequência escolar; *absentismo escolar*, que se traduz na não frequência das aulas, ainda que se mantenham vinculados à instituição escolar; *trabalho infantil* (...). (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000, p. 20)

Paralelamente, podem existir comportamentos desviantes por parte dos pais tais como toxicod dependência, alcoolismo, prostituição, distúrbios psicológicos, tráfico ou roubo; uma sobreposição de problemas que destina a vida de muitas crianças e jovens ao acolhimento institucional. A estas circunstâncias acrescem, também, as

características individuais das próprias crianças e jovens que contribuem com as suas especificidades, e fatores extrafamiliares, como o contexto social de origem, situação económica de seu agregado familiar, instrução escolar, são igualmente, condicionantes da forma como a criança e o jovem se posiciona perante a sociedade e projeta sua vida futura.

Ciente da vulnerabilidade de algumas famílias, Alves (2007) reflete sobre algumas condições que podem contribuir positivamente para a vida familiar, a título de exemplo:

Tamanho, composição e relação entre os membros da família; existência e funcionamento de padrões de conduta; acompanhamento e supervisão nas atividades dos filhos; nível de comunicação estabelecida para a resolução de conflitos; deteção da sensibilidade e necessidades próprias de cada filho; fomento de condutas pró-sociais e da aquisição de competências pessoais e sociais. (p. 44)

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)⁸, as famílias monoparentais, as famílias com três ou mais crianças dependentes e as famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas um adulto, são os agregados familiares que apresentam situações de maior vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social.

(...) 43.3% das famílias monoparentais e 42.9% das famílias numerosas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social. Pelo contrário, é junto das famílias compostas por dois adultos e uma criança dependente que encontramos a menor taxa de pobreza ou exclusão social: 16.1%. Há assim um risco de pobreza ou exclusão social junto das famílias monoparentais 2.7 vezes superior ao dos agregados com dois adultos e uma criança. (EU-SILC, 2018, p. 10)

À família cabe transmitir o conjunto de regras e de valores de uma sociedade às crianças e jovens, de modo a que estes adquiram competências para o desempenho de papéis sociais e para aceitarem a responsabilidade social (Delgado, 2006, p. 67). A colocação da criança ou jovem em uma instituição de acolhimento só deverá ser feita quando, se tornarem escassas, as tentativas de intervenção da criança ou jovem com os seus pais ou outro membro de sua família direta. Por mais que os pais não se encontrem habilitados, poderá existir uma tia(o), prima(o), um parente que possa se responsabilizar pela harmonia desses indivíduos na sua base familiar.

No entanto, quando este vínculo não é possível cabe às instituições de acolhimento, suas práticas e funcionários, o restabelecimento de sentimentos negados ou interrompidos às crianças e jovens por suas famílias de origem.

⁸ Instrumento estatístico europeu que melhor permite conhecer a situação de pobreza existente em Portugal e nos diferentes Estados-Membros.

2. Educação e afetividade

No senso comum, a afetividade pode ser compreendida como a capacidade do ser humano em demonstrar seus sentimentos em relação ao outro, à natureza e aos animais. Sendo o presente estudo alusivo à vida numa casa de acolhimento, interessa refletirmos sobre como estas instituições regem seu funcionamento relativamente aos afetos.

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em seu artigo 53º, as casas de acolhimento devem favorecer:

1- Uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade; 2- O regime de funcionamento das casas de acolhimento é definido em diploma próprio; 3- Os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário; 4- Na falta ou ausência de idoneidade das pessoas a que se reporta o número anterior e nas condições ali referidas, o tribunal ou a comissão de proteção podem autorizar outros adultos idóneos, de referência afetiva para a criança, a visitarem-na. (Lei nº 147/99, artigo 53º)

Percebemos, com base na Lei, que a afetividade da criança em relação à mãe ou outro familiar é algo importante para a sua construção como pessoa, o seu desenvolvimento e a sua estabilidade emocional. “As relações afetivas contínuas são as bases primárias mais importantes para o desenvolvimento das capacidades essenciais da criança, intelectuais, sociais e morais” (Brazelton & Greenspan, 2002 in Quintães, 2009, p. 42).

Marlene Guirado (2004) alerta sobre os prejuízos da separação da criança das pessoas de referência, sobretudo no que diz respeito à afetividade, “A carência afetiva é sempre apontada – quer pelas pesquisas de estatuto científico, quer pelos que fazem o cotidiano das instituições – como uma decorrência imediata” (p. 19). Diante dos problemas decorrentes desta separação, cabe às instituições de acolhimento um olhar atento perante o comportamento da criança sobre si e com os outros, visto que, atitudes agressivas ou depressivas podem ser consequência de sentimentos de saudade ou solidão, por quem, ou, pelo que, era antes o seu ambiente natural.

Inês Nunes (2015) diz que o desenvolvimento da criança “(...) é considerado produto de relações dinâmicas e das experiências que lhe são proporcionadas, quer no contexto familiar, quer no contexto social onde se encontra inserida” (p. 4). Fora do seu contexto familiar, é então, na instituição, com os adultos e com seus pares, que as crianças e jovens continuam a desenvolver as suas competências e habilidades sociais.

Devido a isso, os vínculos afetivos, se bem trabalhados nas instituições de acolhimento, podem proporcionar a essas crianças e jovens uma suavização, perante problemas de origem familiar e um conjunto de situações que desencadeiam nas mesmas uma enorme fragilidade emocional. Segundo Delgado (2006), “Quando tal desígnio não é alcançado [de que possam ser amadas pelos seus pais] o desafio que se coloca é o de vencer o sentimento de rejeição e de desesperança, possibilitando que a criança construa a expectativa de ser amada por outros adultos” (p. 59).

A afetividade das crianças e jovens no contexto da institucionalização deixa de ser estabelecida estritamente com a mãe ou familiares, para ser desenvolvida com qualquer pessoa que se dedique diariamente ao seu cuidado. Segundo Hackney (2003 in Nunes, 2015, p. 12) “(...) os adultos devem trabalhar como parceiros das crianças, numa relação segura, permitindo que estas tenham iniciativa e lhes seja permitido seguir os seus interesses, fornecendo-lhes mais oportunidades de desenvolvimento”, num espaço que seja prazeroso, protetor e acolhedor.

Quando os sujeitos partilham boas emoções, desejos e sentimentos acabam por criar laços afetivos que resistem por toda uma vida. Nas casas de acolhimento é comum um funcionário ser simbolicamente representado como um pai/mãe, assim como um colega de quarto passar a ser considerado como um irmão/irmã. A construção de relações positivas é um benefício para o desenvolvimento das crianças e jovens em situação de institucionalização e uma forma de prevenção de sofrimentos e inaptações.

Enfim, ressaltamos a importância das interações que se estabelecem na sala de aula e de que modo essas crianças e jovens, embora institucionalizados, são vistos pelos professores, visto que, a afetividade nesse espaço pode ser utilizada como instrumento facilitador da aprendizagem. Parafraseando Ariana Cosme (2009), a grande questão não é a relação entre os atos de ensinar e aprender, mas “(...) assumir a centralidade da aprendizagem em função da valorização dos interesses e dos saberes dos alunos” (p. 86), onde os professores estabeleçam relações de cumplicidade, de convívio respeitoso, usando da sensibilidade, do carinho para incentivar seus alunos na superação das suas dificuldades.

3. Escola formal versus não formal e/ou informal

A escola é definida por António Nóvoa (1992) como um espaço organizacional, de ação educativa, curricular e pedagógica. O autor diz que “(...) as escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como uma qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores)” (p. 16); e complementa que:

Agora, trata-se de erigir as escolas em espaços de autonomia pedagógica, curricular e profissional, o que implica um esforço de compreensão do papel dos estabelecimentos de ensino como organizações, funcionando numa tensão dinâmica entre a produção e a reprodução, entre a liberdade e a responsabilidade. (*ibid.*, p. 18)

De facto, as mudanças culturais, sociais e económicas ocorridas na sociedade, trouxeram novos debates e conceções sobre as problemáticas em torno da instituição escolar. Na atualidade, entendemos que a escola deve ser vista, a partir dos diferentes sujeitos que a constituem, numa busca de descentralização de poderes e como um espaço de participação e formação em que os alunos interajam com seus professores contribuindo em seu processo formativo de forma lúdica e prazerosa.

Luiza Cortezão (1998) afirma que “A escola, com o passar do tempo, tem sido confrontada com dificuldades que têm vindo a desafiar a sua capacidade de resposta a múltiplas exigências que lhe são feitas por diferentes contextos e entidades com ela relacionadas” (p. 39). Devido aos novos tempos, as novas tecnologias, aos novos alunos, a escola vê-se hoje a competir com atrativos que antigamente não faziam parte da escola. Para Abrantes (2003 in Pereira & Freires, 2018, p. 4), a encruzilhada da escola reside em se equilibrar, por um lado, numa ideologia que aposta na inovação, autonomia e diversificação e, por outro, em responder ao discurso centrado nas notas, na importância da autoridade e numa aposta no regresso para os “saberes básicos”.

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo Português, de 1986, em seu artigo 3º, apresenta-se organizado:

De forma a desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação.

Iniciada obrigatoriamente para todos os alunos aos 6 anos de idade, termina quando o aluno faz 18 anos (12º ano de escolaridade). Regulado pelo Estado através do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o

sistema de ensino divide-se em três grandes níveis de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

No sentido de tornar o indivíduo sujeito de sua própria história “A escola passa a salvaguardar a igualdade de oportunidade no acesso e sucesso, em que neste sucesso está contemplada a aquisição de competências necessárias para que não se assista a fenómenos de exclusão social” (Stoer, 1998, p. 16). Ou seja, através da escolarização os sujeitos adquirem a oportunidade de ascensão pessoal, social e económico; desde que, esta formação escolar prepare os sujeitos de forma reflexiva, autónoma e criativa. E aqui incide a importância dos professores em não somente reproduzir um conhecimento, mas possibilitar aos seus alunos uma leitura crítica às novas exigências e demandas da sociedade. Como complementa Libâneo (2011):

A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso têm, também, o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade. (p. 4)

Uma vez que, muitas crianças e jovens ganham, nas instituições onde são acolhidos, uma segunda oportunidade para voltarem à escola, a Lei Tutelar Educativa, estabelece que:

Os menores internados continuam sujeitos aos deveres decorrentes da escolaridade obrigatória, devendo ser incentivados a prosseguir ou a completar estudos em estabelecimento de ensino no exterior, desde que o regime de internamento o permita. (Lei nº 166/99, artigo 160º)

Mais que uma prestação de serviço, a escola representa a estes sujeitos, que em algum momento de suas vidas estiveram à margem da sociedade, uma possibilidade de crescimento e (re)inserção social. Reconhecemos a importância que a educação formal tem para a certificação dos graus de escolaridade e formação dos indivíduos, entretanto, achamos pertinente, pela própria vertente da pesquisa, adicionar a esta discussão um conceito de educação construído para além das instituições tradicionais de ensino. Refletimos, então, sobre pertinentes diferenciações entre a educação formal, não formal e/ou informal.

Para Gohn (2010) a *educação formal* pode ser compreendida como aquela que é desenvolvida nas escolas. Ou seja, por um currículo escolar que contemple conteúdos específicos e que prima pela formação do indivíduo de forma estruturada, organizada e tendente à sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho, por vezes, não

respeitando as necessidades, especificidades e ritmos de aprendizagem das crianças e jovens.

À vista disso, interessa-nos uma educabilidade mais humana, que perceba o sujeito como produto do seu contexto; que através de um conjunto de vivências, trocas e interações afetivas ofereça às crianças e jovens a oportunidade de melhorarem suas habilidades e adquirirem um real interesse pelo aprender; paralisando o fracasso escolar.

De acordo com Bernard Charlot (2000) a noção de fracasso escolar se tornou tão extensa que uma espécie de pensamento automático tende hoje a associá-la à imigração, ao desemprego, à violência, à periferia.

Uma noção que recobre tantas coisas e que remeta a tantos processos, situações e problemas, ainda por cima tão diferentes entre si, deveria aparecer como confusa e vaga. Na verdade, não é assim: cada manifestação do “fracasso escolar”, por mais diferente que seja das outras, tende, ao contrário, a confirmar o caráter de evidência dessa noção. (p. 14)

Ponderamos que são as crianças e jovens institucionalizadas também vítimas do fracasso escolar e que uma escola formal meramente centrada nas notas, nos currículos e na hierarquização, não consegue contemplar a diferença sociocultural dos seus alunos. Fonseca (2004) diz-nos que “(...) o facto dos indivíduos se encontrarem em risco a um determinado nível tem uma relação direta com a possibilidade de risco em outros domínios, como por exemplo, o abandono escolar” (p. 12).

Aliado ao conjunto de traumas, medos e insegurança verifica-se que quando as crianças e jovens em situação de institucionalização chegam à escola, o educar ganha uma importância cada vez maior, “(...) não é só dar o amor e o carinho de que as crianças são tão carentes, mas garantir a aprendizagem da contrariedade e da frustração, que a vida lhes reserva, como a todos” (Delgado, 2006, p. 85). O modelo de escola que conhecemos não parte dos interesses, desejos e necessidades das crianças e jovens. Tudo se torna ainda mais difícil para as crianças e jovens institucionalizados.

Dito isso, exerce o professor um papel fundamental nesse processo quando suas práticas educativas têm como base o diálogo e o respeito. Respeito este que perpassa por uma troca de conhecimento que favoreça ao aluno em sua participação ativa na escola. Ariana Cosme (2009) apresenta uma nova configuração do papel do professor como alguém não somente responsável pela transmissão do conhecimento, mas como alguém que envolve seu aluno no processo e na organização desta aprendizagem. De acordo com a autora “(...) esse professor pode definir um campo de possibilidades e de dificuldades que o apoiem a estabelecer e a estimular diálogos e desafios, os mais

qualificados possíveis, com os seus alunos ou dos alunos entre si” (p. 82); tendo como objetivo maior, a emancipação, a autonomia e a liberdade dos seus alunos.

Sobre a *educação não formal*, Gohn (2010) a refere como:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir como o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (p. 33)

Compreendemos a educação não formal como aquela que se aprende no mundo, em espaços coletivos e quotidianos, fora dos locais formais de educação. A educação não formal, por conseguinte, não se encontra dividida por séries, idades e conteúdos como na educação formal. Seu objetivo é formar o indivíduo para as adversidades da vida, possibilitando-lhes atitudes autónomas e críticas diante dos desafios que lhe aparecem.

Segundo Gohn (2010) a educação não formal forma cidadãos, em qualquer idade, classe socioeconómica, etnia, sexo, religião, etc., para o mundo da vida. A autora enfatiza que a educação não formal não é substitutiva da educação formal, mas que se complementam, “(...) não no sentido de fazer o que a escola deveria fazer e não o faz. Complementar no sentido de desenvolver os campos de aprendizagens e saberes que lhes são específicos. Pode e deveria atuar em conjunto com a escola” (p. 40-41).

Caracterizando-se como uma possibilidade de dar respostas às novas necessidades educativas do mundo contemporâneo, a educação não formal passa a ser valorizada, por conseguir abranger a aquisição de conhecimentos em ambientes que ultrapassavam os espaços da escola, ocorrendo paralelamente a esta e complementando lacunas deixadas pelos ambientes formais.

Atuando com ética e rigor na educação e formação das crianças e jovens, quer no espaço da escola, da comunidade, das instituições de acolhimento, ou melhor, nos diversos espaços públicos e privados, um dos objetivos da educação não formal é preparar indivíduos que saibam fazer uma leitura crítica do mundo e que significativamente compreendam o pleno sentido e significado das letras que descodificam. Não se trata de trabalhar somente na socialização/adaptação do indivíduo, mas de infundir neles uma atitude crítica capaz de provocar mudanças e transformações na sociedade.

Como Cosme & Trindade (2007) complementam:

O que pretendemos afirmar é que a função de uns e de outros é distinta. As escolas necessitam, para que os seus alunos aprendam, de proporcionar ambientes e experiências que potenciem vivências em função das quais as aprendizagens sejam possíveis e os contextos educativos não formais proporcionam, certamente, situações de aprendizagens que resultam das experiências vividas por todos aqueles que percorrem tais contextos. As aprendizagens não são, contudo, a finalidade primeira dos contextos educativos não formais, embora estas possam acontecer como um fenómeno decorrente do envolvimento dos sujeitos naquelas experiências. (p. 23-24)

De facto, a educação formal não é a única via de conhecimento, além do ensino escolar obrigatório pensamos ser de fundamental importância a aprendizagem construída para além dos muros fechados da escola; com o outro, com seus pares, com o mundo que o cerca. Gohn (2010) caracteriza a educação informal como aquela educação incorporada aos valores e culturas próprios do sujeito. Adquirida durante toda a vida, a educação informal estabelece-se como algo espontâneo, a partir das relações sociais e intersubjetivas. Os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas da escola ou da igreja, os meios de comunicação de massa, entre outros. Seus espaços educativos são absorvidos no processo de vivência e socialização pelos laços culturais e de origem dos indivíduos.

Assim, prevê-se que as crianças e jovens, que se encontram em uma instituição de acolhimento, possam, para além da formação escolar e profissional:

Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas. (Lei nº 147/99, artigo 58º)

Acreditamos que a educação se torna significativa e proporciona uma mudança de atitude e comportamento, às crianças e jovens institucionalizadas, quando a relação de educabilidade é construída em respeito pela história de vida que carregam. Quando os adultos com quem convivem, através de exemplos, cumplicidade, afeto e diálogo, partilhem o conhecimento de forma singular e prazerosa. Logo, pensamos sobre a importância de as instituições de acolhimento promoverem atividade de lazer, socioculturais e desportivas que proporcionem às crianças e jovens um espírito de equipa, cooperação a aprendizagem uns com os outros.

Na formação humana, a educação exerce uma relação significativa com o trabalho. À vista disso, discutiremos no item abaixo, sobre o trabalho, também, como um instrumento educativo para com crianças e jovens institucionalizados.

4. Trabalho e educação

Em relação às crianças e jovens em instituições de acolhimento, a Lei nº 147/99 em seu artigo 56º estabelece, como medidas a executar no meio natural de vida desses sujeitos, “(...) o plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação dos tempos livres.” (inciso c). Ou seja, para além da escola e do lazer, a formação profissional e inserção no mercado de trabalho, quando efetivada, colabora na promoção desses sujeitos.

O acesso à maturidade ou idade adulta é principalmente determinado pelo ingresso na vida ativa, isto é, pela emancipação económica e familiar, sendo estas adquiridas pelo exercício de uma atividade profissional e pela constituição da sua própria família ou agregado familiar. (Instituto da Segurança Social, 2005, p. 33).

Clemente (2013) cita um estudo desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o qual revela que períodos muito prolongados de acolhimento não proporcionam benefícios para a vida adulta, e que muitos jovens institucionalizados, quando saem dos Lares de Infância e Juventude - LIJ a caminho de uma vida autónoma, não detêm as competências nem condições necessárias para tal efeito. Dessa forma:

(...) verificou-se a necessidade de educar os jovens e promover-lhes as capacidades pessoais, sociais e profissionais necessárias para uma vida independente e autónoma, mesmo antes dos jovens alcançarem a maioridade. Isto porque é necessário haver uma preparação prévia e contínua para que os jovens quando atinjam a maioridade já possuam competências úteis para aplicarem na vida fora da instituição. (p. 45)

Mais do que prover uma autonomia, o trabalho é projetado, também, na forma como o indivíduo estabelece as suas relações sociais e propósitos futuros. O trabalho habilita e emancipa um indivíduo, lhe atribui um *status*, mas essa emancipação deve vir acompanhada com a expansão do seu pensamento crítico, do seu posicionamento político e responsabilidade social, aí a relação com a educação.

Como diz-nos Gonh (2010):

O(A) cidadão(ã) emancipado(a), para impor-se, como cidadão(ã), tem que ter autonomia do pensar e do fazer. Necessita relacioná-lo como uma das formas para vencer as dificuldades de compreensão política do mundo que o cerca, para além dos problemas emergentes locais; autonomia como instrumento de formação de um cidadão capaz de ser e agir, de ter um entendimento crítico da sociedade globalizada, de ler o mundo a partir de valores e metas de emancipação. (p. 41)

E isso só é possível de acontecer quando as crianças e jovens participam de forma ativa sobre o seu projeto de vida e sobre os acontecimentos que os cercam. Quando sua formação não esteja somente aos interesses mercantilistas, mas seja de

valorização sobre as suas capacidades e potencialidades. É preciso que os sujeitos tenham liberdade de escolha e decisão sobre sua vida futura o que compete às instituições de acolhimento diligenciar com as crianças e jovens o seu processo de desinstitucionalização e de desvinculação ao sistema de acolhimento.

Conclusão

Constatamos que a família, a afetividade, a escola e o trabalho são dispositivos de socialização, educação e desenvolvimento das crianças e jovens em situação de institucionalização.

Em família, “(...) é fundamental que os pais tenham uma atitude dialogante, mas coerente e firme, que transmita à criança pontos de referência que, progressivamente, ela interiorizará como suas.” (Tierno, 1998 in Delgado, 2006, p. 7). Contudo, quando disfuncional, o melhor a se fazer é restringir os vínculos, mas não se eliminar a possibilidade desta família se reestruturar e poder acolher novamente o seu filho; competindo às políticas e ações do Estado a prevenção e intervenção no ambiente familiar e garantia dos direitos das crianças e jovens.

Como um agente de socialização cabe, assim, à escola delinear um caminho de colaboração com seu aluno, promovendo uma aprendizagem que prima pela construção do conhecimento com o outro, através de uma interação lúdica com os pares, trocas de experiências e vivências com os mais velhos, onde cada um seja capaz de elevar suas competências e diminuir suas dificuldades.

As crianças e jovens, em situação de institucionalização, buscam na escola um espaço de acolhimento e inclusão. O professor é um agente-chave no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças e jovens, pois, pode aproximar-se, criar um vínculo afetivo e ser instrumento a serviço do crescimento do aluno. Assim como o trabalho que, enquanto uma dimensão educativa, por ser utilizados como instrumento de autonomização de crianças e jovens institucionalizados.

PARTE II – TRABALHO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Introdução

Sobre a importância de se investigar os fenómenos educativos à luz das Ciências da Educação versaremos, neste capítulo, sobre as especificidades metodológicas e exigências epistemológicas da pesquisa, neste campo científico. Natércio Afonso (2005) argumenta que as Ciências da Educação dão evidência a “(...) um conjunto diversificado de práticas de investigação oriundas das diversas Ciências Sociais, [preocupadas com um] sector específico da ação humana – a educação” (p. 22). Como o nosso objeto de estudo incide sobre uma proposta educativa, e sendo os sujeitos da nossa pesquisa atores sociais, procuramos um diálogo, ora pela reflexão teórica, ora pela reflexão empírica, sempre tendo em conta esse mesmo diálogo como uma *praxis* científica em educação. Neste sentido, Fátima Pereira (2010) esclarece que:

A metodologia que desenvolvemos implica-se na nossa experiência de vida nos domínios da investigação e da prática educativa, no saber que nos tem proporcionado e na problematização que tem suscitado, constituindo essa implicação uma dimensão incontornável nos significados que atribuímos à interpelação provocada pelos discursos teóricos e empíricos que analisámos. (p. 312)

Dessa forma, e após identificar e justificar a motivação por esta pesquisa, apresentamos os objetivos e opções metodológicas para a recolha e tratamento dos dados coletados.

1. Identificação e justificativa sobre a pesquisa

Constatamos que o problema da infância em situação de vulnerabilidade social, foi realçado, em Portugal, como consequência de uma preocupação do Estado, uma vez que, as crianças e jovens em situação de vida na rua significavam um incómodo e uma ameaça aos “bons costumes” e funcionamento da sociedade. Havia uma proposta de defesa dos direitos e da proteção das crianças e dos jovens em perigo; contudo, o objetivo principal era evitar-se maiores problemas à sociedade, recorrendo-se para isso à institucionalização das mesmas e à criação, em 1911, da Lei de Proteção à Infância (LPI), que mais tarde dá origem à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e à Lei Tutelar Educativa (LTE) que, em termos jurídicos, representaram a garantia do cumprimento sobre o seu bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens.

É no âmbito deste problema que surge o desejo de conhecer melhor as instituições que se dedicam ao trabalho educativo com crianças e jovens institucionalizados em Portugal e, conseqüentemente, a intencionalidade de conhecer a Obra da Rua, mais conhecida como Casa do Gaiato, fundada em 1940, pelo Padre Américo, que tem como seus principais objetivos pedagógicos: acolher, educar e integrar na sociedade crianças e jovens que, por algum motivo, se viram privados do seu meio familiar e das relações sócioafetivas com seus pais e familiares.

Pensada em forma de uma aldeia, a Casa do Gaiato busca oferecer às crianças e jovens aí institucionalizados as mesmas estruturas sociais que eles encontrariam fora da Casa. Fomentando relações de amizade e aproximação, aquisição de conhecimentos, experiências de vida, a proposta tem por objetivo criar um ambiente acolhedor e familiar, onde as crianças sejam como irmãos uns dos outros. Em grande parte, provenientes da rua, as crianças e jovens chegam à Casa com vícios de uma vida sem regras e limites, com maus hábitos e comportamentos, que os fazem ser estigmatizados e marginalizados pela sociedade. Por isto, realça-se a relevância social de se desenvolver um estudo em que se compreenda como o trabalho educativo implementado pela Casa do Gaiato de Paço de Sousa contribui, até os dias atuais, na (re)integração desses sujeitos na sociedade, fazendo jus ao domínio em que este trabalho se insere: Avaliação, Supervisão e Lideranças.

A motivação por esta pesquisa está ligada à minha identidade enquanto investigadora das Ciências da Educação e ao facto de ter desenvolvido um trabalho voluntário, durante quatro anos, em um Abrigo Infantil na cidade de Jequié (Bahia), onde pude observar que crianças institucionalizadas apresentam consideráveis problemas cognitivos de aprendizagem e desenvolvimento humano e que necessitam de uma proposta educativa eficaz, de cuidados e atenção por parte dos representantes legais e de toda a sociedade em geral. Ao deparar-me com uma realidade sociocultural infantil tão distinta do meu país de origem, a busca por esta pesquisa se tornara latente.

2. Objetivo geral e objetivos específicos

Após as considerações acima, procurámos, durante o desenvolvimento desta pesquisa, identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)integração social, sendo este o nosso objetivo geral de estudo.

Como objetivos específicos da pesquisa, definimos:

- i) identificar e problematizar representações e percepções de adultos que experienciaram processos educativos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, de acordo com a narrativa biográfica desses sujeitos;
- ii) caracterizar processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato;
- iii) compreender o quotidiano, a organização da Casa e os intervenientes na conceção e desenvolvimento dos processos educativos;
- iv) identificar mediações de promoção do projeto de vida, do desenvolvimento de competências e de integração social das crianças e jovens.

3. Referencial metodológico

Qualquer investigação encontra o seu enquadramento numa ciência e para Popkewitz (1988) “(...) a ciência é um conjunto de paradigmas, ou contestações de valores, métodos, procedimentos e compromissos que dão forma à investigação” (p. 61). Para o autor, os paradigmas orientam as práticas de investigação, ajudando a definir os limites e as potencialidades de cada investigação. De modo que “(...) o conceito de paradigma proporciona um modo de analisar as diferentes conceções, costumes e tradições. Permite considerar que na ciência existem diferentes conjuntos de conceitos, compromissos, métodos e teorias” (*ibid.* p. 64).

O objeto de estudo a se investigar e a forma como se pretende estudá-lo, determinam o paradigma que mais se adequa à pesquisa. Nas Ciências Sociais e Humanas, e como tal, nas Ciências da Educação destacam-se 3 paradigmas de investigação: o paradigma hipotético dedutivo; o paradigma fenomenológico-interpretativo; e o paradigma sociocrítico (Amado, 2014). Definimos, então, que o paradigma que melhor se apropriava ao propósito desta investigação era o paradigma fenomenológico-interpretativo, o qual abordaremos em seguida.

3.1. Paradigma fenomenológico-interpretativo

Por conseguinte e face ao modo como um determinado paradigma permite interpretar cientificamente novos fenómenos educativos, esta pesquisa enquadra-se nos parâmetros do *paradigma fenomenológico-interpretativo* e tem como preocupações subjacentes uma produção de conhecimento sobre as relações sociais, interpessoais e em particular sobre a construção do referencial identitário das crianças e jovens que viveram em regime de institucionalização.

Portanto, central nesta investigação é a compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, percepções, representações, perspectivas, concepções, etc. – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem. Procura-se o que, na realidade, faz sentido e como faz sentido para os sujeitos investigados. (Amado, 2014, p. 41)

Numa tentativa de compreender e interpretar as práticas dos sujeitos, este paradigma nos ajuda a estabelecer uma dialética constante das relações dos sujeitos desta pesquisa com os outros e com o mundo que os rodeia, sob a realidade e incertezas de sua vida, ou seja, sobre suas subjetividades e interioridades. Diz-nos Amado (2014) que:

(...) o principal interesse do investigador interpretativo é a possibilidade de particularizar, mais do que generalizar; a representatividade das conclusões, longe de ser estatística é social e teórica assente em critérios de compreensão e de pertinência. (p. 44)

Consideramos que não existem bons ou maus paradigmas, mas diferentes preocupações em torno da educação. Os tempos mudam assim como as problemáticas, o que nos faz concordar com Morgado (2012) quando diz que “A realidade educativa exige outro tipo de estudos, mais humanistas e mais globais, que façam da interpretação e compreensão dos fenómenos, tal como são vividos pelos sujeitos, os seus pilares basilares” (p. 50). Fruto desta linha de pensamento, Amado (2014) diz-nos que os problemas a investigar passam a ser formulados “(...) no sentido de explorar as interpretações, os sentidos da ação, os sentimentos dos sujeitos e não as variáveis (causas) que possam estar na base de seus comportamentos e atitudes” (p. 49). Consequentemente, e ansiosos por explorar um novo conhecimento, caracterizamos abaixo a metodologia em que assenta esta pesquisa.

3.2. A pesquisa qualitativa e a pesquisa narrativa

A abordagem qualitativa e narrativa tornou-se um imperativo metodológico, no âmbito desta investigação, dado que se trata de uma abordagem mais adequada para aceder aos discursos, sentidos e vivências dos sujeitos entrevistados, dificilmente resgatados a partir das abordagens mais formatadas, como a dos métodos quantitativos.

O termo ‘qualitativo’, como afirmam Denzin e Lincoln (2003, in Amado, 2014, p. 40) “(...) implica uma ênfase na qualidade das entidades estudadas e nos processos e significações que não são examináveis experimentalmente nem mensuráveis, em termos de quantidade, crescimento, intensidade ou frequência”. A pesquisa qualitativa

configura-se, portanto, como uma busca de novos significados, através da interpretação de discursos; é o que delimita o objeto de estudo e as opções metodológicas.

De acordo com Amado (2014):

(...) a investigação qualitativa assenta numa visão holística da realidade (ou problema) a investigar, sem a isolar do contexto ‘natural’ (histórico, socioeconómico e cultural) em que se desenvolve e procurando atingir a sua ‘compreensão’ através de processos inferenciais e indutivos (construindo hipóteses durante e depois da análise dos dados). (p. 41)

Dentro dos estudos qualitativos, a recolha de narrativas biográficas nos proporcionou a criação de um texto de pesquisa sobre as experiências individuais dos sujeitos, como também, sobre suas experiências em outros contextos sociais.

Clandinin e Connelly (2011) diz-nos que a pesquisa narrativa diz respeito a histórias vividas e contadas.

(...) é uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisador e participantes, ao longo de um tempo, em um lugar ou série de lugares, e em interação com *milieus*. Um pesquisador entra nessa matriz no durante e progride no mesmo espírito, concluindo a pesquisa ainda no meio do viver e do contar, do reviver e recontar, as histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas perspectivas: individual e social. (p.51)

Assim, o fenómeno narrativo se constituiu, de maneira oportuna, como a melhor forma de compreendermos as particularidades dos sujeitos entrevistados, para além de esquemas fechados, recortados e quantificáveis. Portanto, e de acordo com Clandinin e Connelly (2011) na pesquisa narrativa o pesquisador tem um vasto caminho na composição de textos de campo, contudo deve estar atento à complexidade que abarca as inúmeras possibilidades de composição dos textos, sem perder o espaço tridimensional que constitui a pesquisa narrativa: interação (pessoal e social), continuidade (presente, passado e futuro) e situação (lugar) elementos-chave no desenvolvimento do método narrativo (p. 85).

4. Recolha de dados

Para a prossecução dos objetivos desta pesquisa e de modo a permitir ao investigador “(...) compreender os significados que os entrevistados atribuem a determinadas questões e/ou situações” (Morgado, 2012, p.72), foi realizada uma recolha de dados através de *entrevistas do tipo biográfico* a 5 pessoas que estiveram institucionalizadas na Casa do Gaiato «antigos gaiatos» e de *entrevistas semidiretivas* a 2 funcionárias (não gaiatos) e ao responsável pela Instituição (Diretor).

As entrevistas foram utilizadas como uma fonte de recolha de dados por nos permitir uma maior proximidade com os participantes da pesquisa e nos possibilitar uma maior obtenção de respostas, e de modo consequente, uma maior relação com as questões de investigação. Primeiramente, argumentamos sobre a credibilidade e os benefícios da pesquisa, objetivando criar uma relação de confiança e motivar o entrevistado em sua participação no trabalho.

Através de uma debruçada leitura sobre a problemática em questão, foram construídos 3 guiões (em anexo 1) que nos ajudaram a centrarmo-nos nos objetivos que queríamos alcançar; utilizando perguntas pré-definidas apenas como referencial orientador, avançávamos ou recuávamos à medida que o entrevistado falava. De acordo com Amado e Ferreira (2014), “(...) à construção deste instrumento deve presidir a preocupação por não fazer dele um questionário, mas sim um referencial organizado de tal modo que permita obter o máximo de informação com o mínimo de perguntas (*ibid.*, p. 214).

Após uma busca através de uma página do Facebook⁹ foram convidados à participação na pesquisa vinte e seis antigos gaiatos da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, dos quais somente 9 demonstraram algum tipo de interesse. Dentre esses, 5 antigos gaiatos foram selecionados para as entrevistas, dando-se preferência aos que residiam próximo ao Porto. As entrevistas foram agendadas em dia e horário conveniente para ambas as partes, foram recolhidas através de uma gravação de áudio e tiveram em média a duração de 1h30 a 2h.

Todos os sujeitos entrevistados tiveram acesso e assinaram um consentimento informado sobre a pesquisa (ver anexo 2); tendo em conta a ética científica e prevendo-se esclarecer e proteger o sujeito da pesquisa, assim como, o próprio pesquisador. Isabel Baptista (2005) define a ética “(...) com a reflexão sobre os princípios que devem nortear a ação humana” (p. 22) e é sobre estes princípios que ao longo desta pesquisa foi conferida uma sensibilidade e prudência pelas narrativas dos sujeitos entrevistados. Foi dito aos participantes que poderiam desistir a qualquer momento da sua participação sem qualquer consequência nefasta e que depois do estudo concluído, a gravação de áudio seria destruída e os resultados da pesquisa apresentados em sessão pública na data que vier a ser definida para a defesa da dissertação, onde os mesmos serão informados para poderem estar presentes, se assim, o entenderem.

⁹ <https://www.facebook.com/Casa.do.Gaiato/>

Sobre os dilemas e desafios durante o processo de recolha de dados, houve vezes em que após agendada uma entrevista, o participante não aparecia. Isso aconteceu quatro vezes, com dois antigos gaiatos, que pela falta de comunicação, não fizeram parte da pesquisa. Um outro desafio, supostamente superado, relaciona-se com os factos narrados, muitas vezes, histórias de vida traumáticas e tristes. Estes factos causavam imenso mal-estar, contudo, pensamos ter conseguido demonstrar, a todo o tempo, serenidade e respeito pela partilha das experiências vividas.

O processo de transcrição representou mais uma experiência intensa da pesquisa e constituiu-se em uma pré-análise do material recolhido.

Sobre a transcrição, uma das questões mais frequentes relaciona-se com a exigência de fidelidade ao discurso do entrevistado. Geralmente aponta-se para a necessidade absoluta dessa fidelidade. Para isso, há que ter muito cuidado, não só na captação das palavras usadas, como em outros aspectos tais como a pontuação da fala (as pausas e o tom de voz). A fidelidade exige vírgulas, pontos, referências, exclamações... O que não é nada fácil e pressupõe várias escutas – a que alguns investigadores (Crusoé et al., 2008; Crusoé, 2009; Silva, 2006) chamam ‘escuta sensível’. (Amado & Ferreira, 2014, p. 219)

Devido a grande quantidade de expressões em português de Portugal, foram dedicadas muitas horas às transcrições, recorrendo-se muitas vezes a amigos portugueses e ao dicionário para assim poder transcrever, fielmente, o que foi dito no total das 8 entrevistas realizadas.

4.1. Entrevistas semidiretivas

De acordo com Amado e Ferreira (2014), nas entrevistas semidiretivas:

(...) as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado. (in Amado, 2014, p. 208)

Assim, a opção pelas entrevistas semidiretivas prende-se com a conciliação entre, por um lado a existência prévia de objetivos pré-definidos, aos quais se pretende obter possibilidades de resposta e, por outro lado a uma postura ética emergente de dados que configurem possibilidades de sentidos sobre as vozes dos sujeitos.

Como técnica de investigação, as entrevistas semidiretivas permitem-nos um acesso aos discursos dos sujeitos entrevistados, suas opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideais e valores (*ibid.* p. 211-212). Dessa forma, as entrevistas semidiretivas foram utilizadas na pesquisa com duas funcionárias e o Diretor da Instituição. Tendo como objetivo contextualizar o nosso objeto empírico, mais

especificadamente, ampliar nossos conhecimentos de ordem organizacional da Casa; compreender como ocorrem as relações entre os gaiatos, funcionários e o diretor, assim como, sobre as relações dos gaiatos no contexto familiar, escolar, de trabalho e de comunidade. Para além disso, identificar a dedicação e cuidado das funcionárias e de outros personagens cotidianos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa na formação humana, educacional, social, cultural e religiosas dos gaiatos aí institucionalizados.

Segue abaixo o quadro nº 1 com a caracterização das funcionárias da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, entrevistadas. Como não obtivemos autorização para divulgação dos seus nomes verdadeiros, os mesmos foram substituídos por nomes fictícios.

Quadro nº 1 – Caracterização das funcionárias da Casa do Gaiato de Paço de Sousa entrevistadas

Funcionária	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Naturalidade	Residência Atual	Escolaridade	Profissão Atual	Anos de Trabalho na Casa	Define o seu trabalho na casa como:
Maria	63	Solteira	0	Paço de Sousa	Freguesia de Paço de Sousa	12º Ano	Lavadeira	45 anos	"Amor a esta casa. E não só à Casa, aos rapazes que aqui estão. Muito Amor, muito Afeto que eu tenho por esta casa."
Célia	57	Solteira	0	Fátima	Casa do Gaiato de Paço de Sousa	12º Ano	Cuidadora	27 anos	"Experiência de vida! Realização pessoal."

Foi-nos concedida, também, uma entrevista com o atual Diretor e Padre da Instituição, que definiu seus 6 anos de trabalho na Casa, com a palavra: “Dedicação”.

4.2. Entrevistas semidiretivas de tipo biográfico

A propósito da entrevista de tipo biográfico diz-nos Bertaux (1997 in Amado & Ferreira, 2014) que “(...) quanto mais tivermos ideias claras sobre o que procuramos compreender e sobre o melhor modo de o perguntar, mais podemos aprender seja qual for o informador” (p. 213).

Assim, a opção por entrevistas de tipo biográfico deve-se ao facto de nos possibilitar reconstruir o vivenciado dos sujeitos entrevistados e relacionar essas vivências com as suas ações comportamentais e atitudinais, ou seja, seu modo de ser e estar no mundo.

O confronto das experiências passadas, presentes e futuras dos antigos gaiatos se constituíram em uma temática muito próxima do nosso objeto de estudo. Ou seja, a partir das narrativas buscamos analisar até que ponto a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa contribuíram para a (re)integração social e formação desses sujeitos enquanto ator social.

Segue abaixo o quadro nº 2 com a caracterização dos antigos gaiatos da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, entrevistados. Ludgero é um nome verdadeiro, que por ter um nome diferente do habitual não tinha alcunha e era assim chamado. Neves, Tiro-liro-ló e Cenoura são alcunhas. Dos 5 antigos gaiatos que participaram nas entrevistas, 4 concordaram pela divulgação dos seus nomes, com exceção do primeiro antigo gaiato entrevistado, a este foi-lhe atribuído um nome fictício de Chico.

Quadro nº 2 – Caracterização dos antigos gaiatos da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, entrevistados

Antigo Gaiato	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Naturalidade	Residência Atual	Escolaridade	Profissão Atual	Anos que viveu na Casa	Define a sua estadia na casa como:
Chico	63	Casado	1	Guiné Bissau	Porto	12º Ano	Guarda Municipal	10 anos	"foi uma história de vida... Foi uma linda história."
Ludgero	51	Divorciado	1	Olhão	Vila Nova de Gaia	Licenciado em Engenharia Multimédia	Paginador	13 anos	"Acolhedora."
Neves	53	Casado	4	Aveiro	Oliveirinha	4ª Classe	Ajudante de Padeiro	8 anos	"Seja bem vindo."
Tiro-liro-ló	52	Casado	1	Olhão	Fânzeres	9º Ano	Exerce função Administrativa	23 anos	"Foi boa."
Cenoura	39	Casado	1	Braga	Vila Nova de Gaia	Mestre em Engenharia Do Ambiente	Empresário em Angola e Portugal	20 anos	"Gratidão."

Além das entrevistas, que possibilitaram compreender os significados e perceções dos sujeitos face ao tema em estudo, a análise de documentos revelou-se, entre outras questões, crucial para compreensão da rotina da Casa do Gaiato de Paço de Sousa. Morgado (2012) refere que a análise de documentos existe "(...) com o objetivo de complementar, fundamentar e/ou recolher informações úteis acerca do objeto de estudo" (p. 87). As observações, durante as visitas exploratórias, aos dias festivos e dias comuns da semana, tornaram-se igualmente úteis para perceber as relações e subjetividades dos sujeitos em seu quotidiano, a partir da relação direta construída com os mesmos. Através de uma reflexão entre aquilo que foi dito nas entrevistas e aquilo que foi observado, foram apurados novos dados para a pesquisa.

5. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo incide sobre as informações anteriormente recolhidas por intermédio dos instrumentos de recolha de dados. A análise consiste na desconstrução de um discurso para posterior “(...) produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise” (Vala, 1990, p. 104).

Como um processo metodológico capaz de proporcionar uma reflexão crítica sobre o que está por trás da aparência dos fenómenos e através de uma sensibilidade em os escutar, interpretar e compreender, os dados em questão foram analisados segundo a proposta de Amado (2014).

O material recolhido (fruto das interpretações dos sujeitos investigados) há-de vir a ser interpretado (com base em teorias prévias, ou em hipóteses progressivas, emergentes, a construir durante o processo de recolha e de análise) pelo próprio analista. (p. 41)

Tendo como questão os processos educativos desenvolvidos pela Casa do Gaiato de Paço de Sousa, procurou-se contribuir não só para a realidade educativa de uma instituição de acolhimento, como para o surgimento de novas problemáticas que motivem outras práticas e projetos sociais para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Sobre a relevância dos dados para a investigação, esta centra-se em 3 critérios: fidedignidade, validade e representatividade.

O critério de fidedignidade refere-se à qualidade externa dos dados, ou seja, à garantia de que os dados se referem a informação efetivamente recolhida e não foram fabricados. (...) O critério da validade avalia efetiva relevância da informação produzida em relação ao conhecimento que se pretende produzir. (...) O terceiro critério de avaliação da qualidade dos dados consiste na sua representatividade, ou seja, na garantia de que os sujeitos envolvidos e os contextos selecionados representam o conjunto dos sujeitos e dos contextos a que a pesquisa se refere. (Afonso, 2005, p. 112-113)

A respeito do processo de categorização inerente à análise de conteúdo, este foi orientado segundo categorias previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa e de outras que emergiram na análise. Como refere Laurence Bardin (1977), o objetivo da categorização é “(...) fornecer por condensação uma representação simplificada dos dados brutos” (p. 120). No caso de nossa pesquisa, as subcategorias foram constituídas através de enunciados dos sujeitos entrevistados.

Partindo-se dos tópicos dos guiões e tendo em conta os objetivos da pesquisa, segue abaixo o quadro nº 3 com o modelo de análise produzido, que se organiza em 3 perspetivas.

Quadro nº 3 – Quadro da análise de conteúdo

Perspetivas	Categorias	Subcategorias
Perceções sobre as vivências ANTES da Casa do Gaiato	1. Relação com a família	1.1 Origem socioeconómica
		1.2 Relação afetiva com seus pais e irmãos
	2. Relação com a escola	2.1 Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar
		2.2 Relação com os professores e com os colegas
	3. Relação com a comunidade de origem	3.1 Relação com os amigos
		3.2 Lazer
Perceções sobre as vivências APÓS entrada na Casa do Gaiato e DURANTE a estadia na Casa	1. Chegada à Casa do Gaiato	1.1 Motivo
		1.2 Principais dificuldades
	2. Regras de funcionamento da Casa	2.1 Rotina
		2.2 Adaptação
	3. Relação com os pares e funcionários	3.1 Afetividade
		3.2 Autoridade
	4. Relação com a família e com a comunidade externa	4.1 Visitas e saídas
		4.2 Lazer
	5. Relação com a escola	5.1 Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar
		5.2 Relação com os professores e com os colegas
Perceções sobre perspectivas futuras	1. Saída da Casa do Gaiato	1.1 Motivo
		1.2 Principais dificuldades
	2. Família	2.1 Vida familiar
		2.2 Filhos
	3. Trabalho	3.1 Importância das oficinas
		3.2 Emprego
	4. Memórias	4.1 Casa
		4.2 Gaiatos

Por um lado, a análise de conteúdo será feita com uma apresentação da narrativa de cada um dos antigos gaiatos entrevistados e após isso uma análise detalhada sobre as suas perceções de vida antes, após entrada e durante à estadia na casa como de suas perceções futuras; tendo como objetivo principal nessa análise identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)integração social.

Conclusão

Através das narrativas dos sujeitos entrevistados e face ao tema em estudo, procurou-se construir um conhecimento mais científico do que as opiniões e construções de um senso comum. Parafraseando Charlot (2006) um “(...) discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados” (p. 10).

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, a opção metodológica pela pesquisa qualitativa e a pesquisa narrativa representou a melhor forma de compreendermos as

particularidades dos sujeitos entrevistados, para além de esquemas fechados, recortados e quantificáveis. Esta opção metodológica englobou técnicas de recolha de dados: como as entrevistas, análise de documentos e a observação, que nos proporcionaram uma interação heurística com o fenómeno estudado.

CAPÍTULO V – CONTEXTUALIZAÇÃO

Introdução

Através da análise de conteúdo das entrevistas ao diretor e a duas funcionárias da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, como também, sobre o estudo ao Museu (Memorial Padre Américo-Obra da Rua) e livros de Ernesto Martins (2003; 2004); buscamos neste capítulo da dissertação contextualizar o nosso campo empírico, a particularidade de alguns dos seus principais personagens e da sua proposta educativa. As visitas exploratórias à Casa durante os dias festivos e dias comuns da semana, tornaram-se igualmente úteis para perceber as relações e subjetividades dos sujeitos em seu quotidiano, a partir da relação direta construída com os mesmos.

1. Sobre o Padre Américo e o legado da Obra da Rua

Popularmente conhecido como Padre Américo, cujo nome completo é Américo Monteiro de Aguiar, nasceu em 23 de outubro de 1887 na freguesia de S. Salvador de Galegos, concelho de Penafiel, distrito do Porto. Oriundo de uma família católica, de pais agricultores ricos, é o último dos oito filhos do casal Ramiro Aguiar e Teresa Rodrigues. Desde muito novo, demonstrava profundo interesse pela carreira eclesiástica, contudo, seu pai nunca foi condescendente com essa decisão.

Após seus estudos, em 1902, é mandado, por decisão de seu pai, ao Porto para trabalhar no comércio. Em 1906, a fim de melhores ganhos e vida, despede-se de sua família a caminho de África, onde dedica-se com afinco ao seu trabalho por dezassete anos. Após a morte de seus pais, abandona o emprego e regressa a Portugal em 1923, aos 36 anos de idade, onde vai morar com uma prima em Paço de Sousa.

Na época, Portugal apresentava-se com uma das economias mais atrasadas da Europa, envolta em problemas ao redor da criança e do jovem, assente em uma realidade social e económica de miséria e pobreza. É assim que Américo descarta de uma vez por todas a intenção que tinha em associar-se a um negócio de comércio e exportação de produtos e deixa-se guiar por sua ideia de ser padre.

Desde sua estadia em África, mantinha uma grande admiração pela obra franciscana missionária. Isto posto, em 1925, após recusa do bispo do Porto em aceitá-lo no seminário do Porto devido a más experiências com vocações tardias, é aceito pelo bispo de Coimbra com reservas e expectativa.

Durante seus anos de estudo em Coimbra, como seminarista e como Padre, diz-nos Martins (2003):

Projeta sua vida em prol dos necessitados e, posteriormente, das crianças vadias, inculcando-lhes uma educação humanista, naturalista e personalista; (...) revelando uma forma de padre diferente, com um alto conceito do sacerdócio, que realizava na prática, denunciando as misérias humanas e a pobreza em que muitas famílias viviam, incapacitadas de darem um futuro aos seus filhos. (p. 97)

Nessa ocasião, sensível aos flagelos sociais, em 1932, o Bispo D. Manuel “(...) entrega-lhe a ‘Sopa dos Pobres’ (...) destinada à assistência alimentar aos pobres e indigentes” (*ibid.*, p. 101-102). Foi assim, aos 42 anos de idade, que o Padre Américo deu início às suas ações assistenciais, caritativas e socioeducativas e pôde encontrar seu rumo na vida sacerdotal.

Padre Américo acreditava que a pobreza e a miséria estavam imersas na sociedade, mas eram consideradas problemas à margem, ou seja, os ricos não queriam enxergar a realidade de vida dos pobres. Aqui incide o seu grande objetivo de filosofia social: “(...) levar a sociedade a conhecer a realidade do pobre, para que ela reagisse com medidas humanas, sociais, económicas e assistenciais” (*ibid.*, p. 103).

Através do jornal ‘Correio de Coimbra’, buscava combater as desigualdades e as injustiças, sendo sempre a favor do pobre. É, somente, em 1940, em Coimbra, que funda a primeira Casa do Gaiato. Direccionada “(...) à criança pobre, à vadia, à marginalizada, à abandonada e órfã, livrando-as dos reformatórios, dos asilos, dos sanatórios e da miséria social e moral do ambiente familiar” (*ibid.*, p. 117); seu principal objetivo era proporcionar a essas crianças uma família de verdade, dando-lhes amor, inculcando-os o sentimento de responsabilidade, de liberdade, de amor à natureza, ao próximo, a escola e ao trabalho, de modo que, chegassem à idade adulta e se pudessem integrar como cidadãos aptos a vida em sociedade.

Padre Américo, veio a falecer em 16 de julho de 1956, aos 69 anos de idade, vítima de acidente de carro próximo a S. Martinho do Campo, no concelho de Valongo. Seus restos mortais encontram-se em campa rasa na Capela da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, com a inscrição: Era 1956/Américo Monteiro d’Aguiar/Presbítero. Sendo uma das mais influentes figuras da igreja portuguesa do século XX é homenageado e lembrado até hoje; sua morte representou uma grande perda e propiciou uma comoção nacional estando seu processo de canonização em curso, desde 1986.

Padre Américo ou o amigo dos pobres, como ficou conhecido, deixa uma grande riqueza para a Igreja Católica, não se tratando somente de um património material, mas

um património cultural inestimável de grande valor e sentido para a sociedade portuguesa, mas também para o mundo, que queira como o Padre idealizar um projeto educativo a exemplo do que é a Obra da Rua. Como diz-nos Mendes (2013):

O património cultural, além do seu valor próprio, apresenta ainda um valor instrumental, mas imprescindível, relativamente: à história e ao conhecimento do passado; à memória e à identidade; às raízes das comunidades e à compreensão do seu papel, na actualidade como no futuro; ao desenvolvimento e ao bem-estar. (p. 86)

Em Portugal, no distrito do Porto encontra-se a Casa do Gaiato de Paço de Sousa (Penafiel) e a Casa do Gaiato de Beire (Paredes); em Coimbra a Casa do Gaiato de Miranda do Corvo e em Setúbal, a Casa do Gaiato de Setúbal. Não mais pertencente a Obra da Rua encontra-se em Lisboa, a Casa do Gaiato em Santo Antão do Tojal (Loures), a mesma foi entregue às oligarquias há alguns anos. Após a morte de Padre américo, fundam-se em África, a Casa do Gaiato de Malange e Casa do Gaiato de Benguela em Angola; e Casa do Gaiato de Maputo, em Moçambique.

Além das Casas do Gaiato, a criação dos *Lares do Gaiato* que “(...) tinha por finalidade servir de transição para vida activa na sociedade aos rapazes considerados aptos, com o objetivo de adquirirem a sua própria autonomia ou emancipação” (Martins, 2003, p. 144); demonstram o quanto Padre Américo era proeminente do seu tempo. Quer no âmbito assistencial, caritativo, socioprofissional ou socio educacional, a herança dada a esses rapazes através da educação deixa clara a imagem do Padre como de um educador social, que através dos seus ensinamentos religiosos, éticos-morais, de beneficência e amor ao próximo, muitos deles transmitidos pelo seu próprio exemplo de vida, orientava muitos deles em sua reinserção na sociedade.

No Porto, há um Lar do Gaiato até então em ativa, situada na Rua D. João IV - nº 682. A Casa é ampla, dividida em 04 andares com 12 quartos, sala de estar, biblioteca, sala de estudo, sala de TV e jogos, refeitório, capela e um grande quintal, com árvores de kiwi e outras plantações. Atualmente vivem por lá 02 gaiatos, onde 01 estuda na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e o outro trabalha em uma fábrica do Porto.

Ainda há algumas Casas do Gaiatos que foram pensadas e criadas com o propósito de que os gaiatos pudessem gozar suas férias ao fim do ano letivo. Designadas por *Colónias de Mar*, “nelas os gaiatos podem desfrutar das suas merecidas férias (em turnos de quinze dias), seguindo o mesmo regime de autogoverno familiar” (Martins, 2003, p. 150). Aos gaiatos de Paço de Sousa e de Beire, está a Colónia de Azurara em

Vila do Conde; para os gaiatos de Mirando do Corvo, está a Colónia de Mira em Aveiro; e para os gaiatos de Setúbal, está a Colónia no Portinho da Arrábida.

Preocupado também com os doentes, idosos, inválidos e deficientes abandonados, Padre Américo cria para estes um abrigo a que deu o nome de *Calvário* e que de acordo com Padre Júlio pode ser considerada a perpetuação da sua Obra da Rua.

Portanto, a Obra é para os pobres, claro, particularmente para os rapazes, mas não só para os rapazes, para os pobres em geral, que nós estamos, desde o início, sempre a acompanhá-los, ajudando-os de diversas formas. Portanto, isso continuamos a fazê-lo. Ajudar as famílias, ajudar pessoas que estão em situação de pobreza e precisam de uma ajuda, de um sentido, para continuarem a lutar pela vida.

Vista como sua última inspiração, sua origem está ligada igualmente, ao fato, de que algumas crianças acolhidas pelo Padre apresentavam privações mentais e físicas. Situada em Beire, freguesia portuguesa do concelho de Paredes, é uma das obras mais simbólicas deixada por Padre Américo em prol dos jovens incuráveis que de facto não tem ninguém que os apoie.

Apresentando uma proposta socioeducativa semelhante das Casas do Gaiato, o propósito é que um doente cuide do outro, “(...) por ser mais íntima e concreta a sua experiência de sofrimento humano e, por isso, mais compreensiva a solidariedade nos momentos do dia” (Martins, 2003, p. 145). São, portanto, os Calvários, lares onde busca-se oferecer condições de vida humanas, morais, materiais, dignificando os doentes como pessoas.

Outra grande realização do Padre que possibilitou a muitas famílias necessitadas a aquisição da casa própria, foi a idealização do *Património dos Pobres*. Com ajuda do povo benfeitor e de algumas autoridades civis e religiosas, Padre Américo promove uma campanha social que, através das ofertas recebidas, constrói a volta de quatro mil casas por todo o país. “Foi uma das maiores iniciativas sociais e habitacionais do séc. XX, em prol das famílias pobres e sem tecto, em Portugal” (*ibid.*, p. 171).

Através de todas essas ações e trabalho, é notório perceber o quanto Padre Américo amava os pobres e acreditava nos rapazes, o quanto queria oferecer-lhes um ambiente familiar em que pudessem ter uma vida propícia, no mercado de trabalho, na sociedade, na constituição de uma vida íntima em família, com mulher e filhos. Padre Américo dedicou com insistência e perseverança uma parte de sua vida à vida de rapazes que inegavelmente sem a sua ajuda estariam entregues à vida da delinquência, dos presídios, dos maus costumes.

Em vida, publicou várias notas, crónicas, e artigos sobre a Obra da Rua. Seu lema era “não existem rapazes maus.” O jornal “O Gaiato”, cuja comercialização continua assídua até hoje é uma fonte de renda para a instituição e uma porta de entrada para que outras pessoas conheçam o que foi e o que é a Obra. Sua impressão e dobragem é feita na oficina de tipografia da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, pelos antigos gaiatos e gaiatos da Casa e a venda mantém-se pelos assinantes que os recebe quinzenalmente em sua residência. Seus livros, alguns em 4ª e 5ª edições, denunciam a precariedade de vida a que muitas crianças e jovens viviam em Portugal na década de 40, mas também de forma agradável, retratam a vida quotidiana nas Casas e nos Lares do Gaiato.

2. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa em seu quotidiano presente

A fim de poder acolher todas as crianças, em situação de carência, que lhe batiam à porta, Padre Américo após a primeira Casa do Gaiato em Coimbra, funda em 1943, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, a trinta quilómetros da cidade do Porto.

(...) portanto a de Coimbra, para os rapazes da rua de Coimbra, daquela zona Centro, a nossa Casa aqui em Paço de Sousa foi fundada a partir daquilo que o Padre Américo viu e ia acompanhando nas ruas do Porto, muitos rapazes em situação de grande carência e abandono e, portanto, para eles também uma Casa onde eles, portanto, encontrassem a família que não tinham. (in entrevista ao Diretor)

Inicialmente, com o nome de Casa do Gaiato das Ruas do Porto, os rapazes em situação de rua e carenciados de tudo aquilo que era necessário ao seu desenvolvimento iam à nova Casa pedir abrigo e acolhida, “(...) no início, os rapazes vinham muitos deles pelo próprio pé, cá pedir ao Padre Américo para ficar na Casa” (*ibid.*).

A Casa do Gaiato de Paço de Sousa encontra-se, desde a sua fundação, organizada num sistema de casas-família, segundo as diferentes idades e maturidades, ou seja, cada casa-família acolhe um determinado número de rapazes que tem sobre eles um chefe responsável. Assim, possui três casa-família (camaratas), uma capela, uma casa-mãe (onde estão instalados a copa, o refeitório e onde se habituou a dormir os mais novos), uma adega, uma rouparia, um parque, uma área com duas piscinas, dois campos de futebol, um museu (antiga escola), um edifício para oficina de carpintaria, um da serralharia, um da tipografia e também um bar, onde eles tomam café e veem televisão. O hospital foi um espaço onde antigamente ficavam as crianças com doenças contagiosas, estando suas instalações desativadas. As casas-família foram construídas por pedras, as janelas são de madeira, mas todas as casas-família apresentam isolamento

térmico. Portanto, seus edifícios, apesar de antigos, são conservados e bem cuidados. Seu espaço físico é bem organizado e cercado pela natureza e por um grande pomar com árvores de fruto, considerado como uma das suas riquezas. Como nos diz a funcionária Célia:

A quinta tem tudo, tem jardins, tem árvores, tem campos de bola, piscinas, animais. As crianças têm um espaço tão grande que é impossível nós dizermos: “Olha, o espaço é teu.” O espaço não é limitado. Elas têm um espaço enorme e por isso se calhar elas sentem melhor, talvez sintam melhor por isso. Não é difícil!

Em anexo a este trabalho e com a intenção de familiarizar o leitor, visualmente, sobre o espaço físico e social da Casa, constam fotografias retiradas pela pesquisadora durante os dias de visita exploratória à Casa, de alguns dos lugares descritos acima. Sendo isso possível, com autorização do atual Diretor.

Ordenado pelos padres da Obra da Rua, Padre Júlio encontra-se atualmente como diretor da Casa do Gaiato de Paço de Sousa. Há seis anos no seu segundo mandato¹⁰, diz que o que mais o motiva em seu trabalho é “(...) de facto, alcançar o objetivo principal da obra, que é fazer com que cada rapaz se faça um homem e integrá-lo futuramente depois na sociedade”.

Os rapazes da Obra são chamados de gaiatos, “(...) o termo tem uma carga conotativa de afeto, de carinho e de dignificação à própria criança, no propósito de proteção, prevenção e promoção pessoal e social” (Martins, 2004, p. 285). Na Casa do Gaiato de Paço de Sousa vivem atualmente 30 rapazes, de diferentes concelhos de Portugal e das ex-colónias Portuguesas (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola). O gaiato mais novo tem nove anos de idade e é carinhosamente chamado por Batatinha e o mais velho tem 30 anos de idade, há mais de vinte anos que mora na Casa. Os gaiatos são batizados com um “apelido” ou “alcunha”¹¹, assim que chegam à Casa; são raras as vezes que os chamam pelo primeiro ou último nome. Antigamente, os gaiatos eram também identificados através de um número em suas roupas, no entanto, um Padre há muito anos pensou melhor e como família que eram aboliu as roupas marcadas.

Na sua maioria, os gaiatos que lá vivem já concluíram o ensino secundário, e trabalham nas oficinas da Casa ou em outros sítios de Paço de Sousa e do grande Porto; os que ainda não concluíram ou cursam o ensino superior, estudam em escolas próximas

¹⁰ A direção da Obra é renovada de 4 em 4 anos.

¹¹ Forma que utilizam para identificar um rapaz recém-chegado a Casa do Gaiato, de acordo com uma característica positiva ou negativa, de forma a atribuir-lhe um valor específico.

à Casa ou no Porto. Tanto os que estudam como os que trabalham fora têm liberdade e responsabilidade em seus horários: saem pela manhã, alguns vêm a Casa almoçar e retornam dos seus afazeres, à noite. A única regra que a Casa institui é que às 22 horas estejam todos em Casa (como qualquer outra casa em que os pais estipulam os horários a que os filhos devem voltar); com exceção dos que estudam e trabalham no Porto, esses somente voltam à Casa nos finais de semana, estando durante a semana no Lar do Gaiato. “Esta casa passa a ser a casa dele, passa a ser a família dele, sem menosprezo dos familiares que têm. Mas, de facto, esta passa a ser a sua casa e a sua família (in entrevista ao Diretor)”.

Os gaiatos que trabalham são independentes em relação ao seu rendimento, e de acordo com o Padre Júlio há muitos anos que já não contribuem para as despesas da Casa. “Os rapazes têm a sua conta bancária, o seu ordenado que é colocado na conta, portanto, eles vão acumulando o seu dinheiro, para quando chegar o dia da sua autonomia terem o seu pé-de-meia ou para casar ou para montar uma casa, etcetera” (in entrevista ao Diretor). Ainda de acordo com o Padre o que se faz é um aconselhamento e acompanhamento sobre os gastos, “(...) há os sinais que nós vemos, vamos vendo se não entram por gastos excessivos, quanto àquilo que é normal, àquilo que é aceitável”.

Em termos financeiros, os rendimentos da Casa são geridos pelo trabalho de antigos gaiatos que formaram família e hoje não residem lá, mas trabalham na Casa como assalariados, exercendo a profissão que aprenderam ainda meninos na Casa, como carpinteiro, serralheiro, gráfico ou no trabalho com os animais e plantações. Como nos diz Padre Júlio:

(...) em termos financeiros, portanto, a Casa do Gaiato depende de si mesma, depende do trabalho que nós realizamos, a própria contribuição dos rapazes para as tarefas (...). É pelo trabalho, pelo trabalho de todos, nas tarefas que cada um pode desempenhar, e também das ajudas que recebemos. (in entrevista ao Diretor)

Logo, sustenta-se pela produção agrícola e por tudo o que as oficinas da Casa produzem. A venda do jornal, dos livros e as contribuições por parte da comunidade e das empresas particulares contribuem, igualmente, para a subsistência da Casa. De tal modo, como funcionárias e a auxiliar as tarefas domésticas da Casa encontram-se três mulheres na rouparia e duas na cozinha, sendo que uma exerce trabalho voluntário, há mais de vinte e cinco anos na Casa.

Apesar de ser considerada pelo Estado uma instituição de solidariedade social “à criança vadia, abandonada ou sem família” (Diário do Governo n.º 4 – 3ª série de 5 de janeiro de 1961), a Casa do Gaiato de Paço de Sousa não tem parceria com o Estado e por isso não recebe mais crianças como antigamente. Segundo Padre Júlio:

(...) todas aquelas crianças que perdem a sua família por alguma razão e têm que ser acolhidas numa instituição, a Segurança Social encaminha-as para aquelas instituições com quem tem acordo. Conosco, não tem acordo, não nos pede.

Dessa maneira, as crianças detetadas em perigo são encaminhadas pelas comissões de proteção e pela Segurança Social para outras entidades com quem têm acordo e apenas uma pequena quantidade de crianças ingressa na Casa. Outras razões, consideradas pelo Padre, para haver menos crianças na Casa é a diminuição da taxa de natalidade, mesmo nas famílias pobres, e o número crescente de instituições direcionadas ao acolhimento de crianças e jovens.

Hoje a situação é completamente diferente. O que a maior parte dos rapazes nós recebemos já não são rapazes da rua, mas são rapazes que estão em risco de vir a ser rapazes da rua (...) e, eventualmente, delinquentes. (in entrevista ao Diretor)

São sobretudo crianças oriundas das Casas do Gaiato de África ou que são as próprias famílias a solicitar o acolhimento por parte da Casa e, nesses casos, as crianças já são mais crescidas.

Devido a estes factos e conforme Padre Júlio, depois de tantos anos, o trabalho com a Casa tornou-se diferente. Devido ao número cada vez menor de crianças e jovens acolhidos e por outro lado, pelos gaiatos frequentarem a escola fora da Casa, o Padre afirma: “(...) há alterações muito grandes, a nível social com impacto muito grande na Casa do Gaiato que, de facto, alteraram muito a rotina diária da Casa e dos próprios rapazes”.

Segundo Padre Júlio, a Casa se encontra hoje com um problema que é:

(...) de facto, nós vemos que, cada vez nós vamos tendo menos rapazes; (...) o que mais nós pensamos é como vai ser o nosso futuro, porque, enquanto tivermos rapazes, nós continuaremos a existir, mas continuando a diminuir o número de rapazes, chegamos a um ponto em que já não se justifica ter a Casa do Gaiato.

Apesar de tudo, a divisa da Obra mantém-se inalterável: *Obra de Rapazes, para Rapazes, pelos Rapazes*, o que dá ideia do ambiente e sistema de autogoverno familiar, do exercício de liberdade e do sentido de responsabilidade dos gaiatos que nela vivem (Martins, 2003, p. 142).

Há um fator importante que nós temos em conta desde o início da nossa Obra que é, sendo a Casa do Gaiato a Obra deles, a Obra dos rapazes, para eles, também devem ser eles, portanto, tudo aquilo que eles possam fazer, aquilo que eles possam realizar no dia-a-dia, não serem substituídos por ninguém, porque se vem alguém de fora, um empregado, e que vem fazer as tarefas que eles podiam fazer, eles automaticamente deixam de sentir a casa como sua. (in entrevista ao Diretor)

Dessa forma, tanto aos gaiatos que estudam como aos gaiatos que trabalham, são-lhes atribuídas tarefas diárias para manutenção e bom funcionamento da Casa.

(...) as tarefas exercidas na Casa, pelos rapazes, não podem estar à frente da preparação escolar. Portanto, primeiro está a dispor de tempo, de todo o tempo que é necessário para a formação escolar, só depois é que vem o tempo em que se aplicam nas tarefas mais domésticas ou etcetera, enfim, aquilo que é mais necessário fazer. (*ibid.*)

Ou seja, os trabalhos vêm depois dos compromissos escolares e, sendo a Casa do Gaiato a obra deles e para eles, esta proposta se faz a fim de que os mesmos sintam a Casa como sua e que por ela se responsabilizem todos os dias.

De acordo com Padre Júlio, a Casa não possui um regulamento interno que os gaiatos têm que seguir.

(...) nós não temos propriamente um regulamento que sirva de bitola para aplicação da disciplina da ordem da Casa, etcetera, da educação em geral. Não temos nem isso é a nossa preocupação. Digamos que a ação nestas situações em que é preciso atuar, para educar, para chamar a atenção, para incentivar, etcetera, isso vai-se fazendo com toda a naturalidade, como se faz numa família. Portanto à medida que surge um problema, que surge uma questão qualquer, portanto as coisas falam-se diretamente e no momento mais conveniente, em particular ou em comunidade, da forma que seja mais conveniente e melhor, portanto faz-se..., portanto, tudo, tudo, se vai processando no ambiente familiar e, portanto, que é isso que se pretende. (in entrevista ao Diretor)

Confirmando o que diz Américo (2002): “A Casa do Gaiato é uma obra eminentemente social e familiar. Não tem pautas nem estatutos - nem regulamentos!” E onde, no próximo item deste trabalho, falaremos com mais detalhes sobre sua proposta educativa.

3. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa e a mediação social, educativa e familiar que desenvolve

As Casas do Gaiato buscam oferecer, às crianças e jovens aí institucionalizados, as mesmas estruturas sociais que eles encontrariam fora da Casa. Num sentido de liberdade e responsabilidade, a proposta educativa praticada na Casa possui, como princípio pedagógico, uma conceção de família, em que todos são responsáveis uns pelos outros e pelo bom funcionamento da comunidade.

Buscando contribuir para as relações de amizade, amor e confiança uns com os outros, a sua pedagogia institucional em regime de autogoverno familiar, num ambiente de ‘portas abertas’, apoia-se na cogestão e nos chefes, que são escolhidos livremente entre todos os gaiatos existentes na Casa (Martins, 2003, p. 142). Ser chefe não é uma opção, pois ninguém se candidata a ser chefe; quando eleito é uma obrigação. No entanto, somente são eleitos chefes os gaiatos com aproveitamento escolar; normalmente é um gaiato mais velho e já adaptado à rotina da Casa que, cumprindo o papel de irmão, toma para si as responsabilidades e a educação sobre aos gaiatos mais novos. Por mais que a este caiba a supervisão em suas tarefas quotidianas, a relação estabelecida não é de superioridade, mas de respeito, exemplo e diálogo. Justamente por serem chefes falam e expressam-se mais que os outros gaiatos, quer dizer, diligenciam sempre em prol dos seus irmãos mais novos.

As atividades são sempre orientadas para proporcionar aquilo que é melhor para o desenvolvimento de cada gaiato, em relação à sua saúde, alimentação, bons hábitos, estudos, formação profissional, formação religiosa, lazer, etc., e “(...) desenvolve-se em termos sociais, psicossociais, axiológicos e educativos” (Martins, 2014, p. 289). Ou seja, educa-se para o trabalho, para os valores morais, éticos, espirituais, para uma vida autónoma e em sociedade. Os padres exercem a figura do “pai”, as funcionárias da “mãe” e os outros gaiatos da Casa de “irmãos”. Assim, nesse ambiente os gaiatos crescem e estabelecem convivências significativas em todo seu processo de adaptação e permanência na Casa.

De facto, os portões estão sempre abertos, mas só podem sair e ir até determinado lugar, os gaiatos a partir dos 16 anos de idade e com autorização do Padre. Não existe uma vigilância sobre eles, o propósito é que eles próprios sejam responsáveis pelo que fazem; ou que não façam o errado, mesmo podendo fazê-lo.

(...) é neste binal, de vivência em liberdade e responsabilidade, nas várias questões da vida, que ele se vai integrando na vida e adquirindo autonomia. Vai percebendo até onde pode ir, portanto, e o respeito por

si mesmo e pelos outros, mas também isto vai-lhe dando uma capacidade de se ir tornando autónomo. Porque a pessoa quando é responsável e livre, torna-se senhora de si mesma; (...) Por isso é que nós estamos sempre de portas abertas, não andamos aqui a vigiar os rapazes. Não queremos que os andem a vigiar, queremos que sejam eles próprios responsáveis pelo que fazem. (in entrevista ao Diretor)

Os gaiatos sabem, portanto, quais são as suas responsabilidades, o que lhes é permitido e o que não é, e se fogem só podem voltar após a decisão dos outros gaiatos assim o consentir.

Decorrentes das diferentes causas que chegam à Casa, alguns gaiatos “(...) apresentam-se com um aspecto exterior deplorável, com grandes défices ou deficiências no estado físico, psicossocial, afetivo, moral e educativo (Martins, 2014, p. 289). Na verdade, e inclusive por sua proposta familiar, não consta no quadro dos funcionários da Casa profissionais diplomados. Somente quando diagnosticada uma situação atípica, a criança ou jovem é acompanhada pelo profissional específico, fora da Casa. Diz-nos Padre Júlio:

(...) nós não sentimos essa necessidade de ter um psicólogo; (...) portanto, nós procuramos dar-lhe, compensar-lhe algo daquilo que lhe falta. Com esse ambiente familiar, essa presença, esse acompanhamento, enfim, esse apoio e, ao mesmo tempo, alguma exigência para que haja mudança.

Este facto particulariza, ainda mais, o contacto com as funcionárias ou ‘senhoras’, “(...) assim designadas e cujo nome, em muitas ocasiões, tem o sabor da palavra ‘Mãe’ para os gaiatos (maternidade adoptiva)” (Martins, 2014, p. 149), principalmente para os órfãos. Muitas vezes, são as senhoras que, na análise dos processos individuais de cada criança e jovem, buscam encontrar a causa dos problemas e a melhor forma de atenuar os males das crianças e jovens que chegam à Casa.

No que diz respeito às senhoras, existe uma frequente disposição e atenção com as crianças e jovens, em seu processo de adaptação.

A minha relação quando eles... chegam, a gente acolhe-os muito como se fosse um filho que chegasse aqui. Quando são pequenos pega-lhes ao colo, faz uma carícia. Fica muito contente com eles. Vai até lá fora dá uma volta aqui com eles. (in entrevista a funcionária Maria)

Primeiro é uma relação de sorrisos. “Vais brincar!” “São os teus amigos.” “Está à vontade.” Pronto, a aldeia é enorme e o importante é que eles estejam à vontade e depois todo o resto é muito devagarinho até porque muitas vezes, há semanas em que nós passamos mal as noites porque eles não estão integrados. Muitas vezes, eles choram, muitas vezes, eles não dormem, muitas vezes, eles querem se levantar batem na porta e nós temos que estar sempre com o ouvido fechado e o outro aberto. O quê que é preciso? O quê que ele quer? Qual é a saudade que ele sente? É muito complicado e são muitas emoções, por

isso tem que ser trabalhado muito devagarinho e muitas vezes demora muito tempo a ser trabalhado. (in entrevista à funcionária Célia)

No desempenhar dos estudos e rotina diária da Casa, as senhoras estão sempre a dizer-lhes o que é preciso fazer: hora do levantar, hora do deitar, hora da higiene, hora dos trabalhos de casa, etc. “É preciso nós sermos ali corretas e dizer: ‘Agora acabou, agora chegou, agora temos que ir para nossas regras.’ A Casa tem regras” (*ibid.*). Há sempre uma tarefa a se cumprir: arrumar os brinquedos, arrumar os livros, arrumar o guarda-roupa; faz-se na Casa um trabalho contínuo e muito organizado, que se inicia quando a criança ainda é pequena, tudo a fim de que a mesma se sinta útil e responsável por seu espaço. As tarefas são atribuídas em função das idades, ou seja, ao passo que vão crescendo mais exigente o trabalho se torna. O contacto com a natureza e com os animais, também, são utilizados na formação e desenvolvimento das crianças e jovens.

Nenhuma criança pode estar sem vigilância, todos eles têm que estar vigilantes porque senão não se faz o trabalho, temos que estar constantemente a acompanhar desde manhã, desde o trabalho de escola, o pequeno-almoço, os trabalhos de casa, os TPC’s como eles os chamam. Tudo tem que ser muito organizado e muito vigiado, senão não se chega a lado nenhum e tudo corria mal. Portanto, eles podem muito bem brincar, mas têm tarefinhas a fazer, eles têm que colaborar e como dizia o Pai Américo: “Quem não trabalha, não tem direito a comer.” É como há um ditado muito antigo... (in entrevista a funcionária Célia)

Ditado que a nosso ver se traduz em que na Casa do Gaiato de Paço de Sousa a implicação de direitos, também, implica deveres.

Para o bom desenvolvimento dos gaiatos, seus comportamentos positivos são sempre valorizados, ao contrário dos comportamentos negativos, que são trabalhados na individualidade de cada gaiato com ajuda dos seus “irmãos”. Quando detetado um problema este é resolvido entre eles, muitas vezes, entre os gaiatos e o seu “chefe”, com o consentimento do “chefe maior”, igualmente eleito por todos. O Padre só intervém em casos mais graves, dedicando-se mais com as questões materiais da Casa, como por exemplo, a compra de materiais, a compra de comida, a venda de produtos agrícolas produzidos pela quinta e etc. Em suma, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa se orienta por ela própria, onde os gaiatos mais velhos vão orientando e educando os gaiatos mais novos no seu agir e ser.

A respeito dos castigos, a funcionária Célia explica que gostava que não fosse nunca necessário dar um castigo, mas que os mesmos são necessários e que são atribuídos somente em último caso e a depender do mau-comportamento que os gaiatos

evidenciem. Antigamente, e não mais praticado, um dos castigos mais severos era a “rapadela”, o rapar o cabelo à frente da comunidade. O gaiato que se portava mal era chamado, no cruzeiro, ao “tribunal”, que após ter a oportunidade de se defender, era ou não castigado. Atualmente os castigos estão relacionados com a proibição de assistir a televisão, brincar pela quinta, tomar banho de piscina, entre outros. Como nos diz Padre Júlio: “Castigos simples, de qualquer maneira, para lhes fazer perceber que aquele não é o caminho”.

Sobre a forma como lidam com os gaiatos mais velhos e mais “rebeldes”, questionando se existe uma conversa para que mudem de comportamento, obtivemos diferentes respostas. Não desmerecendo os anos de prática com as crianças e jovens da Casa, mas possivelmente pela falta de qualificação profissional, a funcionária Maria nos diz: “Não. Já têm aquilo na mentalidade deles, já não mudam. Já não mudam”. Também sem formação específica, mas com mais clareza, a funcionária Célia acrescenta: “Tem que ter uma personalidade muito forte e muito competente para que estes meninos que já são fisicamente maiores do que eu, percebam que eu estou fazendo o papel de mãe”.

Observamos que o ambiente interno da Casa oportuniza o exemplo dos evangelhos e de amor ao próximo e que os gaiatos são amados e criados como filhos pelas funcionárias. “Eu chamo-os, dou-lhes bons conselhos como se eles fossem os meus filhos. Como faço aos meus sobrinhos. Converso com eles” (in entrevista a funcionária Maria).

Quando às vezes já não me apetece falar, são assim, as minhas palavras são como vento! Então eu escrevo papelinhos, ponho papelinhos nos armários. (...) Muitos bilhetinhos, bastantes bilhetinhos. Eu estou sempre a namorar: “Hoje não foste um menino feliz, que me fez feliz, onde está a tua alegria? Ajuda-me! Divide comigo a tua alegria!” Sempre! As paredes às vezes estão cheias de papelinhos. Lá está a corda com os papelinhos todos. Dez verbos: ama a vida, partilha a tua energia... (in entrevista a funcionária Célia)

Assim sendo, a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa busca uma relação respeitosa e de proximidade que, de facto, contribua no desenvolvimento e readaptação desses rapazes à sociedade. “Ao contrário dos asilos, reformatórios e estabelecimentos de reeducação de menores, nas Casas do Gaiato não há obstáculos à interação social com o exterior (...), à convivência e à mobilidade social” (*ibid.*, p. 146).

Existe, na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, a preocupação pela integração dos gaiatos uns com os outros e com toda a comunidade. Como nos diz Padre Júlio:

(...) essa socialização é feita muito na escola. Depois, para além disso, há outras na própria casa, tudo isso num ambiente familiar, como tal, é espontâneo, é natural, é simples, o convívio, portanto, quer com outros

rapazes, quer com antigos gaiatos que trabalham connosco e que são responsáveis por algumas áreas da vida, outros empregados, portanto, tudo é feito, tudo tem esse relacionamento.

Além das interações habituais, aos finais de semana, os gaiatos mais velhos participam de campeonatos de futebol, e os mais novos, de festivais de dança. São dois antigos gaiatos pertencentes à Associação dos Antigos Gaiatos e Familiares do Norte¹² que dedicam seu tempo a prepará-los e integrá-los em eventos, ora dentro, ora fora da Casa. De acordo com o Padre Júlio, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, entre os meses de abril e maio, promovia as “Festas do Gaiato” e levava os gaiatos a se apresentarem em outras Paróquias do Porto, bem como a outros pontos do país. Contudo, devido ao número cada vez mais reduzido de rapazes, essa prática deixou de existir.

No tocante a relação do gaiato com a sua família de origem, a visita dos rapazes à sua terra natal, é harmonizada duas vezes por ano, uma semana no verão e uma semana na passagem de ano, onde os gaiatos podem conviver com seus familiares e compartilhar os ensinamentos adquiridos na Casa durante todo o ano letivo. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa possui quartos reservados ao acolhimento dos familiares dos rapazes que, desde que comunicado, queiram visitá-los.

Os familiares podem cá vir sempre que queiram, podem vir só de visita no mesmo dia, podem ficar cá e pernoitar um dia ou dois, como quiserem. Portanto, temos condições para isso, para ficarem cá, estarem com os filhos e acompanhar a vida da Casa. Portanto, isso é inteiramente livre fazer-se a vinda deles. (in entrevista ao Diretor)

Sobre a possibilidade de readaptação dos gaiatos à sua família de origem Padre Júlio explica que compete somente aos Tribunais a decisão de manter ou retirar as crianças e jovens do abrigo e proteção da Casa.

(...) digamos que são pessoas humildes, pobres, são pessoas que não têm qualificações profissionais nem académicas, e, portanto, mantém-se sempre um nível baixo de sobrevivência, praticamente, e às vezes têm trabalho, outras vezes não têm, quer dizer, continuam a não ter condições para receber a criança.

Como nos diz Martins (2004) “(...) se tivermos que falar em eficácia social e pedagógica do projeto educativo das Casas e Lares do Gaiato e da pedagogia da Obra da Rua, ela é bastante positiva na reconversão e nas mudanças operadas nos gaiatos” (p. 309). Naturalmente, ao retirá-los de uma situação adversa e proporcionar-lhes uma

¹² Localizada na Avenida Do Barão Lourenço Martins em Paço de Sousa. A Associação tem como principal finalidade a promoção cultural, recreativa, social e desportiva dos associados e seus familiares.

adequada mediação social, educativa e familiar, são maiores as possibilidades desses rapazes se tornarem adultos honestos, úteis à sociedade e de bem.

Os gaiatos não saem da Casa quando completam a maioridade ou conseguem um trabalho, eles permanecem na Casa até poderem organizar sua própria vida ou constituírem família. Os Padres, os funcionários e os antigos gaiatos atuam como educadores que aconselham e orientam os rapazes para uma vida futura, fora da instituição. “Mas, mesmo depois da sua saída, continuam vinculados num sentido de pertença à Obra, que é deles e para eles” (Martins, 2003, p. 182). Dessa forma, não existem ex-gaiatos, mas antigos gaiatos; quem foi gaiato um dia nunca deixa de sê-lo. Como declama um antigo gaiato, num livro publicado em julho deste ano pela Associação dos Antigos Gaiatos e Familiares do Norte, sobre memórias na Casa do Gaiato de Paço de Sousa e que se encontra na contracapa desde trabalho.

A Casa do Gaiato “(...) têm como regra o Evangelho meditado e praticado na vida interior e nas relações de convivência com os gaiatos” (*ibid.*, p. 183). Todos os dias, antes do jantar, há reza do terço, “(...) aqueles que querem, rezam, quem não quer, não reza” (in entrevista ao Diretor). Assim sendo, é dada liberdade aos gaiatos para escolherem sua opção religiosa, “(...) tudo isto é muito livre, também, porque se o rapaz acha que não quer, ninguém o força, a ser batizado se ele não for, ninguém o força, a comungar se ele não quiser, portanto, é tudo... são propostas que se fazem” (*ibid.*). Contudo, Padre Júlio ressalta:

(...) só não há liberdade aqui num sentido: não é não haver liberdade, é uma liberdade que responsabiliza, ou seja, nós temos, os rapazes só são obrigados a estar na nossa missa ao domingo. Portanto, ninguém está desvinculado disso. Seja católico ou não seja, todos têm que estar na nossa celebração. Porque é o encontro da comunidade. Quando há encontros da comunidade, ninguém pode dizer “Eu não vou”. Ou seja, quando é encontro da comunidade para almoçar ou para jantar, vão todos. Quando é encontro da comunidade para rezar, e a comunidade toda que vá, vão rezar. Seja a missa, seja outra oração. Os momentos de encontro de toda a comunidade, todos têm que estar.

“É, pois, no funcionalismo desta estrutura que reside o núcleo do projecto educativo globalizante da Obra, para fazer de cada rapaz um homem” (Martins, 2003, p. 117). Reconhecido na fala da funcionária Célia “Porque há aqueles meninos que hoje são autênticos homens e continuam a ser muitos bons, muitos bons mesmo, autênticos homens.”

Conclusão

Após o estudo sobre a Obra da Rua, constatamos que as Casas do Gaiato são de facto a grande referência do Padre Américo. Ao nos centrar em nosso campo empírico, evidenciamos uma proposta educativa alicerçada em princípios como a responsabilidade e liberdade, que educa crianças e jovens sobre o que é ser uma família.

Ao observar a rotina da Casa e após às entrevistas as funcionárias e ao Diretor da Instituição, refletimos como os gaiatos são tratados em seus aspetos mais particulares, relativamente a sua sociabilidade, afetividade, integração social, educação, cuidado, entre outros.

Sede das Casas do Gaiato, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, busca uma vida em coletividade, de convivência familiar, de respeito e confiança mútua, o contacto com a natureza, os ensinamentos religiosos através do evangelho, a reza do terço, a missa dominical, etc.; foram pormenores observados em sua proposta educativa.

Como pontua Alberto (2003 in Quintães 2009, p. 14-15) “(...) cada instituição é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afectos, projectos, passados, presentes e futuros próprios” (p. 242). E assim a Casa do Gaiato de Paço de Sousa se particulariza, movimentando-se numa educação para a vida, para fazer de cada rapaz um homem.

CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. Apresentação

1.1. Narrativas de vida

CHICO

Nascido em Guiné-Bissau, a 5 de janeiro de 1955, Chico recorda-se que morava com o seu pai, a sua mãe, duas irmãs e um irmão. Eram, portanto, seis pessoas numa casa simples, numa pequena aldeia, que fora destruída no tempo da guerra e que fez, por conseguinte, a sua família passar a viver numa aldeia mais desenvolvida e segura. O seu pai trabalhava como marceneiro e era filho do chefe da “banca”, alta patente das milícias. A sua mãe era dona de casa, ou seja, era encarregada do cuidado dos filhos que, desde muito pequenos, a ajudavam nos trabalhos de casa, como a limpar a erva da mandioca, que fervida ou transformada em cuscuz, era a base alimentar de sua família. Apesar de envolto num ambiente de guerra, nada lhe faltava. Era uma criança bem-amada e bem cuidada, que ia à escola e tinha uma boa convivência com seus amigos e professores. A relação em família era saudável e feliz, até o seu pai se alistar nas milícias africanas e ser morto no campo de batalha. Naquela época, Guiné-Bissau lutava pela sua independência em relação a Portugal. Uma guerra que se iniciou a 15 de março de 1961 e que terminou a 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal. Foram treze anos de guerra que vitimaram muitas famílias e porque se encontravam muitas crianças vulneráveis a morrer na guerra, algumas foram enviadas para Portugal. É assim que Chico, aos oito anos de idade, acompanhado por mais duas crianças na mesma circunstância, é levado pelas tropas portuguesas ao aeroporto. É-lhe, então, negado o direito a conviver com a sua mãe e irmão. Foi encaminhado para a Casa do Gaiato de Setúbal, onde não volta a ver a sua família, e até enviar-lhes uma carta era algo difícil. Carregado de profunda tristeza, recorda o momento da despedida da sua mãe e de quando eram atacados pelos membros do PAIGC¹³: “(...) tiros para todos os lados e aí Deus me livre, quando eu me lembro disto até me vem lágrimas nos olhos. É verdade. Tivemos um medo e de que maneira!”. Define o seu processo de adaptação ao novo país com estranheza, uma vez que nunca tinha visto uma mulher branca e a diferença climática entre os países agravava a situação. Entretanto relembra que na Casa do Gaiato o acolheram bem, que conheceu pessoas amáveis, afetuosas e carinhosas. Assim, aos poucos, foi-se habituando à rotina da Casa. Lembra, risonho, das reguadas que levava, tanto da professora como dos gaiatos mais velhos. Tudo bem para ele, era para sua educação. Livre dos seus traumas e tristezas, aumenta a confiança em si próprio, faz amizades com muitos gaiatos e passa a considerá-los seus irmãos. Mas tinha um gaiato em especial, o cozinheiro, que sempre que ia à cozinha oferecia-lhe um biscoitinho. Era assim, convivía com pequenos gestos de carinho. O momento que mais gostava eram as façanhas de domingo, quando havia futebol e quando uma equipa de fora ia jogar contra eles: “Era muito divertido”, diz ele. Após completar a 4ª classe do então ensino primário, e como era seu desejo continuar a estudar, aos doze anos de idade é mandando por um Padre da Rua à Casa do Gaiato de Paço de Sousa. É, então,

¹³ PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

na escola que funcionava nas instalações da Casa, que Chico frequenta o 1º e 2º ano do então ciclo preparatório. No Lar do Gaiato, do Porto, faz até o atual 9º ano, finalizando o 12º ano por uma iniciativa do Governo Português que pretendeu facilitar o acesso à escolaridade por parte da população, visando aumentar a percentagem de escolaridade de Portugal. Chico permanece na Casa até os dezoito anos de idade, não regressando mais à Casa após servir a tropa. Na Casa do Gaiato de Paço de Sousa aprende, na Oficina de Tipografia, o ofício das artes gráficas que foi a sua primeira profissão “cá fora.”. Percebeu que a Gráfica estava a falir e, falando com uma pessoa amiga, consegue uma vaga de emprego na Câmara do Porto. Assim passa a trabalhar como cantoneiro, depois de cantoneiro passa para os camiões do lixo, depois dos camiões do lixo é encaminhado para trabalhar no DMRH¹⁴, posteriormente, no Museu do Vinho do Porto, na Biblioteca do Porto e atualmente encontra-se, a pouco menos de três anos de se reformar, na Quinta do Bonjói. Aos sessenta e três anos exprime total gratidão por ter vivido em Portugal, ter-se casado, ser pai de um homem de quarenta e três anos, ter casa própria, um carro e um trabalho. Considera que os ensinamentos aprendidos nas Casas do Gaiato, inclusive os religiosos, serviram de exemplo para a educação do seu filho. Por gratidão à Casa, sempre que pode, vai fazer-lhes uma visita. É assinante do Jornal “O Gaiato” e assim mata as saudades e mantém-se informado sobre os acontecimentos da Casa. Por fim, resume a sua estadia de 10 anos na Casa do Gaiato com a frase: “Foi uma história de vida... Foi uma linda história.”.

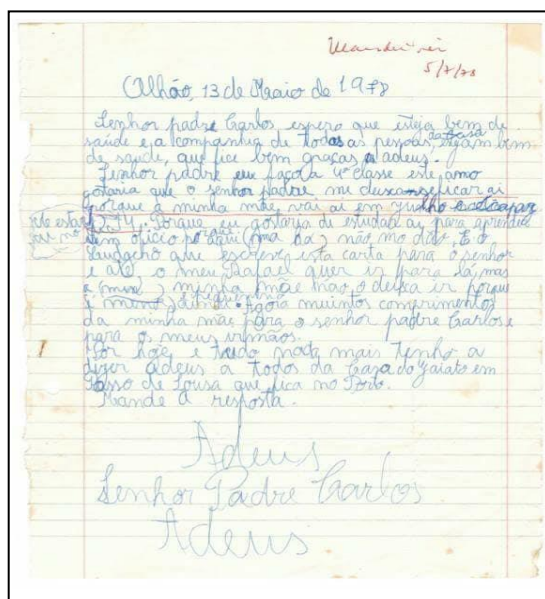
LUDGERO

Nascido na baixa, junto ao mercado de pescadores de Olhão, a 29 de outubro de 1966, Ludgero considera que foi uma criança de rua. Criado no seio de uma família pobre, não usufruía de bem-estar: a casa onde nasceu e cresceu não tinha água nem luz. Numa família de 9 irmãos, o seu pai e a sua mãe não tinham tempo para os cuidados dos filhos porque precisavam de trabalhar. O seu pai vendia peixe por conta própria e a sua mãe trabalhava como conserveira e, após o expediente da fábrica, trabalhava num restaurante. Sendo seu pai de Trás-os-Montes e sua mãe do Alentejo, não tinham com quem deixar seus filhos. Apesar da fábrica, onde a sua mãe trabalhava, ter creche, só lá podia ficar até aos 3 anos de idade. Era, então, na companhia dos irmãos que se lembra de ir e vir da escola, onde completou a 4ª classe com aproveitamento. Relembra que nunca teve a mãe ou o pai a puxá-lo pela mão e que muitas vezes ia à escola sozinho. A sua mãe era carinhosa, ao contrário do seu pai, que se embriagava entre o caminho do trabalho até casa, e lhes batia, sobretudo aos seus irmãos mais velhos. “Quando não estava a trabalhar, estava bêbado”, diz ele. Ciente do que acontecia na sua família, uma amiga da sua mãe que trabalhava com ela no sindicato, aconselha-a a levar para a Casa do Gaiato de Paço de Sousa os seus filhos, principalmente os dois mais velhos, de 10 e 7 anos de idade. Ela assim o fez. Naquela altura, e ainda muito pequeno, com 5 anos de idade, Ludgero recorda-se de ir visitar no verão, uma ou duas vezes, os seus irmãos. Aos 11 anos de idade perspetivou, na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, e a exemplo dos seus irmãos, uma oportunidade para continuar os estudos e aprender uma profissão. Assim, filho de mãe analfabeta, ele próprio escreve e envia por correio uma carta

¹⁴ DMRH - Direção Municipal de Recursos Humanos, da Câmara Municipal do Porto.

direcionada ao Padre Carlos, pedindo a sua entrada na Casa, tendo este logo lhe respondido afirmativamente.

Segue abaixo digitalização da carta:



A sua mãe não se opôs e não tendo dito nada a seu pai, deixa por livre e espontânea vontade a sua terra de origem com destino a Paço de Sousa onde, de forma tranquila, se adapta à rotina da Casa, um pouco facilitada pela convivência com os seus dois irmãos. Apesar dos seus pais irem à Casa do Gaiato, nas férias, afirma nunca ter sentido falta da mãe e do pai. Por vezes, quando ia visitar os seus irmãos e via a piscina e um campo de futebol, pensava que a Casa do Gaiato era um lugar de férias. O primeiro choque que diz ter sofrido foi quando foi chamado a trabalhar. Quando não havia escola, era a ocupação dos tempos livres: varrer a quinta, ajudar na cozinha, ajudar na lavandaria, ajudar com os animais, entre outras tarefas. É assim que, dos 12 aos 13 anos de idade, estuda na Escola que funcionava nas instalações da Casa e compartilha com os outros gaiatos as tarefas relacionadas com a Casa. Recorda que muitas pessoas de diferentes sítios de Portugal iam visitá-los e lhes levavam prendas; recorda-se também dos rapazes e raparigas da Freguesia de Paço de Sousa com quem estudava e estudava catequese dentro da Casa. Aos 14 anos de idade, estuda no Lar do Gaiato no Porto. Nessa altura só estudava e regressava a Paço de Sousa, aos finais de semana. Somente nas férias escolares, reassumia as atividades na Casa. Contudo, essa regalia só durou um ano, pois, reprovado nos estudos voltou à Casa do Gaiato onde passou a trabalhar durante o dia e a estudar à noite. Como vendedor do Jornal “O Gaiato”, de 15 em 15 dias, percorria as ruas do Porto, acompanhado por outros gaiatos. Com este trabalho ganhava uma pequena mesada da qual, uma parte era guardada pelo Padre a fim de que, quando saísse da Casa, tivesse ali uma poupança. Aos 15 anos de idade conclui o 2º ano do 3º ciclo (atual 8º ano) e é eleito chefe da copa, ficando pelo período de um ano, à sua responsabilidade, a supervisão de uma equipa de 6 gaiatos, mais novos, no lavar das loiças. Lembra-se de ser castigado uma única vez, logo pelo seu melhor amigo e chefe maior, por nesse dia ter faltado à sua obrigação e as loiças terem ficado mal lavadas. Aos 16 anos de idade é eleito chefe de uma das casas-família na qual tinha a responsabilidade sobre 30 gaiatos. Lembra que, às vezes, “se baldava” à ida à missa e à

reza do terço. Gostava mesmo era de jogar à bola. Como cumpria com rigor o ofício de tipógrafo, em pouco tempo é habilitado como gráfico. Aos 17 anos de idade já tinha o 10º ano. Eleito chefe por mais vezes, participava nas reuniões com os outros 4 chefes e o chefe maior. Enfatiza que sempre reportava os problemas da Casa aos Padres, por exemplo: sobre a casa de banho entupida, sobre a janela partida, etc. Todos davam a opinião sobre o que precisava ou não de melhorar. Aos 18 anos de idade é dispensado da tropa, mas a sua vontade de trabalhar fora da Casa do Gaiato se intensifica assim como os desejos de qualquer rapaz jovem: sair, namorar, ir ao cinema, etc. A Casa do Gaiato tinha fama no mercado de trabalho, nomeadamente no gráfico, de formar bons impressores, bons fotocompositores, bons compositores manuais, etc. É assim que, aos 20 anos de idade, consegue, através de um representante, seu primeiro trabalho em Vila Nova de Gaia, como compositor de jornal. Entretanto, volta à Casa todos os finais de semana até aos 24 anos de idade quando, por sua vontade, resolve casar-se na Capela de Paço de Sousa e festejar, a sua união, com todos os outros gaiatos da Casa. Mesmo após casado, continua a ir a Casa do Gaiato, aos finais de semana, e quando tinha tempo livre. Passados 4 anos de casado, batiza seu filho na Capela da Casa. Hoje, aos 51 anos de idade, divorciado, pai de um único filho de 24 anos de idade, é licenciado em Engenharia Multimédia e trabalha como paginador de uma editora de prestígio nacional. Diz que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa o formou como homem e pessoa, a ser respeitador e trabalhador. Está grato à Casa por ter uma profissão e reconhece: “(...) toda a minha vida foi moldada pelo que aprendi ali.”. Por fim, resume a sua estadia de 13 anos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com a palavra: “Acolhedora.”.

NEVES

Nascido em Aveiro, na freguesia de Vera Cruz, no dia 3 de agosto de 1964, Neves se recorda que morava em frente ao café onde seu pai trabalhava como engraxador de sapatos. Seu pai era alcoólico e a mãe praticamente ausente, coabitando com 4 irmãos, sendo 2 mais velhos por parte de mãe e 2 por parte de pai e mãe, uma simples e pobre casa. Aos 5 anos de idade já andava pela rua a fugir do pai que lhe batia muito. Relata Neves: “(...) chegava-me a ferrar com os dentes nos meus lábios, pegava-me nas orelhas levava-me ao teto!”. Muitas vezes abrigava-se na casa de uma tia, irmã da sua mãe, que nada fazia frente a essas agressões. A sua mãe não trabalhava, ficava em casa a cuidar dos seus 2 irmãos mais novos. Nunca viu o seu pai bater na sua mãe e, apesar de alcoolizado nunca se enganava no caminho que o levava a casa. Neves vendia bolacha americana com a sua tia, na antiga estação de Aveiro. Por vezes, ia o seu pai buscá-lo e, chegando a casa, as agressões voltavam. Voltava a fugir para casa da tia, onde ficava a passar alguns dias. Diz que a sua vida piora muito quando chega a época da escola pois, além de ser agredido pelo pai, era castigado com palmadas pela professora “Que nunca, nunca, nunca!” diz ele, procurou saber o motivo da sua raiva. O seu pai e a sua mãe nunca o acompanharam até à escola; ia sozinho ou na companhia dos colegas. Não fazia os trabalhos de casa porque ninguém o ajudava. Cansado de tantas agressões, enfrenta a professora e não volta mais à escola. Andava sempre pela rua, até à meia-noite ou uma da manhã, quando à frente da sua casa espreitava o candeeiro a petróleo do seu pai. Se este estivesse à meia-luz, sabia que o seu pai estava mais ou menos a dormir. Retirava então os sapatos e entrava, mas às cinco da manhã e antes de seu pai acordar, já estava na rua outra vez. Um dia o seu pai fez que desligou o

candeeiro e esperou que entrasse em casa. Lembra que neste dia levou uma surra muito grande e que fugiu de casa. Chegou, muitas vezes, a dormir na rua, atrás da Capela ou num carro abandonado. Para sobreviver, pegava um ou dois pães dos cestos das antigas padeiras, quando estas iam entregar o pão às casas. Afirma nunca ter roubado senão para comer. Lembra que para suportar o frio, as pessoas lhe davam roupas e também brinquedos usados, mas quando voltava a casa com as coisas apanhava do pai que afirmava que as tinha roubado. É, então, com um sentimento de raiva que define a sua infância com seus pais e irmãos. No entanto, demonstra um sentimento bom quando lembra da sua tia e outras pessoas, proprietários de cafés, que quando lhes pedia lhe davam doces e bolos, e de duas pessoas da igreja que, por vezes, olhavam por si. Por andar na rua foi apanhado, algumas vezes, pela polícia que o levava a casa. Um dia diz: “Olha, essa não é a minha casa, aqueles não são os meus pais e eu prefiro ir para uma casa de correção, porque assim, tenho onde ficar.”. Passado algum tempo, Neves é encaminhado, por ordem judicial, para a Casa do Gaiato de Paço de Sousa. Tendo 10 anos de idade relembra que, a caminho da Casa do Gaiato, é ameaçado por seu pai por ter perguntado, quando o carro pára num café, se tinham chegado. O seu único desejo era chegar logo à Casa. A alegria e curiosidade pela Casa eram tantas que nem se despediu dos pais. Entretanto, por ter crescido na rua, não ter horário de comer, de levantar, de estudar, etc., a sua adaptação à Casa torna-se bastante complicada e leva algum tempo. Muito rebelde, às vezes ia à escola, outras vezes não ia. Quando ouvia o comboio a passar pensava, muitas vezes, em fugir. Porém, afirma nunca ter chorado de saudade dos pais e que ter entrado na Casa do Gaiato de Paço de Sousa representou o renascer de sua vida, como diz: “A minha vida acho que começou ali.”. Com o tempo foi lutando contra o desejo de fuga e passou a considerar que os seus pais e a sua família eram a Casa. Lá não lhe faltava nada, diz ele. Emocionado, lembra que a sua primeira prenda foi um pires de rebuçados e bolachas, dado por um Padre da Rua, algo que os seus próprios pais nunca fizeram por si. Aos 11 anos de idade, já cumpria a rotina da Casa e relembra que a sua primeira tarefa foi varrer a quinta, principalmente a avenida de entrada. Também lavou muita loiça e fez, por muitas vezes, a limpeza das casas-família. O ambiente de paz e tranquilidade tornaram-no num rapaz mais calmo. Fez somente um ano da Catequese. Gostava de jogar futebol e praticar corrida de Paço de Sousa a Penafiel. Quando havia uma criança que chorava de saudade, era chamado pelo Padre, para servir a este de exemplo. Continuava a levar reguadas da professora na escola, mas agora com razão, pois, sabia que se comportava mal e que a correção era para sua educação. Não era como as do seu pai, que lhe batia sem motivo. Sem êxito na escola, estuda até à 4ª classe. Diz ele que esquecia as coisas todas de tanta “porrada” que levava. Neves fazia parte do grupo de teatro da Casa e conta que, aos 14 anos de idade, em companhia do Padre e de outros gaiatos, vai à sua terra de origem apresentar uma peça. Indo mais cedo, para a montagem do palco, tem a oportunidade de visitar pessoas amigas, sua tia, seus amigos de infância e a casa dos seus pais, que o recebem bem e com gestos de carinho. Às oito e meia da noite estava no Teatro Aveirense para o espetáculo e, apesar do teatro estar cheio de pessoas, as únicas que conseguia ver eram os seus pais. A saudade nunca lhe batera tão forte como naquele dia. Lembra que após o momento da despedida, chora muito, adormece e só acorda em Paço de Sousa. No ano seguinte, já com 15 anos de idade, questiona-se porque os seus pais nunca iam visitá-lo e decidiu ir à procura deles. Pediu permissão ao tribunal que lhe concedeu quinze dias em casa dos pais. Assim que chega, tem uma pequena discussão com o pai, pensa em

voltar, mas decide ficar. Afinal, por ordem judicial, seu pai não lhe podia bater. Dorme a primeira noite na casa do irmão mais velho que já era casado, no entanto, sente-se descontente e decide voltar para a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, antes de terminar os quinze dias. Não volta à casa dos pais, exceto para o funeral da sua mãe. O seu irmão mais novo, por causa dessa situação, acaba por ir também viver na Casa. Passado algum tempo são informados, por um Padre da Rua, sobre a morte do pai. Conta que o maior castigo que levou na Casa, foi por ter fugido. Como não vendiam bilhetes de comboio aos gaiatos, pediu a uma amiga para lhe comprar a passagem para Aveiro. Sai no domingo e regressa na segunda-feira à noite, pois a sua tia não podia recebê-lo. Ligaram para a Casa do Gaiato que recusa ir buscá-lo: “Conforme ele foi, há de voltar.”. Quando chega, leva uma surra do Padre e a sua sentença é dormir um mês no chão. Aos 16 anos de idade, vai para o Lar do Gaiato no Porto a fim de aprender a profissão de cozinheiro. Dava-se bem com os irmãos da Casa e com o chefe maior, mas desentendem-se um dia no refeitório e, já tendo 18 anos de idade, Neves sai da Casa de livre e espontânea vontade e não mais volta. Confessa que se deu muito mal na vida fora da Casa do Gaiato, indo morar com a irmã e trabalhar nas obras. Diz ele: “Comia mal e porcamente.”. Arrepende-se profundamente de ter deixado a Casa onde tinha tudo. Aos poucos, foi-se acostumando com o labor do trabalho. Após a tropa casa-se e leva a sua esposa e o seu filho para conhecerem o ambiente da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, para lhes servir de exemplo. Hoje, aos 54 anos de idade, considera-se um homem bom. Casado, trabalha como ajudante de padeiro, tem 4 filhos (2 meninos e 2 meninas), já é avó e afirma que o pior de sua vida foram os seus pais, e que se não fosse a Casa do Gaiato, certamente, teria sido na sua juventude um bandido, ladrão ou um sem-abrigo. Por fim, resume sua estadia de 8 anos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com a frase: “Seja bem-vindo.”.

TIRO-LIRO-LÓ

Nascido a 24 de maio de 1965, Tiro-liro-ló é natural de Olhão, onde morava com seus pais e irmãos. Tendo nove irmãos, é o quinto por parte de mãe e o terceiro por parte de pai. A primeira lembrança que tem da sua infância é das agressões do seu pai à sua mãe, a si e aos seus irmãos. O seu pai vendia peixe porta a porta e bebia muito. Recorda que um dia precisaram chamar a polícia à casa porque o seu pai tinha posto um colchão atrás da porta, impedindo-os de entrar. Diz Tiro-liro-ló: “Ele bêbado não sabia o que fazia!”. A sua mãe trabalhava numa fábrica de conservas e num tasco e mal podia cuidar dos filhos. Lembra-se de um casal, com quem sua mãe trabalhava, que por vezes lhes davam de almoçar e de jantar. Contudo, afirma que não passava fome, tinha roupas, sapatos e brinquedos em casa. O que lhe faltava era a presença do pai e da mãe pois pouco se recorda sobre os carinhos recebidos na sua infância. Como não tinha quem olhasse por si, Tiro-liro-ló, na companhia dos seus dois irmãos mais velhos e de amigos, fugia muitas vezes da escola e andava sempre na rua, na “vadiagem”. Pequeno e não tendo ninguém que o ajudasse, não fazia os “TPC’s” e assim não conclui a primeira classe. Como fez somente um ano de escola não manteve uma relação de proximidade com a sua professora. Em 1972, aos sete anos de idade, após o seu irmão mais velho já ter ido para a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, foi também para lá levado pela sua mãe depois de aconselhada por uma amiga do trabalho. A sua mãe apenas lhe disse que iria para

uma escola, para “beira” do seu irmão. Recorda que chega à Casa no horário do pequeno-almoço e que habituado ao pão de centeio do Algarve, come, insatisfeito, a broa de milho que havia à mesa. Apesar de calado, a convivência com muitos gaiatos faz com que se adapte completamente à Casa. Diz nunca ter chorado ou sentido falta dos seus pais e do seu antigo lar. A sua mãe, de certa forma, mantinha-se sempre presente, enviando para ele e seu irmão encomendas com frutas e doces tradicionais do Algarve. Somente passados cinco anos é que a sua mãe volta à Casa, levando para lá viver mais dois de seus irmãos. Contudo, algum tempo depois, leva para viver consigo o seu irmão mais novo. Recorda que o seu pai foi visitá-los uma única vez, em 1977, quando Tiro-liro-ló tinha doze anos de idade. Sobre a sua rotina na Casa relata que, mesmo aos sete anos de idade, se levantava pela manhã à mesma hora que os outros gaiatos mais velhos. Pertencia à casa-família seguinte à casa-mãe e à camarata dos rapazes que urinavam na cama. Por muitas vezes, por urinar na cama, foi castigado a tomar banho de água fria, inclusive no inverno, até se ver livre do problema. Recorda, com carinho, que na casa-família onde estava havia uma “senhora” que os acordava, os mandava arrumar a cama, fazer a oração da manhã, ir ao refeitório tomar o pequeno-almoço e ir para escola. Hábitos que não se lembra de a sua mãe ter feito por si. Justifica, com esses factos, nunca ter sentido falta de seus pais, visto que também passou a considerar a “senhora” a sua mãe substituta. Era esta a sua rotina pela manhã. Após a escola, almoçava às 12h30; depois do almoço, recorda, ele e os seus irmãos gaiatos tinham uma hora de recreio e em seguida iam fazer os trabalhos da Casa: apanhar as folhas, varrer a entrada principal, ajudar a alimentar os animais, entre outras atividades. Às 16h tocava a sineta para lancharem, iam buscar o lanche e depois iam estudar até pouco antes das 19h, pois, a essa hora, tinham que estar na Capela para rezar o terço. Em seguida, às 20h, era o jantar, após o qual, alguns gaiatos iam ao bar assistir televisão e às 21h30 cada um ia dormir, respetivamente, à sua casa-família. Conta Tiro-liro-ló que a rotina da Casa permanecia sempre a mesma, o que mudava eram as tarefas, dependendo da idade. Diz que na semana que ficava responsável pela copa, tinha que lavar por volta de 200 pratos à mão e com água fria, pois, no seu tempo, não havia máquina de lavar. Fez serviços também na lavandaria, onde era responsável por passar, dobrar e distribuir as roupas, tudo em grupo e com a supervisão do chefe. Para além do castigo por ter urinado na cama, descreve mais dois: o primeiro por ter sido apanhado a roubar fruta do pomar, foi castigado pelo Padre a dormir um mês no chão e proibido de assistir televisão. Como adorava televisão, diz Tiro-liro-ló, ficou muito entristecido e arrependido pela má atitude, mas que ficou aliviado por não lhe terem rapado o cabelo, castigo que era feito com quem fosse apanhado a roubar e que ele considerava o pior de todos os castigos. Na Casa do Gaiato de Paço de Sousa há uma fonte d’água, próxima ao portão de entrada, que limita até onde os gaiatos podem passar. O seu segundo castigo foi justamente por ter sido visto pelo Padre para além deste limite. Conta que tinha 13 ou 14 anos de idade e que levou tanta reguada que nunca mais, durante o tempo que permanecera a viver na Casa, voltou a sair do portão sem permissão. Enquanto criança, conta Tiro-liro-ló, que o momento que mais gostava era o recreio quando iam jogar futebol e brincar de polícia e ladrão. Gostava também das festas que a Casa do Gaiato realizava, principalmente das encenações de teatro-revista. Diz que a partir do

momento que passa a viver na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, aprende a ter regras e responsabilidades sobre os estudos, a ser mais hábil e a resolver, sozinho, os seus problemas. Afirmar ter crescido à sua custa e com os seus próprios erros. Custou-lhe não ter tido um pai ou mãe a dizer-lhe o quê e como fazer. Às vezes não tinha com quem conversar porque, como havia muitos gaiatos, os Padres e os funcionários não acudiam a todos.

Nunca foi chefe por não ter tido aproveitamento escolar. Relata que não demonstrava muito a sua opinião sobre as coisas, era preciso seguir o que lhes mandavam. Algumas vezes fazia outras não. Chegava atrasado ao trabalho que era sua responsabilidade na Casa e por isso foi algumas vezes castigado. Em relação à escola, é somente aos 9 anos de idade que conclui o 1º ano. Reprova no 2º e no 3º ano consecutivamente. Chega ao 5º ano, com 15 anos de idade, ou seja, estava muito atrasado e além disso tinha um irmão mais novo no 9º ano. Confessa que gostava de fazer o curso de farmácia, mas que nunca gostou de estudar. O que fazia muitas vezes durante as aulas era escrever cartas para as raparigas que durante o ano letivo iam à Casa do Gaiato em visita escolar. Português era a disciplina que mais gostava, ao contrário de matemática de que não gostava e não percebia, motivo pelo qual levava muitas reguadas. Admite que nunca aprendeu a fazer contas de dividir, mesmo depois de adulto. Sobre suas amizades, diz ter feito muitos amigos na Casa. Não passava muito tempo com os seus “irmãos de sangue” porque estes eram mais novos e na Casa do Gaiato de Paço de Sousa eles costumavam andar com os “camaradas”, ou seja, os mais velhos tinham o seu grupo, os de meia-idade, bem como os mais novos. Contudo, eram todos considerados como irmãos. Em relação aos funcionários, aos padres e aos chefes diz que tinha uma relação afetuosa com todos, mas que uma “senhora” o marcou em especial. Ela era professora na escola e, na época, pediram-lhe para escolher a sala em que queria estudar e ele lamenta não ter escolhido a sala em que ela lecionava. Afirmar saber com seus 16, 17 anos de idade que a finalidade da Casa do Gaiato era proporcionar autonomia aos rapazes, a fim de que quando completassem os 18 anos saíssem da Casa. Mas esse nunca foi o seu desejo. Ao contrário de muitos outros gaiatos, lutou para ficar na Casa. Relata que sempre lia o jornal diário e que por assistir muita a televisão conhecia o mundo “cá fora”. Via muitos gaiatos a fugir, a regressar e a levar castigos, por isso, não desejava o mesmo para si. Persistiu em ficar na Casa e diz não gostar dos chefes que queriam que ele saísse da Casa. Enfatiza que, para regressar à sua terra natal ou ir a outro lado, teria de ter condições financeiras e com o trabalho que tinha não conseguia guardar dinheiro. Sem muitos detalhes, afirma que após o Padre o inscrever num curso de formação profissional para pintor de construção civil, trabalhou por algum tempo como trolha, época essa em que morou com um grupo de amigos em Penafiel. Portanto, trabalhava durante o dia, estudava a noite e voltava à Casa do Gaiato somente aos fins de semana. Aos 20 anos de idade vai para a tropa e, terminando a tropa, volta à Casa do Gaiato de Paço de Sousa. Aos 24 anos de idade, o Padre consegue-lhe outro trabalho, agora numa empresa de informática. É despedido três anos depois, justificando Tiro-líro-ló, pela necessidade de a empresa ter um motorista e ele não ter carta de condução. Também trabalha como segurança e após um curto tempo fica outra vez no desemprego. Sai da Casa do Gaiato de Paço de Sousa aos 30 anos de idade para casar. Mesmo após casado,

afirma ter ido muitas vezes à Casa acompanhado de sua esposa e filha. Atualmente, não vai com tanta frequência. Está grato à Casa por lhe terem dado a base da educação. Pondera que se não fosse a Casa, talvez fosse um “bandido”, pois enquanto criança já andava na “perdição das ruas”. Assume que deveria ter aproveitado melhor as oportunidades que lhe surgiam quando ainda morava na Casa e que, por isso, aconselha sempre a sua única filha a estudar. Até ao momento, exerce um cargo administrativo, continua casado e reside em Gondomar. Por fim, resume a sua estadia de 23 anos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com a frase: “Foi boa.”.

CENOURA

Nascido em Braga, em 1978, Cenoura vivia em um bairro social malconceituado, onde havia muitas pessoas de etnia cigana e era uma zona de drogas, roubos e venda de armas. Entretanto, diz que esse ambiente nunca afetou a sua vida e que era feliz na casa onde vivia. Sua mãe teve 3 companheiros, com o primeiro foi casada e teve 7 filhos e com o segundo teve um único filho. Cenoura e o seu irmão mais novo nascem do terceiro relacionamento de sua mãe. Tendo 9 irmãos, Cenoura afirma que não viviam todos juntos, pois, pelo que se recorda, viviam em sua casa, a sua mãe, um irmão com a mulher e mais 5 de seus irmãos. Diz ter visto seu pai uma única vez e que não tem a mínima noção de como é o seu rosto. Somente enquanto adulto se apercebe que seu pai não vivia com eles, ou não ia a sua casa porque seus irmãos, do primeiro casamento de sua mãe, não o aceitavam como pai deles. Recorda-se que gostava muito da escola onde frequentava a 1ª classe e que esta era próxima à sua casa visto que ia a pé e na companhia de seu irmão mais novo. Tinha uma boa relação com sua professora, e seus irmãos diziam que ele gostava muito de livros, que estava sempre a ler e a fazer suas atividades escolares. Enquanto criança, brincava em uma rua próxima à casa, a correr, jogar à apanhada e outros jogos, sempre na companhia de seus irmãos e amigos. Sobre um facto marcante de sua infância, relata ter sido atropelado por um carro, perto de casa, na ocasião em que ia sozinho a um minimercado a mando de um de seus irmãos. Machucado na perna esquerda, na altura do joelho, teve que reaprender a andar e como sua mãe estava sempre fora, lembra de ter sido cuidado por seus irmãos. Sua mãe trabalhava como doméstica e morre quando ele era ainda pequeno. Diz Cenoura: “Não sabia ler nem escrever, mas era muito trabalhadora.”. Relata como umas das poucas lembranças que tem de sua mãe, uma situação em que havia na mesa uma comida que ele não gostava e que por ter “fugido” para não comer, um dos seus irmãos lhe bate. Em um outro dia sua mãe faz-lhe puré, pois, sabia ela que ele adorava. Com a morte de sua mãe, sua irmã, que na época deveria ter seus 14 ou 15 anos de idade, demonstra preocupação para com ele e seu irmão mais novo, chegando a conversar com o Padre da Freguesia para arranjar um lugar para os mesmos ficarem. É assim que ele e seu irmão chegam à Casa do Gaiato de Paço de Sousa. Não se lembra exatamente com quem estavam, somente que os mandaram andar de bicicleta e se divertirem com os outros rapazes. Entretanto, percebe que os rapazes estavam a trabalhar e não a brincar. Passado algum tempo, mandam-nos para a sala de visitas e por lá ficaram até a hora do jantar, sozinhos e a chorar. Conta que não houve despedidas, o que o fez sentir-se enganado e triste. Aos 7 anos de idade, recorda que sua adaptação à Casa do Gaiato não foi fácil e que chorava muitas vezes. Sentiu-se assustado por não conhecer a Casa, por se ver entre 180 a 200 rapazes e ter que cumprir a rigidez dos horários. Sua irmã, a mesma que

conversou com o Padre, todos os fins de semanas, ia visitá-los a ele e ao seu irmão; somente deixa de ir à Casa, quando se muda para a Suíça, aos 18 anos de idade. Afirma que por ter poucas recordações de sua mãe e de seu pai, é ela a maior referência de sua infância. Sobre sua rotina, diz que se levantava sempre às 6h50m, às 7h30m ia tomar o pequeno-almoço, às 8h ia para a escola, havia o intervalo e saía às 12h30m para o almoço. Por volta das 13h30m saía do refeitório e depois tinha um tempo livre até às 14h quando tocava a sineta para ir trabalhar; havia o intervalo para pegar o lanche e levar até o trabalho, onde ficava até às 18h. Tinha 1h de tempo livre até às 19h para a reza do terço. Em seguida era o jantar; depois do jantar, estudava algum tempo, lavava os dentes e ia para a cama. Tinha ainda, em um dia da semana, a catequese. E sempre antes das refeições havia as orações de agradecimento. Nos finais de semana, levantava-se à mesma hora, às 7h30m ia tomar o pequeno-almoço e às 8h ia trabalhar até às 12h30m. Às 13h tinha que estar no refeitório, portanto, meia hora para lavar as mãos e se preparar para o almoço. Após o almoço tinha a tarde livre, onde gostava de jogar futebol e subir em árvores com os outros gaiatos. Em particular, aos domingos participava da missa, assim como, em todos os outros dias festivos. Com a diferença de 1 ano do seu irmão mais novo, lembra que estavam sempre juntos, dormiam no mesmo sítio e que, também, como toda a criança, andavam sempre “à porrada”. Quando pequenino, gostava de rapar e apanhar as ervas entre os paralelos próximos da casa-mãe. À medida que cresce, adquire outras responsabilidades sobre a Casa como a de varrer as ruas, apanhar o lixo, lavar a loiça, cozinhar, servir à mesa e limpar a casa de banho; entre outras atividades que eram divididas entre os gaiatos, por um período de tempo, e dependendo da maturidade e idade de cada rapaz. À parte destas tarefas, havia os trabalhos na horta, no galinheiro, na vacaria e nas oficinas de tipografia, carpintaria e serralheira. No seu tempo, só iam trabalhar para a vacaria aqueles rapazes que se comportavam mal e que não iam bem na escola; era uma forma de os castigar e de os fazer se esforçarem mais para conseguir um outro trabalho. No ano em que estava responsável por ajudar as “senhoras” na cozinha, era ele o encarregado por fazer as sobremesas, para todas as refeições, tendo consigo a chave que dava acesso à dispensa. Um dia, recorda Cenoura, que “levou um estalo” de um padre quando tentava, às escondidas, levar à sua “camarata” um pudim de chocolate. Lembra das amizades que fez na Casa: “(...) eu fiz, eu tenho os meus melhores amigos, é como se fossem irmãos, são do Gaiato.”. Após os trabalhos, alguns deles até pesados como a carregar terra, acabavam sempre na brincadeira. Na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, a escola era interna, da 1ª à 4ª classe e posteriormente, o 5º e 6º ano era a Telescola, onde rapazes e raparigas da comunidade de Paço de Sousa vinham até a Casa do Gaiato estudar. Portanto, até o 6º ano todos os gaiatos estudavam na escola que funcionava dentro da Casa. No 7º, 8º e 9º ano, os gaiatos iam estudar em uma escola de Paço de Sousa, dependendo da maturidade e desenvoltura podiam ir para uma escola do Porto, tendo que para isso morar no Lar do Gaiato. Cenoura refere que, como havia realizado a 1ª classe na localidade onde morava, quando chega à Casa vai direto para a 2ª classe, cursando a 3ª e 4ª classes e o 5º e 6º ano, também, na escola interna da Casa; cursa posteriormente o 7º, 8º e 9º ano em uma escola de Paço de Sousa. Aos 15 anos de idade é mandado pelo padre ao Lar do Gaiato do Porto, a fim de cursar o 10º ano. Como nunca tinha reprovado, foi-lhe dada a oportunidade de ser o subchefe do Lar do Gaiato e, de acordo com o seu desejo, seguir o ensino tradicional. Normalmente, os gaiatos concluíam o 9º ano e iam fazer cursos profissionalizantes. Como o desejo do Cenoura

era prosseguir os estudos, continua a viver no Porto e após concluir o 12º ano entra para a faculdade, onde consegue uma bolsa e o Estado lhe paga todos os seus anos de estudo. A Casa do Gaiato de Paço de Sousa pagou somente a inscrição no curso, o que só tinha acontecido uma vez com um gaiato que chegou a concluir o ensino superior. Por alguns anos os padres andaram desacreditados pela falta de empenho de outros rapazes em relação aos estudos e relata que o Lar do Gaiato se encontrava fechado. Foi com o seu bom exemplo e a sua dedicação aos estudos que os padres colocaram a possibilidade de que outros gaiatos pudessem voltar a estudar no Porto e cursar o ensino superior. Aos 18 anos de idade, e tendo o chefe do Lar do Gaiato se casado, Cenoura torna-se chefe e responsável pelos outros rapazes do Lar, mais novos e a cursar o 7º e 8º ano. Enquanto chefe, diz que passou a ser mais respeitado e que, ao falar, todos o ouviam com atenção. No Lar do Gaiato, sempre houve uma “senhora”, funcionária da Casa do Gaiato, mas os gaiatos também eram responsáveis, para além dos estudos, pelas limpezas e boa manutenção do Lar. Recorda que nas suas férias escolares ele retornava à Casa do Gaiato de Paço de Sousa e que, enquanto alguns gaiatos iam visitar os pais, ele ia apanhar batatas nos campos da Casa, pois, desde que sua irmã foi morar na Suíça, ele não teve mais contacto com nenhum de seus irmãos, não retornando mais a Braga. Cenoura considera que a Casa do Gaiato, como todas as instituições, tem coisas boas e coisas más. Refere que uma coisa boa da Casa foi ter-lhe dado responsabilidades e a oportunidade de aprender um pouco de tudo, tanto da vida da Casa como de outras profissões, ou melhor, tê-lo preparado para a vida. Mas ressalta que, na sua época, uma coisa má da Casa é que as crianças crescem por elas, ou seja, os mais novos vão seguindo os mais velhos e assim vão crescendo, sem mimos, sem carinhos, mediante as obrigações do dia-dia. Diz também que o excesso de orações e ter que todos os dias estar presente na reza do terço o fizeram um adulto não praticante em sua religião. Afirma que a rigidez dos horários e a disciplina para com o trabalho foram importantes para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Diz ser muito organizado e rigoroso em relação à pontualidade com seus compromissos. “Eu fui obrigado a se marcarmos uma hora é para cumprir!”. Acredita que as regras fazem bem ao desenvolvimento de uma pessoa, principalmente, quando esta é muito influenciável. “Se nós vivemos em sociedade, temos que respeitar as regras uns dos outros porque se nós estamos a violar algo, estamos a interferir com a liberdade uns dos outros”, diz Cenoura. Fora as reguadas que levava à frente dos outros gaiatos, pelas asneiras que às vezes cometia, nunca chegou a ser castigado muito a sério. E considera que certos castigos praticados na Casa, na sua época, não fazem sentido e que deveriam ser mudados. Cita o rapar dos cabelos ou quando um gaiato era castigado a ficar de pé no canto do refeitório, enquanto os outros estavam a comer. Diz ser uma lacuna da Casa e que por isso acrescentaria à sua proposta um “mundo intermediário” onde os gaiatos percebessem que “viver aqui fora” tem um custo. Tem plena consciência que se tivesse ficado em Braga, com os seus irmãos e após a morte de sua mãe, teria uma vida completamente diferente da que tem hoje. Alguns de seus irmãos, que ficaram em Braga, acabaram por se envolver nas drogas, a roubar para conseguir droga e por consequência foram presos. Não tem a mínima dúvida de que o meio exerce influência sobre quem seremos na vida e que se lá ficasse reproduziria as mesmas atitudes dos seus irmãos. Cenoura considera-se um homem “forte psicologicamente” pelas dificuldades que passou na sua vida, mesmo dentro e após a Casa do Gaiato. Sai da Casa, por sua decisão, aos 27 anos de idade, convicto de que cumpriu suas obrigações para com a Casa e que soube aproveitar as

oportunidades que lhe foram dadas. “(...) se há coisa que a Casa do Gaiato me ensinou é a nunca desistir, a lutar sempre e tentar melhorar sempre a nossa condição.”. Sempre conseguiu trabalho por sua conta, trabalhou muitos anos em Angola onde após 4 anos monta a sua própria empresa. Atualmente, é sócio de três empresas em Angola e uma em Portugal. Reside em Vila Nova de Gaia, é casado pelo civil e pai de um menino de 3 anos de idade. Por fim, resume a sua estadia de 20 anos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com a palavra: “Gratidão.”.

1.2. Perceções sobre a vivência ANTES da Casa do Gaiato de Paço de Sousa

▪ Relação com a família

a) Origem socioeconómica

Oriundos de família pobre, de pais que trabalhavam, mas que precariamente conseguiam manter o sustento de seus filhos, os antigos gaiatos entrevistados provinham todos de uma situação de risco. As condições em que viviam e a ausência de um ambiente familiar favorável ao seu desenvolvimento, os condicionava a esta situação.

b) Relação afetiva com seus pais e irmãos

Ludgero, Neves e Tiro-liro-ló referem que os pais eram alcoólatras e as mães eram ausentes. Cenoura perde a mãe, ainda muito novo, e mal se recorda do rosto de seu pai. O único que refere uma vida harmoniosa em família era o Chico; contudo, o contexto social em que vivia era de um país de guerra e onde acaba por perder o seu pai.

▪ Relação com a escola

a) Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar

Devido ao contexto em que estavam imersos, alguns dos antigos gaiatos entrevistados se mostraram desinteressados relativamente à escola. Sozinhos ou na companhia de colegas, a rua evidenciava, muitas vezes, ser um ambiente mais oportuno e interessante. Chico e Cenoura demonstraram-se mais aplicados; enquanto, Ludgero e Tiro-liro-ló iam à escola quando queriam. Neves abandona a escola ainda na 1ª classe.

b) Relação com os professores e com os colegas

Os antigos gaiatos entrevistados não demonstram uma relação de proximidade com seus professores. Para mais, ressaltamos da fala de Neves a indiferença e agressões físicas que este sofria, por parte de sua professora, ao ponto de abandonar a escola.

“Quando fui então a entrada para escola, então, acho que se tornou ainda muito mais pior a minha vida. Acho que era sempre a mesma coisa... saía de casa, porrada levava; entrava na escola, porrada levava.” (Neves)

- **Relação com a comunidade de origem**

- a) Relação com os amigos

A relação com a comunidade onde viviam se limitava à ajuda de uns e outros moradores e amigos próximos da família, oferecendo-lhes roupas, brinquedos e comida.

“(...) que me dava o pão, os brinquedos. É o seu ‘peixinho’, não sei se ainda é vivo ou se não. É... pessoas que estavam chegadas à minha tia que agora não me lembro assim o nome delas, isso já vai há muito tempo, né? E o seu ‘marujo’ acho eu. Foram as pessoas mais importantes.” (Neves)

“(...) a minha mãe trabalhava em vários sítios e recorde-me que era uma, tipo uma tabernazita (...) a gente ia para lá e tinham lá uns senhores que tomava conta de nós (...) a gente ficava lá e comíamos, se calhar jantava e almoçava...” (Tiro-liro-ló)

- b) Lazer

O momento de lazer era sempre na rua, na companhia de amigos.

1.3. Perceções sobre a vivência APÓS a entrada na Casa do Gaiato de Paço de Sousa e DURANTE a estadia na Casa

- **Chegada à Casa do Gaiato**

- a) Motivo

Sobre o motivo de chegada de cada antigo gaiato entrevistado à Casa do Gaiato de Paço de Sousa, nos deparamos com relatos de graves problemas sociais que ainda hoje se fazem presentes em nossa sociedade, como a questão da desigualdade, da pobreza e dos maus tratos.

“A minha mãe, como trabalhava numa fábrica de conservas havia um sindicato e nesse sindicato, a presidente conhecia a obra, conhecia o Gaiato. E através dessa senhora falou com a minha mãe se queria que a gente fosse. Primeiro foi o meu irmão mais velho, passando dois anos fui eu.” (Tiro-liro-ló)

- b) Principais dificuldades

De forma particular, cada antigo gaiato entrevistado relata sobre as dificuldades do seu momento de chegada, o que consideramos um processo custoso, demorado, diretamente relacionado com as regras de funcionamento da Casa. Da fala de Neves, Tiro-liro-ló e Cenoura destacamos a rigidez dos horários, entre acordar cedo e ter

horário para todos estarem à mesa, levantarem da mesa e assim continuamente sobre todas as atividades do dia.

“Foi difícil para mim porque eu vinha da rua, não tinha horário de entrar dentro de casa, não tinha horário de comer, não tinha aquelas regras que eles tinham lá, né?” (Neves)

“É assim, era difícil porque a gente tinha de acordar cedo, às 7 da manhã...” (Tiro-liro-ló)

“(...) a ideia que eu tenho é que não foi fácil. Chorava muitas vezes, de repente vamos dormir para um sítio onde temos mais não sei quantos rapazes, e temos que respeitar horários... muito rígidos.” (Cenoura)

Ludgero relata o choque com o trabalho e com as tarefas de que eram responsabilizados para fazer.

“Foi um choque no sentido que eu não estava à espera que fosse para trabalhar. Trabalhar num sentido que a gente tem aqui trabalho. É ocupação dos tempos livres, digamos assim, porque a gente trabalhava quando não tinha escola. Quando tinha escola, estava na escola. Não é trabalhar no sentido da produção. Tínhamos que fazer algumas tarefas, tínhamos que varrer aquilo, tínhamos que ajudar na cozinha, tínhamos que ajudar na roupa, tínhamos que ajudar com os animais. É uma quinta há sempre trabalho para fazer e todos trabalhavam neste sentido. Não é trabalhar das 08h às 21h...” (Ludgero)

Cenoura expressa sentimentos de vergonha, tristeza e abandono pelo qual passou e pelo qual tanto chorava.

“Senti-me um bocado envergonhado quando fomos, porque disseram-nos para irmos andar de bicicleta e depois ficamos lá. Foi muito triste.” (Cenoura)

O relato de Tiro-liro-ló sobre pertencer, aos 7 anos de idade, a uma camarata de rapazes que urinavam na cama e de ser castigado com banhos frios, inclusive no inverno, demonstra sua fragilidade emocional do momento de chegada à Casa.

“O primeiro tempo foi difícil porque eu fazia chichi na cama (risos) e a gente, quem fazia, tínhamos uma camarata, aquilo era dividido por três, os grandes, os médios e os pequenos, só que dos pequenos havia uma camarata que era dos que faziam chichi. A luta foi eu sair dali, daquela camarata que eu não queria ser (...) E quem fizesse tomava banho de água fria, e no inverno imagina! E eu lutei, os primeiros tempos, depois lá consegui...” (Tiro-liro-ló)

▪ Regras de funcionamento da Casa

a) Rotina

Nascidos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os antigos gaiatos entrevistados particularizam, com detalhes e de maneira semelhante, a rotina diária da Casa durante à

semana e aos finais de semana. Com a diferença de que atualmente, os gaiatos que lá vivem não mais estudam nas dependências internas da Casa, observamos que algumas competências da rotina se mantiveram praticamente inalteradas.

Na época dos antigos gaiatos entrevistados, fazia parte da rotina: acordar cedo, tomar o pequeno-almoço e em seguida ir para escola, sendo este o mais importante compromisso do dia, e lá permaneciam toda a manhã. Na parte da tarde e a depender da idade e maturidade de cada rapaz, eram-lhes atribuídos diferentes trabalhos, desde trabalhos nas oficinas, na rouparia, na copa, na vacaria, às faxinas, destinadas ao bom funcionamento da Casa. Ao que entendemos, as faxinas eram distribuídas pelas camaratas por um período de um ano, onde durante uma semana do mês os gaiatos iam permutando o trabalho entre eles.

Aos finais de semana, trabalhavam aos sábados pela manhã, sendo à tarde e o dia do domingo reservado a momentos de lazer. Contudo, os compromissos se mantinham, devendo todos estar presentes às celebrações eucarísticas do domingo.

Na fala de Neves e Tiro-liro-ló observamos que, durante a semana, na parte da tarde e, portanto, após as suas tarefas, era-lhes reservado o período das 16h às 18h para estudo individual, possivelmente, pelos mesmos se mostrarem atrasados nos estudos. Facto que não observamos na fala dos outros antigos gaiatos entrevistados, que apresentavam aproveitamento escolar.

Ainda sobre a descrição da rotina, Chico e Ludgero relatam trabalhar todo o dia e Cenoura das 14h às 18h. Às 19h era a reza do terço na Capela, onde todos obrigatoriamente tinham que se fazer presentes, às 20h era servido o jantar. A partir desse horário, quem não estivesse responsabilizado pela arrumação da copa, optava por assistir TV ou andar pela quinta, tendo que se acomodar, às 22h, cada qual na sua camarata.

“Nós, era assim... Nós tínhamos o horário de levantar. (...) É, sete e meia entrávamos para dentro do refeitório, era o pequeno-almoço. Oito horas começava a escola. A escola era logo ali perto, era só sair do refeitório entrar logo na escola. Depois, dez e meia mais ou menos, saíamos para o recreio, tínhamos uma horita de intervalo ou uma coisa assim do género. Entrávamos novamente para a escola. Ao meio dia e meia, tocava o sino, íamos comer. Almoçar. Rezávamos a entrada e a saída, agradecer as nossas refeições. (...) Às duas horas tocava o sino para irmos trabalhar. Íamos, portanto, até às quatro horas... Das quatro, entrávamos para as casas para irmos estudar. Seis e vinte tocava o sino, às seis e meia estávamos ali reunidos à beira da capela para rezarmos o terço e acabávamos o terço uns iam para o refeitório ou íamos às nossas tarefas, durante uma semana lavar louças, cada um fazia as suas coisas, o refeitório, íamos alternando essas coisas todas. À noite, olha, estávamos a ver televisão.” (Neves)

“Aquilo era semana-inglesa. Trabalhávamos de manhã e a parte da tarde já não trabalhávamos, no sábado.” (Chico)

“No domingo eu não trabalhava.” (Chico)

b) Adaptação

Notadamente sobre a fala de Neves, consideramos este um processo gradual, onde as crianças e jovens recém-chegados são deixadas à vontade e não lhes é pedido de imediato o cumprimento das regras de funcionamento da Casa.

“Habituei-me, andei lá para aí mais de um mês, a habituar-me à casa, e á escola, às vezes não ia.” (Neves)

A adaptação acontece como uma “reprodução”, onde os gaiatos recém-chegados ou mais novos a fim de se sentirem acolhidos, reproduzem as atitudes dos gaiatos mais velhos, e de modo consequente, a rotina instituída pela Casa. Independentemente de estarem os antigos gaiatos entrevistados na mesma situação de institucionalização, alguns choravam mais e demonstravam-se mais frágeis emocionalmente que outros.

“Adaptei-me completamente... Eu fiquei, eu ainda hoje penso, porque eu depois de estar lá via muitos a chegar e começavam a chorar, eu olhava... ‘Chora para aí que não te adianta nada. Estás cá!’” (Tiro-liro-ló)

Consideramos que a adaptação depende significativamente do contexto de vida anterior à Casa. Por exemplo, Chico que antes convivia em um ambiente de guerra, passa a se sentir mais livre e com mais amigos; Ludgero sempre ciente do que queria, afirma nunca ter sentido falta da mãe ou do pai; Tiro-liro-ló, acostumado com a convivência com seus amigos da rua, encontra na companhia dos outros gaiatos um ambiente normal para se viver; Neves, apesar de deixar um ambiente de agressão, tem um longo processo de adaptação devido estar, antes da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, constantemente na rua e o pensamento de fuga lhe ser frequente. Cenoura, não deixa claro como ocorreu seu processo de adaptação, mas em um momento inicial de sua fala diz ter sofrido com a falta de carinho e atenção.

“Não termos carinhos, não termos apoios. Se estamos um bocadinho mais em baixo, não temos... quando eu cheguei, ninguém se pôs à minha beira e que me desse colo, a dizer que as coisas iam melhorar...” (Cenoura)

▪ Relação com os pares e funcionários

a) Afetividade

Sobre como a relação entre pares e funcionários da instituição é construída, percebemos que apesar de Cenoura ter chegado à Casa acompanhado com um irmão um ano mais novo, de Tiro-líro-ló e Ludgero serem irmãos e terem na Casa do Gaiato de Paço de Sousa um irmão mais velho, a relação entre eles não foi de proximidade. Isso porque os gaiatos, a depender de sua idade, são separados por camaratas, ou seja, em grupos, onde os mais velhos andam separados dos mais novos. As tarefas diárias sobre a Casa são distribuídas pelas camaratas o que faz com que irmãos de diferentes idades tenham diferentes trabalhos e se encontrem somente nos momentos de convivência e próximo à hora de dormir.

“Nem era hábito, os mais velhos andarem com os mais novos. Havia como é que hei-de explicar isto, é simples, os mais velhos têm necessidades e têm alguns vícios que os mais novos não podiam ter. Os mais velhos que fumassem, mesmo que fosse proibido lá fumar, não gostavam que os mais novos vissem. Portanto, não havia... Em determinadas situações, os mais novos eram afastados. Portanto, nós quando víamos um mais velho, se ele fizesse cara feia a gente afastava-se (risos) se não fizesse, tudo bem. Havia assim uma separaçãozinha em algumas coisas.” (Ludgero)

O facto é que, independentemente dessa razão, observamos que os antigos gaiatos entrevistados se tratam, até hoje, como irmãos. De sangue ou não, a relação entre eles é construída através da amizade e do respeito, onde os gaiatos mais velhos assumem a responsabilidade de irmãos mais velhos, os padres de pais, e as funcionárias de mães. Nota-se com clareza, na fala de Neves e de Cenoura, uma relação familiar e, portanto, a forma como foram educados.

“Acho que meus pais eram ali, a minha família estava ali presente.” (Neves)

“(...) esses é como se fossem meus irmãos de sangue.” (Cenoura)

b) Autoridade

Chamamos atenção para o facto de que essa relação entre pares e funcionários ocorre muito pelo uso da autoridade. De acordo com os antigos gaiatos entrevistados, quem se portasse mal ou não cumprisse uma regra, por exemplo: faltar à reza do terço, fugir ou passar do limite estipulado do portão de entrada, apanhar fruta sem permissão, fazer o trabalho mal feito, jogar bola fora de horas, faltar a algum compromisso, etc., era castigado. Os castigos iam de extremos entre ficar sem assistir TV a ter o cabelo rapado em frente a todos os outros gaiatos, como também, ficar de pé em um canto do refeitório, enquanto os outros gaiatos comiam, dormir um mês no chão frio e levar reguadas nas mãos. De acordo com Cenoura, o trabalho na vacaria também era uma

forma de castigo, pois, era um dos piores trabalhos e uma forma de os fazer se esforçarem mais para conseguirem outro trabalho.

Numa média de 180 a 200 gaiatos, acreditamos que os castigos eram assim praticados como uma forma de “controlo”, servindo como exemplo a outros gaiatos induzindo-os a obedecer. Na época dos antigos gaiatos entrevistados, os castigos eram praticados na sua maioria pelos chefes das camaratas e como observamos da fala de Neves e Cenoura, muito deles abusavam dessa autoridade.

“Naquela coisa de mal, de ser chefe. Naquela altura...” (Neves)

“(...) lembro-me de um, que era meu chefe de camarata e passou depois a ser meu chefe, roubava-me as prendas que a minha irmã da Suíça mandava. Uma vez, eu a dormir, roubou-me um relógio! (...) Porque vi-o com o relógio! Ele mesmo mostrava...” (Cenoura)

Apesar de não serem vigiados e de lhes ser dado livre-arbítrio, o sentimento gerado era de tensão e preocupação sobre uma possibilidade de castigo e o facto de a todo tempo estarem a obedecer, como relatam Ludgero e Tiro-liro-ló.

“Claro que andávamos um bocadinho mais tensos no sentido em que se a gente fizesse alguma coisa de mau vinha sempre o mais velho, o chefe, e pronto corrigia.” (Ludgero)

“Nós não tínhamos opinião ali (...) A gente ali era obedecer e mais nada, só que eu não obedecia muito. Imagina que tu dizias assim ‘Tens que fazer isto, tens que limpar isto’, eu, se me apetecesse, limpava não é, só que depois havia consequência. Às vezes levava castigos...” (Tiro-liro-ló)

▪ **Relação com a família e com a comunidade externa**

a) Visitas

Através das entrevistas, constatamos que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa possibilitava que os pais ou outro familiar visitassem os gaiatos durante o ano. Com exceção do Chico, os antigos gaiatos entrevistados, tinham a possibilidade de visitar a sua terra natal, no período das férias, portanto, uma vez no ano. Sendo os dias festivos, como Páscoa e Natal, passados dentro da Casa.

O contacto que os antigos gaiatos entrevistados mantinham com a comunidade externa era praticamente todo dentro da Casa, eram inclusive os rapazes e raparigas de Paço de Sousa que iam estudar na escola interna da Casa. Os antigos gaiatos entrevistados, portanto, viviam, estudavam, brincavam, estudavam catequese, iam à missa, e como já salientamos, não podiam sair da Casa sem autorização.

b) Lazer

Notamos que o contacto dos antigos gaiatos entrevistados com a natureza era utilizado pela Casa como forma de distração e lazer e que os torneios de futebol, atletismo, teatro-revista, etc., que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa promovia, ora dentro, ora fora da Casa lhes proporcionava outros convívios e uma maior relação social.

▪ **Relação com a escola**

a) Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar

De acordo com Cenoura, dentro da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, os gaiatos tinham oportunidade de frequentar da 1ª à 4ª classe e em seguida, o 5º e o 6º ano. O 7º, 8º e 9º ano eram feitos em uma escola da freguesia de Paço de Sousa. Àqueles que se mostravam interessados pelos estudos, era-lhes dada a oportunidade de viver no Lar do Gaiato, e assim, continuar os estudos no Porto, onde permaneciam durante a semana e retornavam à Casa aos finais de semana. Quem reprovasse de ano, perdia também este privilégio e voltava à Paço de Sousa, passando a estudar à noite em Penafiel e a trabalhar na Casa durante o dia, em companhia, com outros gaiatos que não mais estudavam ou que não obtinham sucesso escolar. A estes, a partir dos 16 anos de idade, era-lhes dada a oportunidade de aprender um ofício em uma das oficinas da Casa.

Durante a estadia na Casa, Chico e Tiro-liro-ló cursam até o 9º ano; Ludgero completa o 12º ano; Neves cursa somente até a 4ª classe; e Cenoura conclui uma licenciatura em Engenharia Ambiental, tendo a Casa do Gaiato de Paço de Sousa pago as propinas da sua Faculdade, antes do mesmo conseguir uma bolsa pelo governo.

b) Relação com os professores e com os colegas

A escola interna da Casa funcionava com o sistema da Telescola, ou seja, as aulas eram seguidas pela televisão e os gaiatos eram acompanhados por um professor que supervisionava as lições. Principalmente a partir da fala de Chico, Neves e Tiro-liro-ló, constatamos que, mesmo após a entrada na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, a escola não deixa de representar um ambiente de agressão, onde o professor corrigia com reguadas todas as formas de indisciplina e erros praticados; razão que faz Neves abandonar a escola pela segunda vez.

“Até na escola havia isso, quem se portasse mal o professor tinha a liberdade de ‘dá cá a mão!’, ‘dá cá a mão!’ e pimba! Pronto, está feito! (risos). E depois não adianta nada ir fazer queixa ao Padre. Uma pessoa ia fazer queixa ao Padre ‘o senhor Padre, a Professora bateu-me’, levava mais cinco!” (risos). (Chico)

“A professora batia-nos... É assim, quem dá o pão dá a educação. Agora já é o contrário, não é? Mas aquelas que me caíram foram boas, tornaram-me outra pessoa. (...) Não era aquele bater assim como os meus pais, por motivos de qualquer coisa (...). Que a gente, como eu sabia, portava-se mal.” (Neves)

“(...) naquela altura, levava porrada quem se portasse mal. Eu portava-me bem, só tinha era um defeito: no ditado quem fizesse erro levava por cada erro.” (Tiro-liro-ló)

1.4. Perceções sobre perspetivas futuras

▪ **Saída da Casa do Gaiato**

a) Motivo

Diferente de outras instituições de acolhimento, que determinam uma idade para que a criança ou jovem saia da instituição, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa deixa esta decisão a cargo do próprio gaiato. A Casa não os força a tomar essa decisão, mas proporciona que esta cisão aconteça, como aconteceu a Chico, Ludgero e Tiro-liro-ló, conseguindo-lhes um emprego. É um processo natural, como relata Ludgero.

“Mas, o momento seguinte é quando se acaba a tropa ou quando se fica livre da tropa é, e queres começar a trabalhar rapidamente fora. Já tens 20 anos queres começar a ganhar o teu dinheiro. (...) És um jovem e queres começar a namorar, queres começar a sair, ir ao cinema...” (Ludgero)

“Não é propriamente uma decisão é quase obrigatório, entre aspas, é natural.”
(Ludgero)

b) Principais dificuldades

A fim de minimizar as dificuldades da vida fora da Casa, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa mantinha uma iniciativa com os antigos gaiatos entrevistados; sobre o trabalho que eles desenvolviam era-lhes ofertado um valor, uma pequena parte paga diretamente e a maior parte reservada para que utilizassem quando saíssem da Casa. Entretanto, de acordo a fala dos antigos gaiatos entrevistados, isso não foi o suficiente.

“O que se ganha não dá para nada. A gente recebia só para ver... Na época... Por exemplo, o meu último ordenado lá foi 4 contos, o equivalente a 20 euros. Temos que desfazer um bocadinho com a inflação, seria o equivalente a 60 euros para aí, 80. Mas só recebia 10 por cento para o meu bolso, na mão. O resto ia para uma poupança, portanto eu...” (Ludgero)

Constatamos que, de modo semelhante ao processo de chegada, o processo de saída representou um período de grandes dificuldades, principalmente para os antigos gaiatos entrevistados que não tiveram sucesso escolar e que mantinham uma relação maior com a Casa. Verificamos que Ludgero e Cenoura, ambos por terem vivido algum tempo no Lar do Gaiato, por terem sido vendedores do Jornal ‘O Gaiato’ pelas ruas do Porto e por terem sido chefes de algumas camaratas da Casa, mostram-se, em seu período de saída, mais preparados e dispostos a lidar com a nova situação.

Ainda sobre o período de saída, Cenoura apresenta duas sugestões que achamos necessário pontuar na discussão deste trabalho. A primeira refere-se à necessidade de os gaiatos adquirirem noções sobre poder de compra, e sobre isso sugere que seria oportuno que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa disponibilizasse um pequeno mercado interno onde os gaiatos pagassem, com o seu trabalho e a um preço reduzido, por algo de que precisassem; induzindo-os a compreender algumas noções básicas de economia. Na segunda sugestão que apresenta, Cenoura sugere que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa ceda aos gaiatos 2 a 3 casas para servir de transição para o mundo externo, e em que tinham que assumir perante a Casa os custos da sua gestão. Tudo com o propósito de que a saída definitiva da Casa não representasse um medo ou obstáculo, como representado na fala de Tiro-liro-ló.

“Tive umas bases de educação. Não vou dizer que não me ajudaram, mas acho que faltou mais ajuda.” (Tiro-liro-ló)

▪ Família

a) Vida familiar

Dos antigos gaiatos entrevistados, Ludgero e Tiro-liro-ló mantiveram contacto com a sua família de origem, mesmo com os pais, entretanto falecidos. Cenoura não manteve uma relação com a família. Neves é o único que retorna à sua cidade de origem. Todos constituíram uma família, casaram e tiveram filhos.

“Tenho uma esposa, tenho uma casa própria, tenho um carro, tenho um filho, tenho trabalho e estou bem graças a Deus.” (Chico)

b) Filhos

Identificamos que, mesmo após casados, a relação dos antigos gaiatos entrevistados com a Casa não se finda, e que os mesmos recorrem aos conhecimentos aprendidos na Casa, na educação dos seus filhos.

“E cá fora eu quando casei, quando o meu filho já tinha para aí 5, 6 anos já começava a incrementar isso na educação dele. Ir à igreja. Inicialmente, íamos todos, depois comecei a não ir eu, mas ia sempre ele.” (Chico)

Ludgero casa e batiza seu filho na Capela da Casa e Neves relata que aos finais de semana, acompanhado de sua família, visitava a Casa do Gaiato de Paço de Sousa afim de que a rotina da Casa lhes servisse de exemplo.

“Depois de sair, ia lá só ao fim de semana. Depois casei, pronto, ainda continuei indo lá ao fim de semana. Quando tinha tempo largo ia lá, aliás o meu filho foi lá batizado depois de ter nascido.” (Ludgero)

“É, inclusivamente quando me casei, levei lá a minha esposa e os meus filhos, todos eles passaram lá naquela Casa. (...) E ficávamos por ali e à noite regressávamos que era para eles sentirem aquilo que eu senti na pele, que era para dar o exemplo para os meus filhos para eles seguirem, mais ou menos.” (Neves)

▪ Trabalho

a) Importância das oficinas

Ludgero e Neves, atualmente, trabalham na profissão que aprenderam dentro da Casa.

“A minha profissão é graças ao que aprendi lá, portanto, toda a minha vida foi moldada pelo que aprendi ali.” (Ludgero)

“E aprendi lá padeiro, mas para frente, foi assim.” (Neves)

Como destaca Cenoura, um adulto formado nessa profissão, especialmente na carpintaria, poderia ganhar muito dinheiro.

“Aquilo tem um potencial enorme, nós temos lá dentro várias profissões que hoje em dia já estão a morrer. E uma pessoa que seja formada naquela área consegue ganhar muito dinheiro! Porque são artes que estão a desaparecer e que continuam a ser necessárias.” (Cenoura)

b) Emprego

Todos os antigos gaiatos entrevistados possuem emprego estável. Após a Casa, Chico conclui o 12º ano, Ludgero cursa uma Licenciatura em Engenharia Multimédia e Cenoura um Mestrado em Engenharia do Ambiente, tornando-se dono do seu próprio negócio.

▪ Memórias

a) Casa

Os antigos gaiatos entrevistados se mostraram privilegiados por terem tido a oportunidade de terem vivido na Casa e por esta ter, de certa forma, os salvado de um futuro incerto.

“Eu não sei o que seria atualmente. Sinceramente não sei o que seria. Aliás, sei de antemão que não seria o que sou hoje.” (Chico)

“Através da formação que eu tive lá na Casa fez-me abrir os olhos e ser boa pessoa e respeitar as regras do dia-a-dia. Um bom comportamento é essencial para viver em uma cidade e fugir da marginalidade e fugir destas más pessoas e não arranjar conflitos com ninguém. E tentar fazer amigos o mais possível, quantos mais amigos, melhor. Mais amigos, amigos. Não é amigo da onça.” (Chico)

“A Casa do Gaiato formou-me como homem e pessoa.” (Ludgero)

“Incorporei o espírito do... do Gaiato. Do lar, respeitador, respeitar os mais velhos, respeitar os chefes, pronto, os mais velhos no fundo. Ser respeitador, ser trabalhador, isso são tudo valores que na Casa do Gaiato quando transporta cá para fora são muito importantes.” (Ludgero)

“Eu era um rebelde, portanto, era revoltado (...) Eu ali aquela Casa para mim acho que foi o renascer da minha vida. A minha vida acho que começou ali.” (Neves)

“Sinto-me feliz só. Eu acho que é a única palavra que eu sinto e dou graças a Deus ter conhecido aquela Casa. A casa-mãe fazer de nós crianças uns homens.” (Neves)

“(...) ter-me dado a educação que me deu, saber ter espírito crítico...” (Cenoura)

“Eu sou o que sou na vida graças ao Gaiato, porque tenho plena consciência disso. E se eu não fosse para a Casa do Gaiato, não sei o que hoje era, se tinha um filho...”
(Cenoura)

b) Gaiatos

Frisamos o quanto é forte a relação dos gaiatos com a Casa do Gaiato de Paço de Sousa e com os outros gaiatos com que conviveram. Como os antigos gaiatos entrevistados demonstram, é uma relação que perdura por toda a vida. Isto foi um dos motivos que nos fez abandonar o termo, ex-gaiatos, utilizado no início dessa pesquisa para o termo, antigos-gaiatos, em respeito aos gaiatos que participaram desta pesquisa e aos que tivemos contacto durante as visitas exploratórias. De acordo com os mesmos, quem é gaiato uma vez, é por toda a vida.

2. Discussão dos resultados

A partir da análise de conteúdo apresentada procuramos, neste momento, tecer considerações sobre o nosso objeto de estudo, focando em particular o quanto os processos educativos na Casa possam ser considerados significativos na (re)inserção social dos antigos gaiatos entrevistados.

Por um motivo ou outro compreendemos, através das narrativas, que os antigos gaiatos entrevistados tiveram uma infância difícil marcada quer pela ausência, quer pela violência daqueles que tinham como dever cuidar e proteger, encontrando-se por isso numa situação de risco. De acordo com Penha (2000 in Alves, 2007, p. 49), o conceito de risco aplica-se quando a criança, pelas suas características biológicas e/ou familiares, se encontra potencialmente sujeita a omissões na satisfação das suas necessidades de ordem física (alimentação, abrigo, segurança, saúde e higiene), socioemocional (interação, afeto, estimulação, atenção, contacto) ou familiar, vendo comprometido o seu processo de desenvolvimento.

Fruto de um ambiente familiar adverso e de um contexto social de pobreza, entre outros fatores, os antigos gaiatos entrevistados demonstraram não dispor de condições para o desenvolvimento de suas competências e habilidades sociais. Como diz Inês Nunes (2015), o desenvolvimento da criança “(...) é considerado produto de relações dinâmicas e das experiências que lhe são proporcionadas, quer no contexto familiar, quer no contexto social onde se encontra inserida” (p. 4).

A escola definida por Nóvoa (1992) como um espaço organizacional, de ação educativa, curricular e pedagógica, também não consegue abranger esses sujeitos. A

forma tradicional de sua organização não permite ao professor detetar as peculiaridades do seu aluno, mostrando-se nas narrativas analisadas, indiferente aos problemas dos antigos gaiatos entrevistados.

Parafraseando Cosme (2009), a grande questão não é a relação entre os atos de ensinar e aprender, mas “(...) assumir a centralidade da aprendizagem em função da valorização dos interesses e dos saberes dos alunos” (p. 86), onde os professores estabeleçam relações de cumplicidade, de convívio respeitoso, usando da sensibilidade, do carinho para incentivar seus alunos na superação das suas dificuldades.

O facto é que os antigos gaiatos entrevistados se viram em algum momento de suas vidas entregues a uma Casa de Acolhimento Institucional e que devido as dificuldades por eles relatadas na chegada à Casa, consideramos que este momento deveria basear-se num pré-diálogo e respeito pela particularidade e singularidade do sujeito explicando-lhe o que iria acontecer com eles a partir dali. A percepção que temos de suas falas é que os antigos gaiatos entrevistados não sabiam o que lhes ia acontecer e de como seria o seu futuro.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)¹⁵, em seu artigo 3º, §1: “Todas as decisões relativas às crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança.” (CDC, 1989, p. 6), ou seja, deve zelar pela protecção e não violação dos seus direitos e ter em conta os interesses presentes e futuros da criança. Tendo isso em conta, identifica-se uma lacuna nos procedimentos relativos à proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, a necessitar de um melhor acompanhamento da criança ou jovem durante seu processo inicial de acolhimento institucional.

A carência da instituição em não ter no seu quadro de funcionários profissionais habilitados para gerir processos educativos, para o acompanhamento continuado e regular da criança ou jovem em seu processo educativo e socio-emocional, desde a entrada à saída da instituição, revela um desajuste com a Lei nº147/99, em seu artigo 54º, onde diz que as casas de acolhimento devem dispor necessariamente de recursos humanos organizados em equipas articuladas entre si, designadamente de uma equipa técnica “(...) constituída de modo pluridisciplinar, integra obrigatoriamente

¹⁵Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 foi ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

colaboradores com formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas da psicologia e do trabalho social, sendo designado o diretor técnico de entre estes.”.

Para mais, identificamos que a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa se caracteriza pela rotina na qual os gaiatos são integrados e adaptados às regras da Casa, ou seja, é no cumprimento das tarefas diárias que são incutidas nas crianças e jovens aí institucionalizados formas de agir e de se comportar. Sempre acompanhados por um gaiato chefe, os antigos gaiatos entrevistados aprendiam, desde muito pequenos, a cuidar de sua higiene pessoal, a serem organizados, a respeitar os horários e a ter responsabilidade em seus compromissos, constatando-se que quanto mais adeptos da rotina, mais autónomos ficavam. Segundo Melo e Spada (2007), é importante frisar que uma rotina significativa, quando planejada e pensada de acordo com as necessidades dos sujeitos, favorece em seu processo de socialização e autonomia.

Para além de uma proposta educativa construída pelo trabalho em equipa, pela cooperação, pelo aprendizado diário onde além do conhecimento formal, adquirido nas escolas, existe um conhecimento do mundo adquirido com o outro, entre pares, onde um vai mostrando ao outro o que fazer e como fazer, constatamos uma proposta educativa sustentada em horários rígidos, onde os antigos gaiatos entrevistados cresciam ensinados a obedecer às regras e viviam temerosos dos castigos.

Neste aspecto, remetemos a definição de Erving Goffman (1961) sobre as instituições totais, onde o autor chama a atenção para a forma como as instituições impõem suas regras e obrigações “(...) num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos da instituição” (p. 18). Por mais que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa não utilizasse do método de controlo e vigilância, pois, ao que observamos era dado livre arbítrio aos gaiatos cumprir ou não as tarefas e consequentemente as regras da Casa, quem não cumprisse com suas obrigações era castigado.

Atualmente praticados de maneira mais superficial é um assunto que necessita de muita cautela, precisamente por alguns castigos extravasarem o dever de correção e correrem o risco de cair no crime de maus tratos físicos. Este tipo de mau-trato surge quando “(...) uma instituição de serviços fracassa no exercício das suas funções específicas ou provoca mal-estar na pessoa que dela usufrui e que, supostamente, deveria tirar benefício” (Linares, 2002 in *ibid.*, p. 9). Em Portugal, os castigos físicos são punidos pelo Código Penal, artigo 152º, seja por acontecerem num contexto de

violência doméstica, seja por via dos crimes de maus-tratos ou de ofensas à integridade física da criança ou jovem.

Sobre a divisão entre grupos de pares relatada, podemos considerar que ela suscita alguma ambiguidade no que diz respeito à sua importância para a educação dos antigos gaiatos. Consideramos que, quando irmãos de diferentes idades são separados ocorre “em parte” a quebra de mais uma relação afetiva, o que pode motivar por parte do sujeito sentimentos de insatisfação e tristeza. Marlene Guirado (2004) alerta sobre os prejuízos da separação da criança das pessoas de referência, sobretudo no que diz respeito à afetividade, quando diz que “A carência afetiva é sempre apontada – quer pelas pesquisas de estatuto científico, quer pelos que fazem o cotidiano das instituições – como uma decorrência imediata” (p. 19).

Contudo, e perspetivando o problema de outra forma, distantes dos seus irmãos, os gaiatos vêm-se “obrigados” a manter relação com os outros gaiatos de sua idade e isso pode favorecer seu processo de adaptação à Casa. Fora do seu contexto familiar, é então, na instituição, com os funcionários e com seus pares, que os gaiatos passam a interagir e estabelecer novas relações, construtivas do seu desenvolvimento. Devido a isso, os vínculos afetivos, se bem trabalhados nas instituições de acolhimento, podem proporcionar a essas crianças e jovens uma suavização, perante problemas de origem familiar e um conjunto de situações que desencadeiam nas mesmas uma enorme fragilidade emocional.

No quotidiano da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, os antigos gaiatos entrevistados relacionavam-se como grupo de pares, ou seja, como um grupo “(...) primário e íntimo, não hierarquizado e composto por membros que têm aproximadamente o mesmo estatuto e participam das mesmas atividades” (Garrido & López, 1995 in Delgado, 2006, p. 77). Entretanto, identificamos que essa relação ocorre muito pelo uso da autoridade, principalmente pelos gaiatos eleitos chefes, o que revela uma correlação com o modelo dominante de institucionalização adverso aos princípios de ambiente familiar pretendidos pela Casa.

No que diz respeito à relação dos antigos gaiatos entrevistados com a sua família de origem, consideramos que a prática, até então corrente da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, em comemorar os dias festivos como Páscoa e Natal dentro da Casa, restringe o contacto dos gaiatos com a sua família de origem. Conforme a Lei n.º 147/99, artigo 58º é direito da criança e do jovem em acolhimento manter contactos regulares, em condições de privacidade, com a família ou pessoas com que mantenham especial

relação afetiva. Mesmo sendo possibilitado aos pais ou outro familiar visitar os gaiatos, estes somente podem visitar sua família de origem uma vez no ano e no período do Ano Novo.

Apesar de a Casa receber muitas visitas de pessoas da sociedade, de excursões escolares e de receber rapazes e raparigas da comunidade de Paço de Sousa na escola interna da Casa, constatamos que o contacto dos antigos gaiatos entrevistados com o meio externo era consideravelmente limitado. A interação social era realizada praticamente toda na comunidade interna da Casa, justamente pelo facto de ela ter sido planejada como uma quinta onde os gaiatos pudessem encontrar tudo para o seu desenvolvimento no seu próprio ambiente interno. O que revela uma grande fragilidade do sistema de promoção e proteção, uma vez que “(...) esta situação é altamente prejudicial no plano formativo individual, atendendo ao facto de que o menor regressará, mais tarde ou mais cedo, a esse mesmo meio” (Cóias, 1995, in *ibid.*, p. 44), ou seja, ao meio físico e social em que a criança ou jovem se encontrava inserido anteriormente ou a um outro meio que não a Casa.

Sobre a relação dos antigos gaiatos entrevistados com a escola, valorizamos a preocupação e incentivo que eram dados aos mesmos, em relação aos seus estudos e profissionalização. Apesar dos antigos gaiatos entrevistados demonstrarem uma relação temerosa para com seus professores, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa mostrou-se comprometida com a garantia e direito dos gaiatos a uma educação formal, sendo consonante com a Lei nº 166/99 que estabelece que os menores internados devem continuar sujeitos aos deveres decorrentes da escolaridade obrigatória, devendo ser incentivados a prosseguir ou a completar estudos em estabelecimento de ensino no exterior, desde que o regime de internamento o permita. (Lei Tutelar Educativa, artigo 160º).

Frisamos, de igual modo, que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa, através da formação profissional nas oficinas e no trabalho diário que era realizado na Casa, proporcionou aos antigos gaiatos entrevistados uma transição bem-sucedida para o mundo do trabalho, para uma vida futura e em sociedade. Contudo, as oficinas têm deixado de fazer parte da rotina dos atuais gaiatos, o que compete à Casa, a depender dos seus propósitos futuros um repensar sobre essa situação.

Em relação às crianças e jovens em instituições de acolhimento, a Lei nº 147/99 em seu artigo 56º estabelece, como medidas a executar no meio natural de vida desses sujeitos, “(...) o plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação dos

tempos livres.” (inciso c). Ou seja, para além da escola e do lazer, a formação profissional e inserção no mercado de trabalho, quando efetivada, colabora na promoção desses sujeitos, o que de facto pudemos identificar no nosso estudo.

Além do ensino escolar obrigatório, pensamos ser de fundamental importância a aprendizagem construída para além dos muros fechados da escola; com o outro, com seus pares, com o mundo que o cerca, o que justifica, durante a construção deste trabalho, abarcarmos diferenciações entre a educação formal, não formal e/ou informal; por compreendermos que atuando com ética e rigor na educação e formação das crianças e jovens, quer no espaço da escola, da comunidade, das instituições de acolhimento, ou melhor, nos diversos espaços públicos e privados, um dos objetivos da educação não formal é preparar indivíduos que saibam fazer uma leitura crítica do mundo e que significativamente compreendam o pleno sentido e significado das letras que descodificam.

Através da análise das perspetivas futuras dos antigos gaiatos entrevistados, identificamos que a Casa do Gaiato de Paço de Sousa não promoveu somente a socialização/adaptação dos gaiatos, mas os ensinou a ter uma atitude crítica a nunca desistirem, a lutarem e tentarem melhorar sempre as suas condições de vida. Memórias de outrora crianças e jovens que de uma situação de risco e de certa forma, excluídos da sociedade, através dos ensinamentos da Casa, se constituíram homens críticos, sujeitos do seu próprio processo histórico, cientes dos seus direitos e deveres como cidadãos.

Dessa forma e para finalizar, afirmamos que o trabalho educativo desenvolvido, há mais de setenta anos, pela Casa do Gaiato de Paço de Sousa apesar de apresentar algumas incoerências por nós discutidas, de facto contribuiu para a (re)inserção social dos antigos gaiatos entrevistados designadamente em relação a uma promoção social, escolar, de preparação para a autonomia e transição para o mundo do trabalho, de aquisição de competências, de uma construção de identidade e formação de um sujeito crítico.

Contudo, a proposta educativa da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, por nós estudada e identificada como muito significativa na vida dos antigos gaiatos entrevistados, não condiz com a atual legislação portuguesa de promoção e proteção das crianças e jovens. Motivo que tem feito as Casas do Gaiato há 14 anos não mais receberem crianças por parte da Segurança Social. Ou seja, por não cumprirem os requisitos legais impostos pela Segurança Social; de outro modo, por manter a sua

independência pedagógica em relação ao Estado, as Casas do Gaiato correm o risco de não mais existir.

CONCLUSÃO

Refletir sobre a realidade social de crianças e jovens em risco nos motivou, primeiramente, a estudar e ressignificar os seus conceitos; a procurar compreendê-las a partir de seu contexto de origem sociocultural. Diante disso, buscamos respostas, perante a sociedade que tem o dever de cuidá-las e protegê-las, particularmente, de como, num contexto de instituição de acolhimento, as crianças e jovens aí institucionalizados beneficiam de um processo educativo.

De modo consequente, nos debruçamos sobre o conceito de institucionalização e de como a legislação portuguesa, a partir da Lei de Proteção à Infância de 1911, se organiza e enquadra a proteção e bem-estar das crianças e jovens. A esse propósito parece-nos importante não negligenciar o papel que as instituições têm no acolhimento de crianças e jovens, que a partir dos seus interesses buscam salvaguardar os seus direitos e seu pleno desenvolvimento.

No entanto, e independentemente da visão pessimista que afeta as instituições de acolhimento, concordamos com a reflexão de Delgado (2006) quando diz:

Por muito que se trabalhe para se aperfeiçoar a qualidade das instituições, convém recordar que nelas nenhuma criança é inteiramente feliz, independentemente da estabilidade que lhe poderão proporcionar. Por detrás dos sorrisos, das exclamações de alegria, das atividades, guardam-se os traumas, os medos, a ferida do abandono, as saudades dos pais reais ou imaginários, o desejo de viver na família que se perdeu ou nunca se teve. Nestas circunstâncias, as crianças devem ser ajudadas a vencer a batalha interior que lhe permita planificar a sua vida futura e a orientá-la de acordo com um princípio de responsabilidade. (p. 84)

Por mais que a institucionalização se tenha revelado um processo positivo na vida dos sujeitos desta pesquisa, defendemos que a primeira intervenção deve ser na família, a fim de que a criança ou jovem tenha a oportunidade de crescer em seu próprio ambiente familiar. Ou seja, antes de se retirar a criança ou jovem do convívio com seus pais ou responsáveis, todas as tentativas de resgate dessa família devem ser exercidas; o Estado deve intervir, ajudar e acompanhar essa família. Caso contrário, acreditamos que a institucionalização poderá ser um instrumento de (re)inserção social, quando torna possível que essa criança ou jovem cresça num ambiente próximo do familiar, com relações afetivas e educativas que se atribuem a um agregado familiar; de outro modo, quando são educadas em instituições sem serem institucionalizadas.

Ademais constatamos que a família, a afetividade, a escola e o trabalho são dispositivos de socialização, educação e desenvolvimento das crianças e jovens em

situação de institucionalização. Onde a escola representa um espaço de acolhimento e inclusão em que o professor, como um agente-chave no processo de ensino-aprendizagem, pode aproximar-se, criar um vínculo afetivo e ser instrumento ao serviço do crescimento desses sujeitos, ajudando-os a elevar suas competências e a ultrapassar suas dificuldades. Assim como o trabalho que, enquanto uma dimensão educativa, pode ser utilizado como instrumento de autonomização dessas crianças e jovens.

Durante a nossa observação e recolha de informações, em vários momentos, fomos surpreendidas sobre o trabalho realizado em nosso campo empírico. As histórias de vida, as narrativas de superação e afeição que os sujeitos desta pesquisa demonstraram ter em relação à Casa, limitavam nosso pensamento crítico. Foi preciso, muitas vezes, nos distanciarmos e centrarmos em nosso objeto de estudo a fim de identificarmos factos incongruentes com a atual legislação.

Em relação à importância deste trabalho para o campo da educação, em instituições de acolhimento, acreditamos que este possa contribuir para uma reflexão sobre a singularidade dos sujeitos que se acolhem em instituições, das suas necessidades básicas, afetivas, sociais e escolares. A criança ou jovem deve ser percebido, a todo instante, como o futuro do nosso país, como sujeito de direitos e deveres que precisa, nesses espaços, ter a possibilidade de se desenvolver. Para o campo da educação, esta pesquisa torna-se um exemplo de que a educação não se restringe ao espaço físico da escola e que outros espaços não formais podem ser utilizados como campo de estudo e conhecimento.

Tendo em conta os resultados do nosso estudo, perspetivamos que as casas de acolhimento devem realizar seu trabalho sempre próximo do mundo real, ou seja, pôr em prática uma proposta educativa que tenha como objetivo o despertar crítico das crianças e jovens que acolhem para o mundo presente. Dessa forma, há de se considerar o apoio a um projeto de vida e de oportunidades escolares e de trabalho, além de um acompanhamento posterior ao período de institucionalização.

A Casa do Gaiato de Paço de Sousa manteve-se sempre aberta e assim pudemos observar e conviver com a rotina da Casa, sempre que foi preciso. A princípio, o nosso interesse era que os atuais gaiatos fossem os sujeitos de nossa pesquisa, contudo, por uma questão e preocupação ética por nós pensada e também salientada pelo diretor da instituição, propusemos trabalhar com os antigos gaiatos da Casa, a fim de recuperar suas memórias e compreender os processos educativos vivenciados na Casa, em seu período de institucionalização.

Posto isto, consideramos que nosso estudo se limitou por não termos tido a oportunidade de aceder às narrativas de vida dos atuais gaiatos, a fim de comparar com as dos antigos gaiatos e perceber se a proposta educativa da Casa continua a ter a mesma influência na (re)inserção social destes sujeitos.

Uma vez que a proposta educativa da Casa do Gaiato não condiz com a atual legislação portuguesa de promoção e proteção das crianças e jovens, sugerimos, como pesquisa futura, um estudo numa instituição de acolhimento reconhecida pelo Estado para perceber até que ponto os requisitos legais seguidos por essas instituições possam ter algum efeito positivo na (re)inserção de crianças e jovens quando em comparação com a (re)inserção de crianças e jovens da Casa do Gaiato, que não cumpre os requisitos legais impostos pela Segurança Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, Sérgio Henrique; Santos, Wanderley Guilherme dos & Coimbra, Marcos Antônio (Orgs.) (1994). *Política Social e Combate à Pobreza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Afonso, Natércio (2005). *Investigação naturalista em educação: um guia prático e crítico*. Porto: ASA Editores.

Aguiar, Américo Monteiro de (2002). *Obra da rua*. Editorial da Casa do Gaiato.

Alberto, Isabel Marques (2002). *Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco*. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2. Crianças* (pp. 228-244). Coimbra: Quarteto.

Almeida, Ana Nunes de (2000). *Olhares sobre a infância: pistas para a mudança*. In: vários mundos culturais e sociais da infância. Braga: Universidade do Minho.

Alves, Sandra Nunes (2007). *Filhos da madrugada: percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Amado, João (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra.

Amado, João & Ferreira, Sónia. A entrevista na investigação em educação. (p. 207-232). In: Amado, João (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Associação dos Antigos Gaiatos e Familiares do Norte (2018). *Esses caminhos que andamos*. Paço de Sousa: Oficinas Gráficas da Casa do Gaiato.

Azevedo, Tânia (2013). *Institucionalização e lei tutelar educativa: as representações de jovens, profissionais e direção de um Centro Educativo*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.

Baptista, Isabel (2005). *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.

Bardin, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Canário, Rui (2005). *O que é a escola: um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora.

Candeias, Marisa & Henriques, Helder (2012). *1911/2011: um século de proteção de crianças e jovens*. Rio Grande do Norte: Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Charlot, Bernard (2000). *Da relação com o saber - Elementos para uma teoria*. São Paulo: Artmed Editora.

Charlot, Bernard (2006). *A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber*. Revista Brasileira de Educação, nº 31, 7-18.

Clandinin, D. Jean & Connelly, F. Michael (2011). *Pesquisa narrativa: experiências e histórias em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU.

Clemente, Ana Sofia Marques (2013). *A transição para uma vida fora da instituição: jovens a caminho da autonomia*. Tese de Mestrado, Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Corsaro, William A. (2011). *Sociologia da infância*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.

Cortezão, Luiza (1998). A importância dos dispositivos de diferenciação pedagógica. In: Maria Azevedo (Eds.), *Pensar a escola, construir projetos: fórum de projetos educativos de Vale de Campanhã* (p. 37-46). Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

Cosme, Arianne (2009). *Ser professor: a ação docente como uma ação de interlocução qualificada*. Porto: LivPsic.

Cosme, Arianne & Trindade, Rui (2007). *Escola a tempo inteiro - Escola para que te quero?* Porto: Profedições, Lda./Jornal a Página.

Costa, Alfredo Bruto da (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Dayrell, Juarez (2003). O jovem como sujeito social. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, 40-52.

Delgado, Paulo (2006). *Os direitos da criança: da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Fonseca, António (2004). Crianças e jovens a cargo das instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis. In: Maria Helena Silva, António Fonseca, Luís Alcoforado, Maria Vilar & Cristina Vieira (Eds.). *Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção*. Coimbra: Livraria Almedina.

Freires, Thiago & Pereira, Fátima (2018). O ensino secundário centrado nas artes: Percepções de jovens do norte de Portugal. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, Vol. 44. 1-18.

Freitas, Maria Dulce Ribeiro da Silva (2007). *Olhares sobre o quotidiano de uma instituição de acolhimento: as crianças institucionalizadas da Casa do Gaiato*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.

Goffman, Erving (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.

Gohn, Maria da Glória (2010). *Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez.

Guimarães, Gilselene Garcia & Macedo, Juliana Gomes de (2009). Culturas Juvenis: uma ressignificação contemporânea? *Revista Travessias*, Vol. 3, nº 2, 1-18.

Guirado, Marlene (2004). *Instituições e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Caso do Psicólogo.

Henriques, Helder M. G. & Vilhena, Carla Cardoso (2015). A preservação da infância: análise de discursos sobre a criança em perigo moral. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, Vol. 31, nº 02, 61-81.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais, Ed. ISCTE.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Crianças e jovens que vivem em lar: caracterização sociográfica e percursos de vida*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Jenks, Chris (2002). Constituindo a criança. *Educação, Sociedade & Culturas*. nº 17, 185-216.

Kramer, Sonia (2009). Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Editora Ática.

Libâneo, José Carlos (2011). *Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 13 ed. São Paulo: Cortez.

Martins, Ernesto Candeias (2003). *Padre Américo: o destino de uma vida*. Coimbra: Edição Alma Azul.

Martins, Ernesto Candeias (2004). *O Projecto educativo do Padre Américo: o ambiente na educação do rapaz*. Lisboa: Temas e Debates.

Melo, Rodrigo Macedo de & Spada, Ana Corina M. (2007) A rotina e a organização espacial na instituição de educação infantil como meio auxiliar do processo de desenvolvimento da primeira infância. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*. Garça, SP: ano V, nº 10, jul/periódicos semestral.

Mendes, Amado João (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Morgado, José Carlos (2012). *O estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso: DE FACTO EDITORES.

Neves, Tiago (Coord.); Cruz, Isabel; Silva & Maria do Rosário (2010). *Ação local no combate à pobreza e exclusão social*. Porto: Livpsic.

Nóvoa, António (Coord.) (1992). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Nunes, Inês Maria Brandão de Pinho (2015). *A adaptação do bebé ao contexto de creche: relação família-creche, envolvimento da criança e qualidade das interações*. Tese de Mestrado, Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pais, José Machado (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, 53-70.

Pereira, Fátima (2010). *Infância, educação escolar e profissionalidade docente – um mapeamento social dos discursos em formação inicial de professores*. Lisboa: FCG, FCT.

Popkewitz, Thomas (1988). Los paradigmas en la ciência de la educacion: Sus significados y la finalidade de la teoria. In *Paradigma e ideologia en investigación educativa*. (pp. 61-68). Madrid: Modadori. Retirado de: <https://pt.scribd.com/document/111141714/Popkewitz-Paradigma-e-ideologia-en-investigacion-educativa>. Data: 15 de setembro de 2018.

Quintães, Cláudia Raquel Pereira (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.

Raymond, M. Thomas (1996b). Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 2, 21-139.

Salgado, Jorge (2010). Las desigualdades desde una perspectiva de complejidad: hacia un epistemología teórico-normativa del conflicto social. *Revista de Paz y Conflictos*, Madrid, 2, 44-58.

Sarmento, Manuel Jacinto (2002). Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação, Sociedade & Culturas*. nº 17, 13-32.

Sarmento, Manuel Jacinto (2004). *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. Instituto de Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho.

Sarmento, Manuel Jacinto & Gouveia, Maria Cristina de Soares. (Orgs.) (2009). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sarmento, Manuel Jacinto & Pinto, Manuel (1997). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança.

Sebastião, João (1998). *Crianças da rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

Silva, Sofia Marques da (2010). *Da Casa da Juventude aos confins do mundo: etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.

Soares, Regina (2000). *A cidade das pessoas. Redes sociais para a ação*. Gabinete de Estudos e Conjuntura – Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: Alfaprint, LTDA.

Souza, Candida de & Paiva, Ilana Lemos de (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (pp. 353-360). Retirado de: www.scielo.br/epsic Data: 20 de Agosto de 2018.

Stoer, Stephen (1998). Educação escolar e exclusão social. Entrevista com Stephen Stoer. *A página da educação*. nº 65. Retirado de: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=65&doc=7255> Data: 18 de Julho de 2018.

Tomé, Maria Rosa (2003). *A criança e a delinquência juvenil na Primeira República*. Coimbra: Projecto Atlântida.

Tomé, Maria Rosa (2010). A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura. 481-500.

Touraine, Alain (1998). *Igualdade e diversidade: O sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC.

UNICEF (1989). *A Convenção sobre os Direitos da criança*. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf Data: 17 de Agosto de 2018.

Vala, Jorge (1990). *A análise de conteúdo*. In Augusto Silva & José Pinto (Eds.) *Metodologia das ciências sociais*. (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Leis

Lei Tutelar Educativa – LTE (Lei nº 166/99)

Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=542&tabela=leis

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP (Lei nº 147/99)

Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_miolo

Lei de Bases do Sistema Educativo Português – LBSE (Lei n.º 46/86)

Disponível em:

http://www.ipvc.pt/sites/default/files/lei46_1986.pdf

Órgãos de proteção

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ

Disponível em:

<https://www.cnpdpj.gov.pt/>

Convenção sobre os Direitos da Criança - CDC

Disponível em:

http://www.seg-social.pt/documents/10152/151203/convensao_sobre_direitos_crianca/6c0e0f0e-83eb-4931-a632-f0eb28ae57fb

Organização Tutelar De Menores – OTM

Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=550&tabela=leis

Relatórios

Relatório CASA 2016 -

Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens

Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7

EU-SILC 2018 -

Pobreza e exclusão social em Portugal 2016-2017

Disponível em: <https://www.eapn.pt/ficheiro/477a26c1bf4e063db5388b88cfb027a2>

APÊNDICES

I. Apêndice – Consentimento informado ao diretor

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Ex.mo Sr. Padre Júlio,

Solicitamos a sua colaboração na pesquisa “A educação de crianças em situação de vulnerabilidade social: perspetivas sobre a Casa do Gaiato de Paço de Sousa”, referente a uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação em realização na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - FPCEUP, sob orientação da Professora Doutora Fátima Pereira.

A pesquisa tem como objetivo principal identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)integração social. Para tal fim, realizar-se-á uma recolha de dados, através de entrevistas de tipo biográfico a cinco pessoas que estiveram institucionalizadas na Casa do Gaiato (ex-gaiatos), de entrevistas semidiretivas a duas funcionárias (não gaiatos) e ao responsável pela Instituição.

As entrevistas terão em média, a duração de 1h, e serão agendadas em horário conveniente para ambas as partes. Será, ainda, realizada uma coleta e análise de documentos que permitam compreender os processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa.

As informações serão recolhidas através de uma gravação de áudio, e serão confidenciais e anónimas, prevendo-se não provocar nenhum desconforto aos participantes. Os participantes podem desistir a qualquer momento da sua participação sem qualquer consequência nefasta.

Depois do estudo concluído, a gravação de áudio será destruída e os resultados da pesquisa serão apresentados em sessão pública na data que vier a ser definida para a defesa da dissertação.

Declaro concordar e colaborar com a realização do estudo.

Assinatura do Diretor

Caso necessite de mais informações relativa ao estudo, por favor contacte a mestrande: Daiane Valasques pelo e-mail daianevalasques@hotmail.com ou pelo telemóvel 910 948 129.

II. Apêndice – Consentimento informado aos antigos gaiatos

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicitamos a sua colaboração num estudo referente à minha dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, em realização na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - FPCEUP, sob orientação da Professora Doutora Fátima Pereira.

A pesquisa tem como objetivo principal identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)integração social. Para tal fim, pleiteamos a sua participação numa entrevista gravada, em que nos conte um pouco da sua história de vida antes da Casa do Gaiato, após sua entrada e durante sua estadia na Casa, como também sobre suas perspetivas de futuro.

Sua participação é voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista em qualquer momento se assim o desejar. Tudo o que disser será estritamente confidencial e depois do estudo concluído, a gravação de áudio será destruída.

Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma maneira sobre a continuidade da Obra da Rua.

Na apresentação dos resultados das entrevistas, iremos particularizar alguns aspetos das histórias de vida narradas. Desse modo, gostaríamos de saber se aceita participar desta entrevista e se autoriza a gravação da mesma.

Data: ____/____/____

Assinatura da investigadora

Assinatura

III. Apêndice – Consentimento informado às funcionárias

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicitamos a sua colaboração num estudo referente à minha dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, em realização na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - FPCEUP, sob orientação da Professora Doutora Fátima Pereira.

A pesquisa tem como objetivo principal identificar e compreender efeitos de processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa, com crianças e jovens aí institucionalizados, na sua (re)integração social. Para tal fim, pleiteamos a sua participação numa entrevista gravada, em que nos conte um pouco sobre seu percurso profissional na Casa do Gaiato de Paço de Sousa no que tange as vivências que pode partilhar com os gaiatos.

Sua participação é voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista em qualquer momento, se assim o desejar. Tudo o que disser será estritamente confidencial e depois do estudo concluído, a gravação de áudio será destruída.

Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma maneira sobre a continuidade da Obra da Rua.

Na apresentação dos resultados das entrevistas, iremos particularizar alguns aspetos narrados. Desse modo, gostaríamos de saber se aceita participar desta entrevista e se autoriza a gravação da mesma.

Data: ____/____/____

Assinatura da investigadora

Assinatura

IV. Apêndice – Guião de entrevista ao diretor

GUIÃO DE ENTREVISTA AO DIRETOR

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ASPETOS ESPECÍFICOS	OBSERVAÇÕES/PERGUNTAS
PARTE I Sobre a Casa do Gaiato de Paço de Sousa	- Ampliar conhecimentos de ordem organizacional sobre a Casa.	- Fundação; - Organização funcional da Casa; - Horários e regras; - Objetivos; - Apoio de terceiros; - Principais dificuldades; - Avanços; - Propósito futuro para a Instituição.	<p>- Fale um pouco sobre o surgimento da Casa do Gaiato de Paço de Sousa. (De que forma pode me descrever o principal objetivo desta Instituição? Que tipo de preocupações sobre as crianças e os jovens estiveram na fundação da Casa? Porque optou por ser diretor desta Instituição? O que mais lhe motiva no trabalho que desenvolve aqui? Em que aspeto considera que a Casa evoluiu depois de anos de trabalho com as crianças e os jovens?)</p> <p>- Fale um pouco sobre a parceria da Casa com o Estado e a comunidade; (Quem são seus principais parceiros? Como a Casa se mantém operante há tantos anos? Atualmente qual a principal dificuldade da Casa do Gaiato de Paço de Sousa? Existe alguma meta para um futuro próximo?)</p> <p>- Fale um pouco sobre os critérios e procedimentos de ordem funcional da Casa. (Como a Casa se organiza em relação aos horários e as regras? Como faz para que os gaiatos sigam tais regras? Quais os regulamentos internos e externos?)</p>

<p>PARTE II</p> <p>Sobre as relações interpessoais</p>	<p>- Compreender como ocorrem as relações entre os gaiatos, funcionários e o diretor, assim como sobre as relações dos gaiatos no contexto familiar, escolar, de trabalho e de comunidade.</p>	<p>- Práticas e dinâmicas;</p> <p>- Relacionamentos;</p> <p>- Sociabilidade;</p> <p>- Integração Social;</p> <p>- Acolhimento das crianças e jovens;</p> <p>- Modelos de atuação.</p>	<p>- Fale um pouco sobre as práticas e dinâmicas que a Casa promove e legitima. (Podemos afirmar que as mesmas propiciam a sociabilidade entre os gaiatos? De que forma?)</p> <p>- Fale um pouco sobre a relação do gaiato com a sua família de origem. (Após a chegada do gaiato à Casa como se estabelece a sua relação com a família de origem? Existe a alternativa de reintegrá-lo na sua família de origem? Como a Casa e seus funcionários lidam com as relações socio-familiares adversas dos gaiatos?)</p> <p>- Fale um pouco sobre a relação dos gaiatos com os funcionários, inclusive com o Diretor. (Como ocorre o processo de acolhimento das crianças e jovens? Como o Senhor, os funcionários e os gaiatos procedem diante a criança ou jovem que chega a Instituição? Quais as concepções que a Casa do Gaiato e os seus funcionários têm do seu papel de intervenção? Como os mesmos cooperam com a autonomia dos gaiatos em seu dia a dia? Como se dá a resposta dos profissionais às exigências emocionais e carências dos gaiatos? Como a Instituição lida na resolução de traumas como o abandono familiar, negligência ou abuso a que foram passíveis alguns gaiatos? Existe uma parceria da Casa com outros profissionais de saúde? Como prepara seus funcionários para lidar com os problemas dos gaiatos, uma vez que os mesmos não possuem formação especializada?)</p>
--	--	---	---

			<p>- Fale um pouco sobre as estratégias de integração social praticadas pela Casa do Gaiato de Paço de Sousa.</p> <p>(Os gaiatos participam de atividades lúdicas dentro e/ou fora da Instituição? Que atividades a Casa promove? A Casa já passou por alguma situação em que não foi capaz de intervir com a criança ou jovem e precisou ceder ao Estado a resolução do problema? De que forma procedeu?)</p>
--	--	--	---

PARTE III Relevância dos processos educativos da Casa do Gaiato de Paço de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os processos educativos desenvolvidos na Casa do Gaiato de Paço de Sousa com crianças e jovens aí institucionalizados; - Conhecer práticas de (re)integração social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas aprendizagens e experiências; - Mediações; - Formação para o futuro (responsabilidade social, capacitação); - Desinstitucionalização e desvinculação da Casa do Gaiato; - Relações com a formação profissional; - Relações com o mundo do trabalho. 	<p>- Fale um pouco sobre a proposta educativa da Casa. (Quais as estratégias de promoção do projeto de vida junto aos gaiatos? Tal proposta baseia-se em alguma Lei? Quais as ações, medidas e programas desenvolvidos pela Casa e destinados a aumentar o bem-estar e a qualidade de vida dos gaiatos?)</p> <p>- Fale um pouco sobre o processo de autonomização e adaptação à vida independente presente nos processos educativos da Casa. (Como a Casa promove a autonomia, logo a aquisição de competências aos gaiatos para a vida adulta? A individualidade e privacidade do gaiato é respeitada? De que forma? Cite como exemplo uma ação educativa promotora de subjetivação autêntica e uma autonomia real realizada recentemente com os gaiatos.)</p> <p>- Fale um pouco sobre a mediação: socioeducativa; escolar; comunitária e intercultural exercida pela Casa;</p> <p>- Fale um pouco sobre os ensinamentos religiosos praticados pela Casa? (Acredita que os mesmos contribuem no direcionamento do gaiato para uma vida harmoniosa?)</p> <p>- Poderia me descrever como ocorre o processo de desinstitucionalização dos gaiatos? <i>Gomes, 2010, p. 153 cita que “... o acolhimento é uma fase transitória para preparar o futuro.”</i> (Como a Casa e o Sr., enquanto Diretor, interpretam e põem em prática esta frase? Na sua opinião, o que deve ser feito para melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens que estão em outras Instituições de acolhimento?)</p>
---	---	--	--

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou comigo. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma maneira sobre a continuidade da Obra da Rua.

V. Apêndice – Guião de entrevista aos antigos gaiatos

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ANTIGOS GAIATOS

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ASPETOS ESPECÍFICOS	OBSERVAÇÕES/PERGUNTAS
Bloco Introdutório	- Dar início à entrevista: explicar o objetivo da pesquisa e motivar o entrevistado.	- Proximidade e segurança com o ex gaiato.	- Fazer leitura e solicitar assinatura do consentimento informado para que seja possível citar no trabalho partes de sua narrativa.
PARTE I Perceções sobre a vivência ANTES da Casa do Gaiato	- Solicitar o relato sobre como era sua vida antes de se tornar gaiato; - Fixar-me no passado e tentar com que o ex-gaiato relembre de acontecimentos marcantes que aconteceram em sua vida.	- Organização familiar; Origem socioeconómica; clima familiar; - Relação com a família; - Relação com os pares; - Relação com a comunidade; - Incidentes críticos, acontecimentos ruins; - Pessoas significativas; - Frequência; (In)Sucesso e (In)Adaptação escolar; - Condições materiais de vida; - Acesso à Casa do Gaiato.	- Fale um pouco sobre o local onde nasceu. (Onde e com quem morava? Como era a sua casa? Gostava de morar em sua casa? Por quê? Que recordações tem enquanto criança? Apresentava algum problema de saúde? É capaz de me dizer quais eram as vossas principais dificuldades?) - Fale um pouco sobre sua relação com sua família. (Quantos irmãos tem? O que faziam seus pais? Que imagem tem deles? Com quem ficava em casa? Houve alguém, além dos seus pais, que o “criou” ou tomou conta de si, durante a infância? O que relembra sobre a forma como os seus pais ou responsáveis o tratavam?) - Fale um pouco sobre sua relação com os vizinhos da comunidade e amigos. (Participava de algum grupo da igreja ou fazia parte de algum grupo da comunidade? O que costumava fazer para se divertir?)

			<p>- Fale um pouco sobre sua escola.</p> <p>(Será que é capaz de descrever como era a sua rotina diária? Como e com quem ia à escola? Gostava de lá estar? Achava que a escola era algo importante para si? Interrompeu os estudos em algum momento? Como era sua relação com seu professor e colegas? Qual era sua maior dificuldade na escola? Quem o ajudava nos trabalhos escolares?)</p> <p>- Lembra-se de algum facto marcante em sua vida? Algo de muito bom que lhe tenha acontecido. E de algo ruim?</p> <p>(Com quem estava? Eram pessoas importantes para si? Quem eram seus amigos?)</p> <p>- Fale um pouco como tomou conhecimento sobre a Casa do Gaiato.</p> <p>(Alguém o incentivou a ir para Casa do Gaiato? Quem? Com quem chegou à Casa? Estava sozinho ou acompanhado? Lembra-se do 1º momento em que chegou à Instituição? O que sentiu? O que recorda desse momento? Que expectativas tinha? Quais os seus planos a partir dali? O que pretendia fazer? Tinha algum receio de como seria sua vida na Casa? Qual era seu conhecimento do mundo?)</p>
--	--	--	--

<p>PARTE II</p> <p>Percepções sobre as vivências APÓS entrada na Casa do Gaiato e DURANTE a estadia na Casa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar relatos sobre aspetos de sua vida após sua entrada na Casa, designadamente, rotinas e pessoas significativas; - Identificar processos educativos vividos na Casa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação na Casa do Gaiato; - Organização de sua rotina diária; - Mudança de comportamento; - Relação com a família de origem; - Relação com os outros gaiatos; - Relação com a comunidade de Paços de Sousa; - Relação com os funcionários; - Frequência; (In)Sucesso e (In)Adaptação escolar; - Regras de funcionalidade da Casa; - Lazer; - Castigos; - Trabalho. 	<p>- Fale um pouco sobre seu processo de adaptação à Casa do Gaiato.</p> <p>(Foi um período fácil ou difícil? Que idade tinha? Tinha irmãos na Casa? Durante quanto tempo lá viveu? Em algum momento pensou em fugir da Casa? Alguma vez esteve em outra instituição? Onde? Durante quanto tempo?)</p> <p>- Fale um pouco sobre suas rotinas na Casa.</p> <p>(O que se lembra da Casa do Gaiato? Fale um pouco sobre ela. Consegue descrever o dia a dia? Quais eram as rotinas da semana? E do fim de semana? Havia horários? Havia rotinas diárias? Quais eram? Quais eram os momentos de que mais gostava? Estavam divididos por grupo?)</p> <p>- Fale um pouco de como se sentia na Casa.</p> <p>(Como se expressava ou demonstrava seus interesses e opiniões na Casa, ou seja, sua individualidade era respeitada? Pode afirmar que suas necessidades básicas foram supridas? Considera que essa mudança de ambiente tenha contribuído para uma mudança também em seu jeito de ser ou lidar com as pessoas à sua volta? Que representações tinha sobre si na Casa do Gaiato? O que notou de diferente em si, a partir de sua vivência na Casa?)</p>
---	--	--	--

			<p>- Fale um pouco sobre suas relações sociais.</p> <p>(Após sua entrada na Casa, como ficou sua relação com sua família e amigos? A sua família costumava ir visitá-lo? Quem? Com que frequência? Em relação ao diretor, aos outros gaiatos e funcionários da Casa, como ocorreu sua aproximação? De que forma foi tratado? Há alguém que se lembre de que não gostasse? Porquê? Quem era seu amigo favorito? Apresentou algum problema afetivo ou comportamental? Se sim, quais e por quê? Como ocorria sua interação com o meio externo à Casa do Gaiato? Participava de alguma atividade lúdica fora da Instituição? Tinha amigos fora da Casa? Com que frequência os via? De que forma se percebia dentro desta comunidade?)</p> <p>- Fale um pouco sobre as regras e tarefas estabelecidas pela Casa.</p> <p>(Havia regras na Casa? Quais eram? O que achava em relação a essas regras? Em algum momento sentiu-se incomodado em segui-las? Acrescentaria ou retiraria alguma regra? Quais eram suas principais responsabilidades e obrigações na Casa? O que acontecia quando não respeitava as regras? Lembra-se de alguma situação em que tenha sido corrigido/repreendido pelos funcionários ou diretor da Casa? Alguma vez o magoaram ou a outra criança/jovem? Quem? De que forma? Com que frequência? Sobre os ensinamentos religiosos, acha que foram importantes para si? Como ocorreu seu interesse pelas oficinas desenvolvidas pela Casa? Acha que aprender um ofício foi importante para sua entrada no mercado de trabalho? O que considera como o melhor e pior momento de sua vivência na Casa? Sobre as atividades de socialização dentro da Casa, encontros religiosos, lazer, cafés, o que tem a me dizer?)</p>
--	--	--	--

			<p>- Fale um pouco sobre seu percurso escolar e profissional.</p> <p>(Andou na escola dentro ou fora da Instituição? Estudou até que ano? O que achava da escola? Como foi estudar em uma nova escola? Foi bem-recebido? Fez amigos rápido? Como e com quem ia à escola? Como era a sua relação com os professores e colegas? Como era o seu desempenho escolar? Qual era sua maior dificuldade? Quem o ajudava nos trabalhos escolares? Frequentou algum curso de formação profissional fora da Casa? Qual? O que achava do curso?)</p>
--	--	--	---

<p>PARTE III</p> <p>Perceções sobre perspetivas futuras</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender como o ex-gaiato adulto se percebe na sociedade; - Analisar até que ponto os processos educativos da Casa do Gaiato de Paço de Sousa contribuíram para sua (re)integração social e formação enquanto ator social e sujeito de cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saída da Casa do Gaiato; - Autonomia; Identidade e Subjetividade; - Educação; - Trabalho; - Família; - Sociedade. 	<p>- Fale um pouco sobre sua saída da Casa do Gaiato de Paço de Sousa.</p> <p>(Com que idade saiu da Casa? Porque saiu? Foi uma decisão sua ou uma imposição de outrem? Como se sentiu nessa altura? Quem o apoiou neste momento? Após este momento, o que aconteceu?)</p> <p>- Fale um pouco de que forma utiliza os conhecimentos adquiridos na Casa do Gaiato em sua vida, atualmente.</p> <p>(O que aprendeu na Casa do Gaiato? Que aprendizagens fez na Casa e que considera de mais valia para a sua vida? De que maneira a vivência na Casa do Gaiato influenciou a sua vida? Como a formação que teve na Casa o ajudou a enfrentar algumas dificuldades de sua vida diária? Existe para si um modelo ou referencial de pessoa durante seu percurso na Casa do Gaiato? Quem? Por que a tem como exemplo? O que representa ou representou a Casa do Gaiato para si? Como pensa que poderia estar a sua vida se não tivesse vivido na Casa do Gaiato? Teria tido as mesmas oportunidades e aprendizagens? Como acha que estaria? Apesar de todas as dificuldades pelas quais passou na vida, se sente contente/grato por ter vivido na Casa?)</p> <p>- Fale um pouco de que forma dá seguimento ao seu projeto de vida, ao nível pessoal, familiar, profissional e económico.</p> <p>(Como descreve sua relação em família? Gosta do seu trabalho atual? Se pudesse teria uma outra ocupação? O que gosta de fazer no tempo livre? Mantém contacto com alguém da Casa do Gaiato de Paço de Sousa? Com quem? Quais as suas aspirações, motivações ou interesses? Como se sente neste momento? Qual a representação de si enquanto sujeito de direitos e deveres na sociedade? O que pensa sobre o mundo de hoje?)</p>
---	---	--	--

			- Gostaria que escolhesse uma palavra para descrever a sua vida na Casa do Gaiato.
--	--	--	---

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou comigo. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma maneira sobre a continuidade da Obra da Rua.

VI. Apêndice – Guião de entrevista às funcionárias

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS FUNCIONÁRIAS

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ASPETOS ESPECÍFICOS	OBSERVAÇÕES/PERGUNTAS
Bloco Introdutório	- Dar início à entrevista: explicar o objetivo da pesquisa e motivar a entrevistada.	- Proximidade e segurança com a funcionária.	- Fazer leitura e solicitar assinatura do consentimento informado para que seja possível citar no trabalho partes de sua narrativa.
PARTE I Relação com os gaiatos da Casa de Paço de Sousa	- Compreender como se promove a relação entre as funcionárias e os gaiatos.	- Relações interpessoais; - Acolhimento/ Cuidado; - Responsabilidade.	- Fale um pouco sobre sua relação afetiva com os gaiatos. (Na maioria das vezes, como ocorre o primeiro contacto e o processo de acolhimento ao gaiato recém-chegado a Casa? Como responde às exigências emocionais e carências dos gaiatos? Sente-se preparada a lidar com os problemas detetados nos gaiatos, uma vez que não possui formação especializada? De que forma age frente as individualidades e necessidades demonstradas por eles?)
PARTE II - Contribuição da funcionária na re(inserção) dos gaiatos	- Identificar a dedicação e cuidado da funcionária na formação humana, educacional, social cultural e religiosa dos gaiatos.	- Troca de saberes; - Ensinaamentos.	- Fale e se possível nos conte através de suas vivências como contribui na re(integração) do gaiato na sociedade. (Qual a conceção que tem do seu papel de intervenção com essas crianças e jovens? Como coopera para a autonomia dos gaiatos em seu dia a dia? Que tipo de relação estabelece para que eles compreendam e atuem como sujeitos de direitos e de deveres?)

			<ul style="list-style-type: none">- Gostaria que contasse a história de um gaiato em especial, que pode acompanhar desde a chegada até à saída da Casa.- Gostaria que escolhesse uma palavra para descrever seu trabalho com as crianças e jovens da Casa do Gaiato.
--	--	--	---

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou comigo. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma maneira sobre a continuidade da Obra da Rua.

VII. Apêndice – Tabela da análise de conteúdo

Percepções sobre a vivência ANTES da Casa do Gaiato de Paço de Sousa

▪ Relação com a família

a) Origem socioeconómica

“Eu morava com a minha família... Mas só que a nossa casa foi destruída. Na altura eram tempo de guerra. Andávamos sempre a fugir da guerra.” (Chico)

“Eu nasci (...) no seio de uma família pobre. Vários irmãos éramos oito irmãos... nove, nove irmãos. E, pronto, e fiz a minha infância toda lá, não é? Um miúdo digamos sim, que andava ao Deus dará porque a mãe trabalhava, o pai trabalhava, portanto, andava na rua. (...) E, portanto, era um miúdo que se pode caracterizar, vivia na rua, de bairro.” (Ludgero)

“Não tínhamos um bem-estar... Por exemplo, a casa onde eu nasci não tinha água não tinha luz, onde depois cresci também não.” (Ludgero)

“Onde eu nasci foi na baixa junto ao mercado do Olhão era tudo pobre, pescadores... Éramos todos pobres. E depois viemos para a parte alta da cidade ainda para uma casa sem água e sem luz.” (Ludgero)

“E depois fomos para um bairro e a partir daí, no bairro, a vida melhorou muito porque já tínhamos água, já tínhamos luz, já não se pagava tanto da renda. Provavelmente se calhar os meus pais... Eu era miúdo, portanto, deduzo que eles também ganhassem mais, portanto, já tínhamos televisão...” (Ludgero)

“Os meus pais eram pobres. Morei as tantas quase em frente ao café onde o meu pai trabalhou, que era engraxador de sapatos (...) e era um bocado alcoólico e éramos 5 irmãos (...), 2 de parte de mãe, 3 por parte de pai e mãe. Inclusivamente eu fui sempre o mais cristo, o mais prejudicado.” (Neves)

“A minha mãe ficava em casa.” (Neves)

“Antigamente havia aquelas padeiras com cestos nas bicicletas que iam entregar o pão às casas, aos prédios e eu controlava-as a subida e a descida que era para poder sobreviver, tirava um pão ou dois só para comer não era para mais nada. Nunca roubei, se não para comer.” (Neves)

“Inclusivamente, dormia dentro dum carro, atrás da Capela, dormia em qualquer lugar...” (Neves)

“Como eu fui criado, era um menino da rua, né?” (Neves)

“Somos nove só que a minha mãe, eles iam crescendo não é, e a minha mãe ia dando percebe?” (Tiro-liro-ló)

“(…) eu também era um bocadito, não era muito sossegado não é, porque fugia, chegava tarde a casa, pronto, a minha infância era de menino da rua ao fim e ao cabo.” (Tiro-liro-ló)

“(…) o meu pai acho que já estaria reformado, e vendia peixe porta á porta e a minha mãe trabalhava numa conserveira de fazer conservas de peixe, de sardinha de cavala.” (Tiro-liro-ló)

“(…) fome não passava, faltar coisas nunca faltavam. O que faltava era, portanto, o pai e a mãe serem companheiros, saber tomar conta dos filhos ao fim e ao cabo, porque a minha mãe, ah, a minha mãe todos os anos tinha um filho, não é? Se era ano sim, ano não, uma diferença de ano e meio ou assim. Para poder sustentar ela tinha de trabalhar e se faltava ao trabalho num recebia, e o meu pai não trabalhando não é, ou estando bêbado...” (Tiro-liro-ló)

“A ideia que eu tenho, daquilo que eu me lembro, era viver com uma série de irmãos, nós eramos 10 irmãos, não vivíamos todos lá.” (Cenoura)

“Tenho vagas ideias, pronto, aquilo era um bairro social, não muito conceituado, tinha muitos ciganos, não tenho nada contra eles, mas na altura era uma zona de droga, roubos, eu lembro-me de ver uma pistola no chão e pegar.” (Cenoura)

“A minha mãe era doméstica. Não sabia ler nem escrever, mas era muito trabalhadora.” (Cenoura)

b) Relação afetiva com seus pais e irmãos

“Eu não tinha dificuldade nenhuma, porque eu tinha tudo né? Eu tinha uma família, era uma família boa, tinha tudo.” (Chico)

“Minha mãe era carinhosa, o meu pai era mais rude. Bebia...” (Ludgero)

“O tratamento que nosso pai nos dava não era, enfim... Podíamos considerar relativamente violento embora a mim me tenha batido poucas vezes, mas os mais velhos batiam mais. Também com a idade ele foi ficando doente, portanto, já não tinha tanta força.” (Ludgero)

“Uma família disfuncional, digamos assim.” (Ludgero)

“Não havia, assim, grande contato.” (Ludgero)

“Entre o trabalho e casa ele embriagava-se, portanto, aquilo era um bocado difícil.” (Ludgero)

“(...) eu com 5 anos andava sempre atrás do meu pai, meu pai batia-me, eu fugia daqui para acolá, ia para casa de uma tia.” (Neves)

“Batia muito, chegava-me a ferrar com os dentes nos meus lábios, pegava-me nas orelhas levava-me ao teto.” (Neves)

“Sempre a bater-me e eu parecia um burro de porrada, portanto.” (Neves)

“A minha mãe não fazia nada acho que ainda ajudava a missa. (...) Em que eu levasse mais que os outros.” (Neves)

“Os meus pais a mim nunca me deram nada!” (Neves)

“O pior momento da minha vida acho que foi os meus pais.” (Neves)

“É assim, eu num me queixava muito, só me custava às vezes era do meu pai, por exemplo, estava bêbado num é, e pronto, e batia na minha mãe e tal, batia-nos em nós...” (Tiro-liro-ló)

“(...) o trauma, quer dizer, que eu tenho se calhar foi não ter pai e mãe toda a até ser adulto, não é? Pronto, ou a minha infância não ter um pai e uma mãe.” (Tiro-liro-ló)

“(...) a minha mãe andava sempre preocupada connosco num é, agora, por exemplo não me recordo da minha mãe me ter batido...” (Tiro-liro-ló)

“Eu só vi o meu pai uma única vez na vida (...) Não faço ideia do rosto do meu pai, não tenho a mínima noção.” (Cenoura)

“(...) um dia a minha mãe foi fazer puré, que eu gostava muito, para me dar. É das poucas recordações que eu tenho dela. Não tenho mais nada, infelizmente.” (Cenoura)

“(...) eu tenho irmãos que têm idade para serem meus pais, por isso nunca aceitaram muito bem o meu pai, embora, a nós, nós tratamo-nos bem, embora a relação não seja a mesma que eu tenho com os que cresceram comigo no Gaiato.” (Cenoura)

▪ Relação com a escola

a) Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar

“Nós não tínhamos escola lá. Nós tínhamos, como eu ei de dizer, havia alunos que frequentavam lá, como é que se chama aquilo... o alcorão.” (Chico)

“Mais tarde, quando saímos dessa aldeia e fomos a ‘Tito’ que já era uma vilazita e aí já não estudava o alcorão, aí já estudava o português numa escola como muitos alunos e com livros, lapiseiras, borracha... Etc., já era diferente. Foi aí que eu comecei a aprender o abecedário.” (Chico)

“Fiz a 4ª classe lá.” (Ludgero)

“Ia sozinho normalmente. Faltava quando faltava... ia quando ia...” (Ludgero)

“Chumbei, mas quando passei da 1ª para 2ª logo no primeiro ano acabei por fazer a primária em quatro anos na mesma.” (Ludgero)

“Quando fui então a entrada para a escola, então, acho que se tornou ainda muito mais pior a minha vida. Acho que era sempre a mesma coisa... saía de casa, porrada levava; entrava na escola, porrada levava.” (Neves)

“Portanto, fui para a escola não é, e também na escola, só que, tanta porrada que levava eu fui obrigado a fugir da escola.” (Neves)

“Tudo que eu passava em casa levava tudo para a escola e quando chegava a escola, primeiro não fazia os deveres.” (Neves)

“Nós tínhamos a infância, pré-escola, não é? Só que a gente fugia e depois a minha mãe andava sempre à procura de nós ou para saber de nós, mais ou menos isso.” (Tiro-liro-ló)

“Quando eu era pequenino eu lembro-me de ter ido para primaria e depois, andava sempre na rua, quer dizer, em vez de ir pá escola andávamos na vadiagem.” (Tiro-liro-ló)

“Ia sozinho. A escola era perto. Ia a pé com o meu irmão...” (Cenoura)

“Eu gostava muito da escola. (...) Os meus irmãos diziam que eu gostava muito de livros, e lia bastante, devorava os livros da escola.” (Cenoura)

b) Relação com os professores e com os colegas

“Tínhamos um cherno¹⁶, um homem. (...) Cherno era o professor.” (Chico)

“Era uma relação com os nossos colegas, na altura. Mas depois foi tudo esquecido, foi tudo esquecido.” (Chico)

(...) eu ainda tive três professoras na primária. Da 1ª a 2ª, a 3ª e depois da 3ª e 4ª. Aí tive um professor, marido da primeira professora que tive. Mas tive uma boa... Na primária não tive... Não me lembro de estudar. Assim, fazia os TPC? Não me lembro. Agora, fiz o aproveitamento? Fiz, porque saí de lá com 11 anos com a 4ª classe feita e entrei com 7 anos na primária, então...” (Ludgero)

¹⁶ Sábio muçulmano que se dedica a ensinar às famílias as leis, os preceitos e os rituais do Islão.

“Ia sempre sozinho para a escola, com colegas meus.” (Neves)

“Eu nunca me desabafei com... Aliás as professoras nunca, nunca, nunca me procuraram para saber qual era o motivo que eu tinha, qual era a minha raiva, né?” (Neves)

“Lembro-me de ir à escola, na primeira classe, ir para casa e convivia com os meus colegas de escola.” (Tiro-liro-ló)

▪ **Relação com a comunidade de origem**

a) Relação com os amigos

“(...) ali não tínhamos ninguém. Não tínhamos nem tio, ninguém. Ficava muitas vezes no restaurante da minha madrinha, que era para onde minha mãe ia depois da fábrica, trabalhar. Portanto, ficava por ali na redondeza, estava sempre por ali.” (Ludgero)

“(...) que me dava o pão, os brinquedos. É o seu ‘peixinho’, não sei se ainda é vivo ou se não. É... pessoas que estavam chegadas a minha tia que agora não me lembro assim o nome delas, isso já vai há muito tempo, né? E o seu ‘marujo’ acho eu. Foram as pessoas mais importantes.” (Neves)

“Era com, ou era com o meu irmão ou com os meus amigos, lá da terra. Éramos... chamávamos uma ceita, um grupinho num é, pronto, e íamos fazer asneiras e tal essas coisas todas.” (Tiro-liro-ló)

“(...) a minha mãe trabalhava em vários sítios e recordo-me que era uma, tipo uma tabernazita (...) a gente ia para lá e tinham lá uns senhores que tomava conta de nós (...) a gente ficava lá e comíamos, se calhar jantava e almoçava...” (Tiro-liro-ló)

b) Lazer

“Andava sempre aqui na rua, andava pela rua.” (Neves)

“Ia para a rua (risos). Ia para a rua brincar, fazer qualquer jogo, correr, jogar à apanhada...” (Cenoura)

Perceções sobre a vivência APÓS entrada na Casa do Gaiato de Paço de Sousa e DURANTE a estadia na Casa

▪ Chegada à Casa do Gaiato

a) Motivo

“Eu vim para Portugal no tempo da guerra.” (Chico)

“Para acabar a tristeza, foi deixar a minha família para trás. Foi muito triste. Eu ainda me lembro quando em Bissau despedi de minha mãe, ela na camioneta e eu fui levado pelas tropas para o aeroporto. É uma tristeza. É uma tristeza autêntica.” (Chico)

“Porque eu cheguei através dos meus irmãos.” (Ludgero)

“(…) no meu caso, não foi uma decisão da minha mãe, foi minha. Eu que escrevi a pedir para poder ir para lá.” (Ludgero)

“Não sei se eles falavam bem, mas o que me levou a ir para lá não foi isso. Foi, eu querer estudar. E, portanto, embora fosse miúdo já queria ter uma profissão. Aquelas coisas que os miúdos têm.” (Ludgero)

“Não foi um pedido, minha mãe não se importou e pronto.” (Ludgero)

“‘Aquela casa não é minha!’ Então eles lá arranjaram e essas duas pessoas então meteram-se no meio e eu então disse: ‘Olha, essa não é a minha casa, aqueles não são os meus pais e eu prefiro ir para uma casa de correção por que sim, tenho onde ficar.’” (Neves)

“(…) porque aliás eu fui através do tribunal lá depois, né? Eles assinaram um documento...” (Neves)

“A minha mãe, como trabalhava numa fábrica de conservas havia um sindicato e nesse sindicato, a presidente conhecia a obra, conhecia o Gaiato. E através dessa senhora falou com a minha mãe se queria que a gente fosse. Primeiro foi o meu irmão mais velho, passando dois anos fui eu.” (Tiro-líro-ló)

“(…) através de uma irmã que para mim é como se tivesse sido mãe... Na altura ela é que se preocupou, tratou junto com o padre da freguesia de arranjar um sítio para os dois irmãos mais novos, que era eu e o meu irmão Paulo.” (Cenoura)

b) Principais dificuldades

“Aquilo era tudo estranho. Era tudo estranho, tudo, tudo...” (Chico)

“Por exemplo, nós nunca tínhamos visto uma mulher branca (risos), foi a primeira vez. E crianças pequeninas... Nós estávamos habituados a ver tropas, mas nunca víamos crianças pequeninas, nem mulheres brancas, nem nada disso. E o ambiente era totalmente diferente. Um frio que fazia na altura.” (Chico)

“O primeiro choque quer dizer quando você chega lá é ter que trabalhar.” (Ludgero)

“Foi um choque no sentido que eu não estava a espera que fosse para trabalhar. Trabalhar num sentido que a gente tem aqui trabalho. É ocupação dos tempos livres, digamos assim, porque a gente trabalhava quando não tinha escola. Quando tinha escola, estava na escola. Não é trabalhar no sentido da produção. Tínhamos que fazer algumas tarefas, tínhamos que varrer aquilo, tínhamos que ajudar na cozinha, tínhamos que ajudar na rouparia, tínhamos que ajudar com os animais. É uma quinta há sempre trabalho para fazer e todos trabalhavam neste sentido. Não é trabalhar das 08hs às 21hs...” (Ludgero)

“Foi um bocado complicado aí na entrada do Gaiato.” (Neves)

“Foi difícil para mim porque eu vinha da rua, não tinha horário de entrar dentro de casa, não tinha horário de comer, não tinha aquelas regras que eles tinham lá, né?” (Neves)

“É assim, era difícil porque a gente tinha de acordar cedo, às 7 da manhã...” (Tiroliro-ló)

“O primeiro tempo foi difícil porque eu fazia chichi na cama (risos) e a gente, quem fazia, tínhamos uma camarata, aquilo era dividido por três, os grandes, os médios e os pequenos, só que dos pequenos havia uma camarata que era dos que faziam chichi. A luta foi eu sair dali, daquela camarata que eu num queria ser (...) E quem fizesse tomava banho de água fria, e no inverno imagina! E eu lutei, os primeiros tempos, depois lá consegui...” (Tiroliro-ló)

“Senti-me um bocado envergonhado quando fomos, porque disseram-nos para irmos andar de bicicleta e depois ficamos lá. Foi muito triste.” (Cenoura)

“(...) na altura, quando estávamos sozinhos, chorávamos, chorávamos, chorávamos, vinha alguém, limpávamos as lágrimas, fazíamos de fortes...” (Cenoura)

“(...) a ideia que eu tenho é que não foi fácil. Chorava muitas vezes, de repente vamos dormir para um sítio onde temos mais não sei quantos rapazes, e temos que respeitar horários... muito rígidos.” (Cenoura)

“(...) não é fácil, de repente chegam e deixam uma criança num sítio completamente estranho.” (Cenoura)

“Percebi na altura que ia ali ser o meu futuro...” (Cenoura)

“Não termos carinhos, não termos apoios. Se estamos um bocadinho mais em baixo, não temos... quando eu cheguei, ninguém se pôs à minha beira e que me desse colo, a dizer que as coisas iam melhorar...” (Cenoura)

▪ Regras de funcionamento da Casa

a) Rotina

“Quer dizer: levantávamos, lavávamos, fazíamos a nossa cama, depois íamos para o refeitório tomar o pequeno-almoço, mas antes de tomar o pequeno-almoço tínhamos que rezar (...) Todos juntos. Rezávamos, tomávamos o pequeno-almoço e depois íamos cada um para o seu trabalho. Depois, ao meio dia tocava a sineta, íamos para o refeitório, rezávamos antes de almoçar e depois de almoçar. Nós tínhamos primeiro o trabalho e depois de sairmos do trabalho tocava a sineta e tínhamos que rezar o terço, depois de rezar o terço tínhamos o jantar. Antes de jantar rezávamos, depois de jantar rezávamos novamente. Depois alguns iam ver televisão e outros iam para as camaradas, para as casas. E nas casas, antes de dormir, tínhamos que rezar.” (Chico)

“Aquilo era semana inglesa. Trabalhávamos de manhã e a parte da tarde já não trabalhávamos, no sábado.” (Chico)

“No domingo eu não trabalhava.” (Chico)

“(...) a gente se levantava às 7 menos 10... fazíamos a nossa higiene pessoal, lavar os dentes, a cara, fazer a cama, fazer a oração da manhã e íamos para o refeitório às 07:30hs. (...) Portanto, tínhamos o pequeno-almoço até às oito, oito e pico, depois tínhamos a função, nossa ocupação.” (Ludgero)

“Era fim-de-semana. Era acordar às 8 menos ¼ na mesma, às 7 menos 10 aliás, só que não tinha ocupação.” (Ludgero)

“Já tinha 15 anos, já era o chefe da copa lá que era responsável pela louça da cozinha e do refeitório e tínhamos que lavar. Eu era responsável por uma equipa de 6 miúdos que tinham que lavar a louça e a louça tinha que ficar bem lavada (...)” (Ludgero)

“Ao fim do verão fui para a rouparia e era minha ocupação, era roupeiro, tratava da roupa de todos, passava ferro, dobrava, distribuíamos, pronto, era isso.” (Ludgero)

“Nós era assim... Nós tínhamos o horário de levantar. (...) É, sete e meia entrávamos para dentro do refeitório, era o pequeno-almoço. Oito horas começava a escola. A escola era logo ali perto era só sair do refeitório entrar logo na escola. Depois, dez e meia mais ou menos, saíamos para o recreio, tínhamos uma horita de intervalo ou uma coisa assim do gênero. Entrávamos novamente para a escola. Ao meio dia e meia tocava o sino, íamos comer. Almoçar. Rezávamos a entrada e a saída, agradecer as nossas refeições. (...) Às duas horas tocava o sino para irmos trabalhar. Íamos, portanto, até às quatro horas... Das quatro, entrávamos para as casas para irmos estudar. Seis e vinte tocava o sino, às seis e meia estávamos ali reunidos a beira da capela para rezarmos o terço e acabávamos o terço uns iam para o refeitório ou íamos as nossas tarefas, durante uma semana lavar louças, cada um fazia as suas coisas, o refeitório, íamos reversando essas coisas todas. À noite, olha, estávamos a ver televisão.” (Neves)

“Portanto, a gente acordava às 7 da manhã, rezávamos lá a oraçãozinha da manhã, íamos tomar o pequeno almoço, depois ia pá escola, ao meio dia e meia almoçava. Depois do almoço tínhamos 1 hora de recreio e depois íamos fazer uns trabalhitos... apanhar folhas, pronto, várias atividades. Depois às quatro horas lanchávamos, tocava a sineta para irmos buscar o lanche, íamos buscar o lanche depois íamos estudar um bocadito. Às sete horas tínhamos terço, oito horas tínhamos o jantar... depois víamos televisão até às nove, nove e meia já estávamos na cama.” (Tiro-liro-ló)

“(...) nós tínhamos que trabalhar... eles num queriam que a gente apanhasse vides, por exemplo, das videiras quando cortavam apanhávamos, folhas, limpávamos era mais isso.” (Tiro-liro-ló)

“(...) a partir dos 13 anos já tínhamos que lavar a loiça não é, era uma semana à vez na copa, porque nós tínhamos que lavar a loiça à mão, depois é que bem mais tarde veio uma máquina para lavar a loiça toda porque era praí 200 pratos.... No verão não custava tanto, no inverno custava porque era frio, num havia água quente.” (Tiro-liro-ló)

“Depois eu fui para rouparia tomar conta da roupa. Tínhamos que dar a roupa para eles... Tínhamos que passar a ferro, tínhamos que dobrar a roupa toda e numa saca tínhamos que pôr umas meias, umas cuecas, aquelas coisas todas.” (Tiro-liro-ló)

“(...) sábado de manhã ainda íamos trabalhar, trabalhávamos e depois de tarde tínhamos desporto.” (Tiro-liro-ló)

“Nós levantávamos às 7 menos 10, às sete e meia íamos tomar o pequeno-almoço, às oito horas íamos para a escola... terminava às 12:30. Obviamente havia intervalos para descansar, não é, ao meio dia e meia tínhamos o almoço, saíamos por volta da 13:15/13:30, depois tínhamos tempo livre até às 14h, às 14h tocava o sino para irmos trabalhar, era nos distribuído um trabalho de acordo com a nossa idade, não é, trabalhávamos até às 18h, tínhamos hora do lanche, iam nos levar o lanche ao trabalho, trabalhávamos até às 18h. Depois das 18h até às 19h tínhamos tempo livre, às 19h íamos rezar o terço, depois do terço tínhamos o jantar, depois do jantar íamos estudar e, depois do estudo, lavar dentes, cama.” (Cenoura)

“Eu comecei naturalmente com essa idade, com 7 anos, eu tinha um fascínio para ir rapar as ervas, entre os paralelos, ali perto da casa que nós chamamos “A Casa Mãe” ... Depois começávamos a varrer as ruas com as vassouras que fazíamos de codessos, que é um arbusto que cresce nos montes. Os rapazes que eram mais velhos que eu na altura, iam cortar, com cordas, amarravam e depois faziam vassouras de rua, digamos assim. Nós começamos por limpar as ruas, apanhar o lixo das ruas.” (Cenoura)

“Mas depois fomos subindo, vamos crescendo e ganhando outra responsabilidade e outra maturidade, e vamos tendo outros trabalhos. Tive um ano que trabalhei na lavandaria, tive um ano que trabalhei na reprografia, tive um ano que trabalhei na horta, tive um ano que trabalhei no galinheiro...” (Cenoura)

Já servi, já fiquei na copa a lavar a loiça, depois das refeições ficávamos a lavar a loiça, já fiquei na cozinha a cozinhar para eles, mas isso de acordo com a nossa maturidade e com o nosso desenvolvimento vamos assumindo essas várias tarefas.” (Cenoura)

“Final de semana nós levantávamos na mesma às 7 menos 10, 7 e meia a tomar o pequeno-almoço, às 8 horas íamos trabalhar. Trabalhar das 8 ao meio dia e meia. Á uma hora tínhamos o almoço, tínhamos meia hora para lavar as mãos para irmos para o almoço, almoçávamos até à uma e meia, saíamos e depois tínhamos a tarde livre.” (Cenoura)

b) Adaptação

“A gente gostava praticamente de tudo. Lá a comida era ótima, bem confeccionado e a gente já estava habituado a comer aquilo. Eu a princípio não gostava era de farinha de pau (risos) eu não gostava. Aquilo era Africano e eu não gostava. Mas com a rotina, sabe como é, comecei a gostar. A princípio não ia nada.” (Chico)

“Então, eu comecei a ter mais confiança em mim próprio. Mais confiança e ter mais amigos com quem brincar. Eu já me sentia mais livre.” (Chico)

“Tranquilão. Nunca senti falta da minha mãe, nunca senti falta do meu pai.” (Ludgero)

“Foi um processo tranquilo. (...) tirando o frio, tirando a parte do trabalho (risos) que era pior. Mas sim, mesmo os horários digamos a rigidez.” (Ludgero)

“Eu fui ver a casa, nem me despedir deles nem nada.” (Neves)

“Habituei-me, andei lá para aí mais de um mês habituar-me a casa e a escola, às vezes num ia.” (Neves)

“Isso foi com o tempo. Foi com o tempo.” (Neves)

“Eu habituei-me a casa de tal maneira que o meu maior castigo que eu tive foi quando eu fugi a primeira vez. Levei um nicho de porrada do Padre Moura!” (Neves)

“Adaptei-me completamente... Eu fiquei, eu ainda hoje penso, porque eu depois de está lá via muitos a chegar e começavam a chorar, eu olhava... ‘Chora praí que num te adianta nada. Estás cá!’” (Tiro-liro-ló)

“(...) achei tudo natural vi muitos, pronto, rapazes. Nunca, quer dizer, eu num fui privilegiado, não, só que me adaptei se calhar facilmente e a partir daí fui crescendo, num é?” (Tiro-liro-ló)

▪ Relação com os pares e funcionários

a) Afetividade

“Éramos como irmãos, andávamos como irmãos, dávamos muito bem.” (Chico)

“Eu não tinha pessoas específicas, eram todos. Eu, quer dizer, até acho que era o cozinheiro (risos) era o cozinheiro. Era o mais amigo, quando se chegasse lá e pedia-se qualquer coisa ele dava sempre.” (Chico)

“Acolheram bem e essas pessoas que a gente conhecia até foram amáveis, afetuosas, carinhosas, não tinha nada a dizer delas e fomos nos adaptando progressivamente (...)” (Chico)

“E depois lá cada um tem a sua ocupação nós não andamos sempre juntos. Cada um... Só ao fim do dia que a gente se via ou a hora do almoço, nem dormíamos no mesmo sítio.” (Ludgero)

“Nem era hábito os mais velhos andarem com os mais novos. Havia como é que ei de explicar isto, é simples, os mais velhos têm necessidades e têm alguns vícios que os mais novos não podiam ter. Os mais velhos que fumassem, mesmo que fosse proibido lá fumar, não gostavam que os mais novos vissem. Portanto, não havia... Em determinadas situações os mais novos eram afastados. Portanto, nós quando víamos um mais velho, se ele fizesse cara feia a gente afastava-se (risos) se não fizesse tudo bem. Havia assim uma separaçõzinha em algumas coisas.” (Ludgero)

“Acho que meus pais eram ali, a minha família estava ali presente.” (Neves)

“(...) nunca precisei de nada dos meus pais porque lá não me faltava nada, lá tinha tudo.” (Neves)

“(...) inclusivamente quando chegava a algum rapaz lá, algum irmão lá ao gaiato, não digo praticamente todos, mas alguns, o Padre mandava me chamar para porque choravam assim: ‘Ah! Eu quero a minha mãe, ou quero o meu pai.’ E eu fui um exemplo para eles, que nunca precisei, nunca chorei por meus pais.” (Neves)

“(...) nunca tive saudades, nunca chorei, nunca fiz aquele teatro que, às vezes, os meus irmãos vá, a gente era uma família.” (Neves)

“Eram boas... Portanto, além de ser o que era antes quando lá cheguei ao gaiato, não, eu fui andando, andando, andando, sempre me dei bem com as pessoas...” (Neves)

“Por exemplo, eu ia com ele para Penafiel, eu ia com ele ao Porto, eu ia com ele para lí ou para acolá. Quer dizer nenhum Padre não me tocava senão ele. Qualquer castigo era ele que me dava não era nenhum outro.” (Neves)

“(...) nessa casa, que nós estávamos, os pequenitos tínhamos uma senhora, tipo chefe, tipo a mãe dos 30 rapazes, que nos alevantara, que mandava ir fazer a cama, que fazíamos a oração da manhã, pronto, era uma mãe que nos acorada para ir pá escola...” (Tiro-liro-ló)

“Ela era boa para mim porque eu também me portava bem.” (Tiro-liro-ló)

“(...) foi uma mãe, quer dizer, substituiu.” (Tiro-liro-ló)

“É assim, éramos unidos (...) E depois aquilo era dividido por idades. Por exemplo, o meu irmão tinha o grupo dele, eu tinha o meu grupo, e o mano mais novo, tinha outro.” (Tiro-liro-ló)

“Nós éramos todos amigos uns dos outros...” (Tiro-liro-ló)

“(...) ali éramos muitos, e tomar conta de cada um... Num havia, por exemplo, tens 180 rapazes, num havia um psicólogo, num havia ninguém para falar, percebes? A gente ia crescendo, à nossa maneira.” (Tiro-liro-ló)

“(...) esses é como se fossem meus irmãos de sangue.” (Cenoura)

“No fundo, nós íamos tendo o exemplo dos outros, íamos aprendendo com eles, assumíamos nós as funções.” (Cenoura)

“(...) o padre Carlos foi como um pai para mim e ele muitas vezes pedia-me opinião sobre várias coisas, discutíamos abertamente. (...) Porque, para além de me dar as oportunidades, deu-me responsabilidade, (...) ouvia a minha opinião e notava-se que era uma pessoa ponderada, consciente e sabia ouvir os rapazes. Era uma pessoa que tinha educação para aquilo. E, no fundo, dava-me conselhos.” (Cenoura)

“As primeiras conversas que eu tive de carácter ou teor sexual que eu tive foi com o padre Carlos... E chegamos a fazer praí três ou quatro reuniões sobre isso.” (Cenoura)

“Eu nunca senti assim grande apoio do meu irmão. Eu é que era o apoio dele. Depois, claro, vamos criando relação com outros rapazes e as coisas vão evoluindo. Agora, nem sempre...” (Cenoura)

“(...) isso é uma das lacunas da Casa do Gaiato, é ter alguém que vá ali dar-nos carinho, a dizer “Não chores, vai ficar tudo bem”. Mesmo as senhoras que lá estão, esquecem-se. Nós não temos mimo lá. É uma das lacunas, mas...” (Cenoura)

b) Autoridade

“Nós não podíamos sair, para além da porta não podíamos sair. Só podiam sair para além da porta, gaiatos com uma certa idade e com autorização.” (Chico)

“E nós também tínhamos que nos portarmos muito bem e quando a gente se portava mal também tínhamos a nossa correção. (...) Levávamos reguadas, era com réguas. Chamavam aquilo lá a menina dos cinco olhos.” (Chico)

“A hora do terço ninguém pode faltar, só se for a casa de banho. Mas o terço ninguém pode faltar porque eles dão logo conta.” (Chico)

“Claro que andávamos um bocadinho mais tensos no sentido em que se a gente fizesse alguma coisa de mau vinha sempre o mais velho, o chefe, e pronto corrigia.” (Ludgero)

“Havia castigos físicos, digamos assim.” (Ludgero)

“Eu levei o castigo por eles porque eu não estava lá quando eles estavam a fazer a função. Porque eu devia está lá a ver se aquilo estava bem feito ou não, portanto, era a minha obrigação.” (Ludgero)

“Aquilo era um sistema que já estava montado e os mais velhos iam dizendo aos mais novos como devia ser. E os mais novos obedeciam. Era assim mesmo, o chefe mandava e eles faziam e pronto e aquilo ia andando. Quem não ia trabalhar, era castigado. Quem era apanhado a fruta, era castigado. Quem não cumprisse suas obrigações, pronto, era castigado.” (Ludgero)

“Nós até os 16 anos não podíamos passar os portões para fora. Podíamos ir até os portões, mas não podíamos passar para fora, só com autorização.” (Ludgero)

“Para irmos ao campo de futebol tínhamos que dizer ao chefe: ‘Olha, a gente vai até ali ou vamos até acolá.’ Tínhamos as nossas regras, não podíamos ultrapassar...” (Neves)

“Naquela coisa de mal, de ser chefe. Naquela altura...” (Neves)

“Lá no Gaiato que eu tinha que cumprir as regras, né? Lá tinha que cumprir as regras.” (Neves)

“(...) quem num fizesse, quem num trabalhava ou era castigado ou era cortado o cabelo, que era o pior castigo.” (Tiro-liro-ló)

“Apanhei 1 mês a dormir no chão e sem ver televisão.” (Tiro-liro-ló)

“Ah, num sei se reparastes, tem ali uma fonte d’água... Quem passasse, no meu tempo, dali pra baixo era castigado, e houve uma vez, eu saí do portão para fora... levei porrada, era reguadas, praí 1 hora, e olho para ele e ele estava a rir e eu a chorar. Virei-me para ele e fugi porque já estava farto de levar porrada, reguadas...” (Tiro-liro-ló)

“Quem se portasse mal teria sempre problemas, castigos, levar porrada, num é? E eu olhava para os outros e pensava ‘não, eu num quero isto’. Pronto, é assim.” (Tiro-liro-ló)

“Nós num tínhamos opinião ali (...) A gente ali era obedecer e mais nada, só que eu num obedecia muito. Imagina que tu dizias assim ‘Tens que fazer isto, tens que limpar isto’, eu, se me apetecesse, limpava num é, só que depois havia consequência. Às vezes levava castigos...” (Tiro-liro-ló)

“(...) até aos 15 anos a gente não tinha muita liberdade. Não podíamos sair por livre vontade.” (Tiro-liro-ló)

“Antes, não tinha a mesma ponderação, a partir do momento que já é um dos chefes a falar, já consideram.” (Cenoura)

“(…) lembro-me de um, que era meu chefe de camarata e passou depois a ser meu chefe, roubava-me as prendas que a minha irmã da Suíça mandava. Uma vez, eu a dormir, roubou-me um relógio! (...) Porque vi-o com o relógio! Ele mesmo mostrava...” (Cenoura)

“A partir de uma certa idade é que tinham autorização para sair... a partir dos 16, se não me engano, é que tinham autorização para sair e ir até não sei onde.” (Cenoura)

“É assim, eu sou religioso, sou católico, não praticante agora porque me saturei da quantidade de missas que nós rezávamos lá. Nós todos os dias tínhamos o terço antes do jantar...” (Cenoura)

“(...) a seguir ao terço havia um género de tribunal a chamar a atenção dos que faziam asneiras e levávamos reguadas em frente aos outros.” (Cenoura)

▪ **Relação com a família e com a comunidade externa**

a) Visitas

“Não, nunca mais eu tive contato.” (Chico)

“Desde quando eu saí de lá para aqui, nunca mais. Nunca mais tive contacto com a minha família. É uma tristeza.” (Chico)

“Ia lá todos os anos de férias...” (Ludgero)

“O meu pai também foi uma ou duas vezes.” (Ludgero)

“A catequese era lá dentro. Porque nem podíamos sair. Nós não podíamos passar dos portões.” (Ludgero)

“Fui a casa das pessoas, eu já sabia o caminho para a casa dos meus pais (...) Portanto, andei a visitar as pessoas amigas, minhas tias, meus amigos de infância e chegou a hora de irmos para o espetáculo, fomos.” (Neves)

“Eu então fui com meu irmão e com minha cunhada para o Rossio, ver o rancho a tocar na Ria d’Aveiro.” (Neves)

“Nunca perdemos porque a minha mãe ou escrevia ou mandava-nos uma encomenda com coisas tradicionais, por exemplo, laranjas, figos, os doces, os doces lá naturais, sempre!” (Tiro-liro-ló)

“(...) depois eu aos 12 fui lá num conhecia ninguém. E a minha mãe ‘olha isto são os teus amigos’ – a ceita, o tal grupinho e num conhecia nenhum.” (Tiro-liro-ló)

“(...) naquela altura havia muitas meninas que iam lá. Vinham em excursões... Iam lá escolas todos os anos, iam a passeio da escola.” (Tiro-liro-ló)

“Essa minha irmã... Ia de comboio, conseguia lá chegar. Todas as semanas estava lá. Não sei se era a sábado ou ao domingo. Depois, quando foi para a Suíça, não foi mais, naturalmente.” (Cenoura)

“O João, que é um outro, que depois dessa minha irmã que decidiu ir para a Suíça, chegou a ir lá algumas vezes, mas também depois deixou de ir.” (Cenoura)

“A Casa do Gaiato era considerada uma família e as grandes festas eram passadas em família. Como Páscoa e Natal, que até são festas religiosas, nós passávamos sempre lá o dia. Mas íamos na passagem de ano, tipo dois dias antes, íamos a casa das nossas famílias de sangue. (...) acho que é pena, que no fundo acaba por, por um lado, integram-nos na nossa família gaiato, mas acabam também por nos afastar da outra família, não é?” (Cenoura)

“No dia que as famílias nos vão lá buscar, estamos todos vestidos com outra roupinha, mais arranjadinha, à espera que os pais apareçam ou os irmãos ou os avós para nos vir buscar. Há uns que não vão, ficam lá. Eu e o meu irmão, preparadinhos à espera para irmos embora, ninguém apareceu. (...) Isso fica para o resto da vida. Há coisas que não se esquecem.” (Cenoura)

“(...) ao fim de semana, ia toda a gente, estava a Casa aberta, quem quisesse ir lá visitar, ia. Nós tínhamos namoradas, aliás, os rapazes ali da zona da freguesia de Paço de Sousa, não achavam muita piada ao Gaiato porque as meninas iam todas lá ter connosco! Nós tínhamos namoradas, não é?” (Cenoura)

“Eu fui vendedor do jornal, de 15 em 15 dias vinha aqui para o Porto vender jornal. (...) E havia um casal, que um dos gaiatos me apresentou, que gostavam muito de nós, iam lá de vez em quando a Paço de Sousa, e que calhou eles viverem na zona onde eu vendia o jornal. Então eu de 15 em 15 dias, depois da missa das nove, estava, no domingo, estava sempre a tomar o pequeno-almoço em casa deles. E então, pronto, foram-me sempre incentivando, naturalmente, a prosseguir os estudos, e... se calhar foi esse o meu exemplo.” (Cenoura)

b) Lazer

“(...) eu ainda me lembro de algumas façanhas quando aos domingos saíamos da Casa do Gaiato e víamos cá fora passear. As pessoas brancas que nos viam fugiam de nós (risos) aquilo era uma risota do caraças, a gente ria-se! Os outros brancos que viam connosco, eles riem-se de caneco os outros que fugiam, pensavam que éramos hostis. Eles nunca tinham visto negro, quando nos viam ‘eh olha o negro!’ toca a fugir.” (Chico)

“O momento que eu mais gostava era aos domingos quando havia futebol, quando uma equipa de cá fora ia jogar contra nós. Era muito divertido.” (Chico)

“Eles viam cá a nossa Casa, jogávamos lá e nós também íamos a Casa deles ir lá jogar. A gente retribuía sempre. (...) Eram o único passeio que era para a gente respirar ar puro, ver coisas novas, com outras pessoas, outra gente, outros ambientes. Porque senão era um marasmo, está sempre no mesmo sítio.” (Chico)

“Gostávamos de jogar a bola, tínhamos o recreio, basicamente era isso.”
(Ludgero)

“(…) o Padre Abel, era o que fazia os ensaios da Casa do Gaiato donde a gente ia apresentar o Coliseu e aqui, acolá e inclusivamente eu vim apresentar umas peças aí, fazia parte desse grupo e vínhamos aqui a Aveiro.” (Neves)

“As atividades era atletismo, futebol, jogávamos, pronto. Corríamos aquela zona toda ali, desde o gaiato a Penafiel – Penafiel ao gaiato.” (Neves)

“Os momentos que eu mais gostava, era o recreio, que a gente ia jogar o futebol, ia jogar à bola, jogávamos polícias e ladrões: ‘Aniki-bóbó; passarinho totó; berimbau; cavaquinho; salomão; sacristão; polícia; ladrão!’ Quando eu era o ladrão era uma maravilha, quando era o polícia é que era uma seca, tínhamos que ir à procura dos outros. E depois foi as festas, nós tínhamos o teatro-revista (...) Nós fazíamos e percorríamos as cidades todas, começávamos em outubro e acabava em dezembro. Íamos a certos sítios fazer teatro-revista, pronto, essa gostei imenso.” (Tiro-liro-ló)

“(…) nós jogávamos futebol e treinávamos... era uma coisa que fazíamos desde miúdos era jogar futebol entre nós.” (Cenoura)

“Ganhei o torneio da escola. Fui selecionado, eu e outros gaiatos, para representar a seleção da escola! Eu marquei, ganhamos 3-2, eu marquei os 3 golos da final, fui o melhor marcador do torneio!” (Cenoura)

“Nós tínhamos jeito porque a forma de nos entreter-nos era jogar à bola (...) Eu subia árvores! Nós fazíamos casa na árvore, divertíamo-nos imenso, também.” (Cenoura)

▪ **Relação com a escola**

a) Frequência, (in)sucesso e (in)adaptação escolar

“Estive lá, fiz a 4ª classe. Mas como eu quis continuar os meus estudos e lá não tinha aquela escola na altura, mandaram-me para aqui, para Casa do Gaiato de Paço de Sousa e que tinha aquela escola. Eu vim para que fiz o 1º e 2º ano, saí de lá e andei até o 9º ano aqui fora. Depois completei com essa iniciativa que o governo português teve, das pessoas completarem o 12º ano. E eu completei.” (Chico)

“(…) eu fiz o 2º ano, ciclo, antes dos 15 anos de idade. Sim, a escola ficava a noite porque eu sempre estudei a noite. Estudei a noite porque chumbei de dia.” (Ludgero)

“Fiz todo o meu percurso, toda a minha escola foi feita a noite e a trabalhar lá durante o dia.” (Ludgero)

“A escola que eu aprendi foi lá no gaiato com 10 anos.” (Neves)

“A minha primeira classe. Ainda me custou um pouco, um bocado ainda.” (Neves)

“Foi mesmo assim, porque tanta porrada levava que eu acho que esquecia as coisas todas, mas graças a Deus fui aprendendo... Consegui fazer a quarta classe.” (Neves)

“(...) quando eu vim para cá para cima passei pá segunda classe.” (Tiro-liro-ló)

“(...) acho que na primeira classe passei, depois na segunda chumbei, depois chumbei outra vez na terceira e depois... aquilo era telescola (...) quando fui para o sexto ano, tinha 15 anos.” (Tiro-liro-ló)

“Eu num tinha queda. Eu num queria era estudar...” (Tiro-liro-ló)

“Nós tínhamos de fazer os deveres, tínhamos de estudar, só que eu num estudava.” (Tiro-liro-ló)

“(...) naquela altura levava-se porrada quem se portasse mal. Eu portava-me bem, só tinha era um defeito: no ditado quem fizesse erro levava por cada erro.” (Tiro-liro-ló)

“Eu a nível de português era bom, só que o resto, matemática, eu cheguei à 3ª classe num sabia uma conta de dividir. Ainda hoje num sei.” (Tiro-liro-ló)

“(...) a gente até ao sétimo ano estudávamos ali e depois do sétimo ano tínhamos de para Penafiel estudar à noite. (...) Quem tivesse aproveitamento escolar eles mandavam pó Porto, quem não tivesse aproveitamento escolar ia estudar à noite.” (Tiro-liro-ló)

“Eu tirei da 1ª classe até à 4ª classe na escola interna do Gaiato. Depois 5º e 6º ano também no Gaiato, mas na altura vinham rapazes e raparigas fora do Gaiato, tínhamos ‘Telescola’. Depois, 7º, 8º e 9º fui para uma escola em Paço de Sousa. Depois, quando fui para o 10º, ou ia para Penafiel, porque ali em Paço de Sousa já não havia, ou vinha para o Porto. (...) e vim eu como rapaz mais adiantado nos estudos para o 10º ano... até ao 12º fiz tudo certinho, nunca reprovei.” (Cenoura)

“E quando não havia aulas, estávamos sempre em Paço de Sousa.” (Cenoura)

“Porque eu, ninguém me castigava, fazia as coisas sempre certinhas e passava sempre de classe.” (Cenoura)

“(...) eu tirei uma licenciatura e dei bons exemplos. (...) O Gaiato no início pagou quando eu me inscrevi, mas mal eu entrei concorri a uma bolsa do Estado, o Estado pagou-me tudo.” (Cenoura)

b) Relação com os professores e com os colegas

“Até na escola havia isso, quem se portasse mal o professor tinha a liberdade de ‘dá cá a mão!’, ‘dá cá a mão!’ e pimba! Pronto, está feito! (risos). E depois não adianta nada ir fazer queixa ao Padre. Uma pessoa ia fazer queixa ao Padre ‘o senhor Padre, a Professora bateu-me’, levava mais cinco!” (risos). (Chico)

“Havia miúdos que estudavam connosco, de fora. Na primária e no ciclo as turmas era metade rapazes, a outra metade era rapazes e raparigas da aldeia, filhos de gaiatos também que trabalhavam lá, mas também de fora, não era fechado.” (Ludgero)

“A professora batia-nos... É assim, quem dá o pão dá a educação. Agora já é o contrário, né? Mas aquelas que me caíram foram boas, tornaram-me outra pessoa. (...) Não era aquele bater assim como os meus pais, por motivos de qualquer coisa (...) Que a gente, como eu sabia, portavam-me mau.” (Neves)

“(...) vinham miúdos de fora lá para a escola porque naquela altura fora não havia, era só ali. E então a gente trocava as merendas, eles preferiam o nosso pão e eu preferia o deles porque eles tinham queijo e marmelada e o nosso era manteiga, mas o nosso pão como era feito lá era melhor.” (Tiro-liro-ló)

“Quando comecei a estudar fora, sim. Quando fui para o 7º, 8º e 9º, aí fiz amigos.” (Cenoura)

Perceções sobre perspetivas futuras**▪ Saída da Casa do Gaiato****a) Motivo**

“Nós estamos lá, nós somos parte integrado da Casa, mas chega uma altura, normalmente era quando chegava a tropa, a idade da tropa. (...) Não pode ficar lá, tem que ir para a tropa. E esse momento, é o momento em que marca... Que começa a marcar um bocadinho a separação.” (Ludgero)

“Mas, o momento seguinte é quando se acaba a tropa ou quando se fica livre da tropa é, e queres começar a trabalhar rapidamente fora. Já tens 20 anos queres começar a ganhar o teu dinheiro. (...) És um jovem e queres a começar a namorar, queres começar a sair, ir ao cinema...” (Ludgero)

“Não é propriamente uma decisão é quase obrigatório, entre aspas, é natural.” (Ludgero)

“Êh pá! Eu vou me embora, o mano já está cansado. Eu vou me embora. (...) Vou experimentar a vida lá fora.” (Neves)

“Saí sozinho. De livre e boa vontade.” (Neves)

“(...) a finalidade do Gaiato era até ter autonomia, até teres a maior... até teres 16 ou 17 anos, já te desenrascas cá fora, só que eu, lutei para ficar. (...) Porque sabia o que era o mundo cá fora, (...) depois via muitos que fugiam, num é, a regressar e depois eram castigados.” (Tiro-liro-ló)

“(...) praticamente eu considero que saí quando casei porque eu, quando era solteiro, ainda ia lá ao fim de semana dormir...” (Tiro-liro-ló)

“Não foi fácil. Na altura eu namorava com uma rapariga e decidimos ir viver juntos. (...) Eu próprio também não me sentia bem, via outros rapazes mais velhos a sair e eu a continuar... Decidi sair.” (Cenoura)

b) Principais dificuldades

“O que se ganha não dá para a nada. A gente recebia só pra ver... Na época... Por exemplo, o meu último ordenado lá foi 4 contos, o equivalente a 20 euros. Temos que desfazer um bocadinho com a inflação, seria o equivalente a 60 euros praí, 80. Mas só recebia 10 por cento para o meu bolso, na mão. O resto ia para uma poupança, portanto eu...” (Ludgero)

“E dei-me mal cá fora. Realmente dei-me muito, muito, muito mal cá fora.” (Neves)

“Não consegui trabalho e foi através do meu cunhado que arranjou primeiro as obras. (...) Eu não estava habituado a trabalhar nesse termo, nestas condições. Muito dura cá fora, foi uma vida muito complicada para mim. Olha, muito, muito, muito, muito mesmo. Às vezes eu rezava pensando, rezava não, pensando eu: ‘Que maldita hora que eu saí do Gaiato.’ Lá tinha tudo, não me faltava com nada.” (Neves)

“Tive umas bases de educação. Num vou dizer que num me ajudaram, mas acho que faltou mais ajuda.” (Tiro-liro-ló)

“(...) a partir de uma certa idade, os rapazes, do trabalho que faziam, recebiam determinado valor, que ia ficando na caixa, que era para quando depois saíssem, levassem esse dinheiro ou, então, se queriam alguma coisa especial, havia um género de minimercado interno, que esses mais velhos tinham oportunidade e ir comprar um sabonete especial, um perfume especial, a um preço reduzido, mas no fundo era induzir a pessoa a que tudo na vida tem um custo.” (Cenoura)

“(...) acrescentaria também ter uma casa, onde os rapazes comessem por entre eles, ou seja, fora do Gaiato, fora das regras Casa, iam para uma, duas ou três casas da Casa do Gaiato fora onde, os rapazes à medida que iam saindo, iam para ali, tinham um certo tempo para estar ali, em que tinham custo, em que tinham que assumir perante a Casa esses custos.” (Cenoura)

▪ Família

a) Vida familiar

“Tenho uma esposa, tenho uma casa própria, tenho num carro, tenho um filho, tenho trabalho e estou bem graças a Deus.” (Chico)

“E fiz lá o casamento. Portanto, eu quis casar ali.” (Ludgero)

“(...) eu tenho uma irmã que não conheço. Tenho uma irmã em Lisboa que eu não conheço. Tem uma filha mais velha do que eu 2 anos. Nunca se preocuparam comigo, também não me dizem nada. Não procurei. Não interessa! Não me dizem nada. Para mim é irmã de sangue e de nome, mas de resto é como se não fosse.” (Cenoura)

“Já não vejo o meu irmão há algum tempo porque ele afastou-se.” (Cenoura)

“Não casei pela igreja, sou casado pelo civil. Mas quero casar...” (Cenoura)

“(...) eu aproveitei e soube seguir a minha vida e aproveitar aquilo e dar também o meu exemplo. Também não foi só aproveitar, também era responsável, também me dediquei à Casa.” (Cenoura)

“Sinto-me bem. Eu sou muito feliz com aquilo que alcancei na vida. Neste momento, trabalho para mim próprio.” (Cenoura)

b) Filhos

“E cá fora eu quando casei, quando o meu filho já tinha para ir 5, 6 anos já começava a incrementar isso na educação dele. Ir à igreja. Inicialmente íamos todos, depois comecei a não ir eu, mas ia sempre ele.” (Chico)

“Depois de sair ia lá só o fim de semana. Depois casei, pronto, ainda continuei indo lá o fim de semana. Quando tinha tempo largo ia lá, aliás o meu filho foi lá batizado depois de ter nascido.” (Ludgero)

“É, inclusivamente quando me casei levei lá a minha esposa e os meus filhos, todos eles passaram lá naquela Casa. (...) E ficávamos por ali e a noite regressávamos que era para eles sentirem aquilo que eu senti na pele, que era para dá o exemplo para os meus filhos para eles seguirem, mais ou menos.” (Neves)

“Se eu soubesse o que sei hoje. É isso que digo à minha filha: ‘Estuda, estuda, estuda!’” Puxo por ela para ela ter estudos e ser alguém na vida.” (Tiro-liro-ló)

“(...) sou grato ao filho que tenho, adoro o meu filho.” (Cenoura)

▪ Trabalho

a) Importância das oficinas

“Quando uma pessoa faz a 4ª classe, eles chamam a pessoa e dizem, perguntam se a pessoa. Eles já sabem né?! Eles já sabem se a pessoa tem boas faculdades para continuar a estudar ou então chamam a pessoa e dizem assim “olha, a gente sabe que você não tem faculdade de continuar a estudar, mas olha, têm aqui essas profissões todas, vais escolher um e vais para lá trabalhar.” E a gente escolhi uma profissão. Eu escolhi artes gráficas. Que é justamente o jornal que a gente fazia lá. Era a minha profissão.” (Chico)

“(...) eu era tipógrafo a partir dos 16 anos já era gráfico.” (Ludgero)

“A partir dos 16 anos nós escolhíamos uma profissão.” (Ludgero)

“A minha profissão é graças ao que aprendi lá, portanto, toda a minha vida foi moldada pelo que aprendi ali.” (Ludgero)

“E aprendi lá padeiro, mas para a frente, foi assim.” (Neves)

“É, eu estava no Porto na Rua João IV. Portanto, fui para lá já com 16 anos, já podíamos escolher a arte que nós queríamos. E então eu fui para aprender cozinha.” (Neves)

“Uma coisa é o trabalho e depois a faxina que é assim... São coisas diferentes. (...) O ‘trabalho’ é um trabalho que era designado para o ano inteiro... eram tarefas que se definiam durante um ano, mas que era rotativo. Eu não ficava um ano a fazer aquilo sempre, eu ficava uma semana durante um mês e as outras três semanas não tinha, havia outros rapazes e nós íamos trocando.” (Cenoura)

“... eu lembro-me até que nós tínhamos trabalhos, alguns até pesados, mas depois acabávamos aquilo na brincadeira. Nós chegamos a transportar terra, mas eram três ou quatro horas a trabalhar sempre assim a carregar terra, de um lado vai para trezentos metros ou quatrocentos metros, carrega num lado, leva para o outro. Isto era uma forma de nos ocupar e saber que existe regras e que existe tempo para tudo.” (Cenoura)

“Só ia trabalhar para a vacaria aqueles rapazes que comportassem muito mal... era uma forma de os castigar para ver se eles se esforçavam mais para tirar outro tipo de trabalho.” (Cenoura)

b) Emprego

“Eu vim para a Câmara, porque esta oficina onde trabalhava nos Gráficos do Rio Unidos limitada em Álvares Cabral, fechou. Mas eu já sabia que ia fechar a oficina, iam construir lá um hotel, eu vim para cá. (...) A primeira vez que fui para Câmara foi para lixeiro. Como lixeiro, era cantoneiro, depois de cantoneiro passei pelos caminhões e depois dos caminhões vim para esta área. Estive no DMRH, estive no Museu do Vinho do Porto, estive aqui e agora estou na Quinta do Bonjóia.” (Chico)

“Faltam 3 anos para levar a reforma por inteiro, se Deus quiser.” (Chico)

“Fui compositor, no fundo é o que sou hoje, paginador só que com outros termos.” (Ludgero)

“(...) depois da tropa, os padres arranjam o emprego e eu aproveitei o emprego.” (Tiro-líro-ló)

“Aquilo tem um potencial enorme, nós temos lá dentro várias profissões que hoje em dia já estão a morrer. E uma pessoa que seja formada naquela área consegue ganhar muito dinheiro! Porque são artes que estão a desaparecer e que continuam a ser necessárias.” (Cenoura)

“(…) arranjei logo trabalho, comecei logo a trabalhar nas Águas Douro e Paiva...” (Cenoura)

“Todos os meus trabalhos foi tudo por conta própria.” (Cenoura)

▪ **Memórias**

a) Casa

“Eu não sei o que seria atualmente. Sinceramente não sei o que seria. Aliás, sei de antemão que não seria o que sou hoje.” (Chico)

“Muito grato mesmo. Por isso é que quando posso vou sempre lá. (...) Não posso perder. Por isso mesmo que eu recebo de 15 em 15 dias o jornal. O jornal da Casa. Que é para matar a saudade e saber como é que a Casa vai e estas coisas todas.” (Chico)

“Através da formação que eu tive lá na Casa fez-me abrir os olhos e ser boa pessoa e respeitar as regras do dia-a-dia. Um bom comportamento é essencial para viver em uma cidade e fugir da marginalidade e fugir destas más pessoas e não arranjar conflitos com ninguém. E tentar fazer amigos o mais possível, quantos mais amigos, melhor. Mais amigos, amigos. Não é amigo da onça.” (Chico)

“A Casa do Gaiato formou-me como homem e pessoa.” (Ludgero)

“Incorporei o espírito do... do Gaiato. Do lar, respeitador, respeitar os mais velhos, respeitar os chefes, pronto, os mais velhos no fundo. Ser respeitador, ser trabalhador, isso são tudo valores que na Casa do Gaiato quando transporta cá para fora são muito importantes.” (Ludgero)

“Foi uma decisão que eu tomei quando tinha 11 anos que não me arrependo nunca. Foi ali que, pronto, aprendi tudo.” (Ludgero)

“Eu era um rebelde, portanto, era revoltado (...) Eu ali aquela Casa para mim acho que foi o renascer da minha vida. A minha vida acho que começou ali.” (Neves)

“Já era mais calmo. Notei que ali encontrei a paz, o sossego. Ou seja, a tranquilidade, não é? Um abrigo vá, pronto!” (Neves)

“(…) aquela Casa abençoada. Me ajudou muito. Um rapaz que não davam nada de mim, acho que consegui mais ou menos os meus objetivos.” (Neves)

“Sinto-me feliz só. Eu acho que é a única palavra que eu sinto e dou graças a Deus ter conhecido aquela Casa. A casa-mãe fazer de nós crianças uns homens.” (Neves)

“A única coisa que melhorou foi ter estudos e ter regras, que num tinha regra nenhuma. Regra de levantar cedo (...) Porque, ao fim e ao cabo, nós ali tínhamos de ser nós! Cada um por si! (Tiro-liro-ló)

“Claro que o que sei hoje devo à casa do Gaiato, o que sou, mas devo mais a mim.” (Tiro-liro-ló)

“A Casa do Gaiato tem coisas boas e coisas más, como todas as instituições.” (Cenoura)

“Uma coisa boa da Casa do Gaiato é que nós aprendemos a fazer de tudo, quer seja da vida de casa, quer seja de outras profissões.” (Cenoura)

“(...) aquilo foi a minha casa. Onde eu fui crescendo a fazer de tudo!” (Cenoura)

“Ainda hoje a minha casa é lá, não tenho problema nenhum...” (Cenoura)

“(...) ter-me dado a educação que me deu, saber ter espírito crítico...” (Cenoura)

“Eu acho que foi bom para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Eu raramente chego atrasado para uma reunião, só se acontecer algum imprevisto. Eu fui obrigado a ‘se marcamos uma hora, é para cumprir’. Sou muito rigoroso, o que até faz confusão. (...) Mas acho que são regras que fazem bem para o nosso desenvolvimento, principalmente quando somos muito influenciáveis. Acho que é importante para depois nos tornarmos um ser humano mais ou menos assim com normas, com regras, pois a sociedade, se nós vivemos em sociedade, temos que respeitar as regras uns dos outros. Porque se nós estamos a violar algo, estamos a interferir com a liberdade do outro.” (Cenoura)

“Se eu tivesse ficado em Braga, ou estava metido na droga ou era um delinquente, porque depois, no fundo, eu faria como os outros: se eles no bairro agem de determinada forma, eu iria agir da mesma forma que eles. O meio é extremamente importante sobre quem nós vamos ser na vida, não tenho a mínima dúvida disso.” (Cenoura)

“(...) conheço outras instituições e, dentro dessas instituições que eu conheço, apesar de tudo reconheço a Casa do Gaiato como das melhores (...) Porque nos ensina, nos prepara para a vida.” (Cenoura)

“(...) se há coisa que a Casa do Gaiato me ensinou é a nunca desistir, a lutar sempre e tentar melhorar sempre a nossa condição.” (Cenoura)

“Eu sou o que sou na vida graças ao Gaiato, porque tenho plena consciência disso. E se eu não fosse para a Casa do Gaiato, não sei o que hoje era, se tinha um filho...” (Cenoura)

b) Gaiatos

“Eu tinha um lá que já faleceu também, também foi gaiato. Que era um dos diretores do jornal. Aliás era um grande amigo meu. Ele é que nos incentivou a vir para a tipografia e não para as outras profissões.” (Chico)

“Eusébio, que era o chefe maior...” (Neves)

“(...) eu fiz, eu tenho os meus melhores amigos, é como se fossem irmãos, são do Gaiato. E isso fica para a vida...” (Cenoura)

“Se houver um rapaz, que cresceu connosco, que esteja em dificuldade, nós nos preocupamos em saber o que é que se passa, o que é que ele precisa, como é que está. (...) se há coisa que eu sinto falta, é de estarmos juntos e de fazermos, nós almoçávamos e jantávamos juntos, crescíamos juntos.” (Cenoura)

VIII. Apêndice – Fotos



Figura 1 – Foto da entrada



Figura 2 – Foto da avenida principal



Figura 3 – Foto do jardim



Figura 4 – Foto de uma das casa-família



Figura 5 – Foto do refeitório



Figura 6 – Foto da copa



Figura 7 – Foto da capela



Figura 8 – Foto do parque



Figura 9 – Foto de parte externa da rouparia



Figura 10 – Foto de parte interna da rouparia



Figura 11 – Foto das piscinas



Figura 12 – Foto do pomar



Figura 13 – Foto da oficina de carpintaria



Figura 14 – Foto da oficina de tipografia



Figura 15 – Foto de parte interna do museu



Figura 16 – Foto da envoltura da Casa